

**OFÍCIO DO PSICANALISTA:
FORMAÇÃO *versus* REGULAMENTAÇÃO**

COLETÂNEA CRIADA NA
ARTICULAÇÃO DAS ENTIDADES PSICANALÍTICAS BRASILEIRAS

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO:
Sonia Alberti, Wilson Amendoeira, Edson Lannes,
Anchyses Lopes, Eduardo Rocha.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Sonia Alberti
Escola de psicanálise dos fóruns do campo lacaniano

PRIMEIRA PARTE: HISTÓRIA

A articulação das entidades psicanalíticas brasileiras

Wilson Amendoeira
Federação Brasileira de Psicanálise

História das tentativas de regulamentação no Brasil

Edson Soares Lannes
Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro

Uma ação no Congresso Nacional

Maria Ida Fontenelle
Associação Psicanalítica de Porto Alegre e Percurso Psicanalítico de Brasília
Vania Otero
Percurso Psicanalítico de Brasília

As reuniões da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras

Maria Mazzarello Cotta Ribeiro e Anchyses Jobim Lopes
Círculo Brasileiro de Psicanálise

SEGUNDA PARTE: O QUE ESTÁ EM JOGO, HOJE?

A psicanálise é leiga: da formação do psicanalista

Letícia Balbi, Mauricio Lessa e Paulo Becker
Escola Letra Freudiana

A psicanálise é leiga

Abílio Luiz Canelha Ribeiro Alves e Luciana Abi-Chahin Saad
Escola Lacaniana de Psicanálise - RJ

Leiga por rigor: o que é impossível regulamentar na psicanálise?

Luciano Elia
Laço Analítico Escola de Psicanálise

A regulamentação, a psicanálise e as psicoterapias

Maria Idália de Góes, com a colaboração de Eduardo de Carvalho Rocha e Fernanda Costa-Moura

Tempo Freudiano Associação Psicanalítica

Regulação e perversão

Maria Cristina Perdomo e Maria Helena Saleme

Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

TERCEIRA PARTE: PSICANÁLISE, CIÊNCIA E RELIGIÃO

Psicanálise, ciência e religião

Antonia Portela Magalhães

Práxis Lacaniana/Formação em Escola

Ao redor da ciência e da religião

Romildo do Rêgo Barros

Escola Brasileira de Psicanálise

QUARTA PARTE: PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE

A formação analítica não ocorre na universidade

Rita Franci Mendonça

Centro de Estudos Lacanianos – Instituição Psicanalítica/RS

Entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas

Ana Maria Sigal

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

A psicanálise na universidade

Denise Maurano

Corpo Freudiano Escola de Psicanálise

APÊNDICE

Manifesto de entidades brasileiras de psicanálise

Manifesto das entidades psicanalíticas brasileiras

Pós-escrito de "A psicanálise leiga" (Freud, 1927). Tradução de Eduardo Vidal,

Escola Letra Freudiana

Entrevista sobre a Articulação, publicada na França

APRESENTAÇÃO

Sonia Alberti

Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano

Uma nova preocupação ganha cada vez mais força nos últimos dois anos de reuniões da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, que se realizam na cidade do Rio de Janeiro: como levar o nosso debate para a comunidade de psicanalistas, de estudantes e de profissionais afins? Várias propostas surgiram e, entre elas, a de um livro que pudesse esclarecer e motivar um interesse para, por quê não, ajudar a promover, no futuro, um possível fórum das entidades psicanalíticas brasileiras em torno do tema em discussão, aberto aos membros dessas entidades e ao público em geral.

A Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras é um movimento criado em 2000, que visa defender a psicanálise tal como Sigmund Freud a conceituou, diante dos campos de poder – tanto econômico, quanto político – estabelecidos no final do século XX, a fim de garantir um espaço no qual ela possa seguir com seu crescimento e consolidação de acordo com sua ética genuína, sua relação particular com a ciência e sua eficácia que nem sempre se reduz à terapêutica. Como poderá ser lido nos primeiros textos dessa coletânea, a Articulação já tem uma história, além de conquistas que poderão parecer pequenas, mas que foram 'de monta', fruto de grande trabalho e investimento tanto das entidades aqui representadas, quanto de alguns de seus membros que participaram e/ou participam do movimento. As entidades que constituem a Articulação são, necessariamente, de formação de psicanalistas, o que não impede que outras instituições que não têm tal enfoque, possam se interessar pelo movimento, assinar seus manifestos a convite da Articulação caso com eles se identifiquem, apostar no seu sucesso,

e vir em nosso auxílio a cada vez que isso for preciso. Ao mesmo tempo, as entidades psicanalíticas que compõem a Articulação se reconhecem como instituições de formação de psicanalistas, o que por si só já é um enorme avanço na história da psicanálise, tendo em vista o fato de que ela é também a história de inúmeras rupturas. Um movimento de entidades psicanalíticas que podem se encontrar para debaterem juntas em defesa da psicanálise é alvissareiro. Que ele tenha surgido de uma necessária afinidade encontrada entre as entidades, cujas relações até então foram, na sua maioria, bastante difíceis, e cujas diferenças as fundamentam, tal como a falta fundamenta o desejo, já é, sem dúvida, um de seus grandes sucessos! No início, isso talvez não teria sido possível sem a participação, tanto do Conselho Federal de Medicina, quanto do Conselho Federal de Psicologia, que se interessaram em sua constituição, mas em relação aos quais, a Articulação é hoje independente, com uma autonomia que, às vezes, implica opiniões divergentes e questionamentos. Além da Articulação das Entidades Psicanalíticas, ao longo desses anos criaram-se fóruns de discussão em outras regiões do país e alguns debates internos às Entidades promovem o entrecruzamento das informações sobre o andamento de cada um deles.

Como se poderá ler nos textos de Wilson Amendoeira, da Federação Brasileira de Psicanálise – instituição que reúne as diferentes sociedades da IPA no Brasil –, e no texto de Edson Lannes, um dos membros fundadores do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, não é de hoje que psicanalistas percebem, na pólis, a necessidade de vir a público defender o lugar da psicanálise no mundo. De certa forma, isso faz parte da história da psicanálise desde sua origem e, por isso, esses textos constituem o início do livro: eles contextualizam, na história, o movimento da Articulação. Tanto no mundo, quanto particularmente no Brasil, ocorreram momentos nos quais se tornou necessário retomar os fundamentos que especificam e particularizam a psicanálise em relação a todos os outros campos de saber e de prática, numa luta vigilante pela singularidade de seu discurso e do poder que dele emana,

de forma que nem questões econômicas, nem de raça ou de credo, nem mesmo ditaduras aniquilassem os anos de trabalho obtidos pela contribuição de cada psicanalista que suportou assumir esse lugar a partir de sua própria relação com a causa freudiana.

Em 2000, o que motivou a criação do movimento da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras foi, mais uma vez, um feroz ataque que o discurso da psicanálise começava a sofrer. No mundo, vinha de inúmeros projetos de lei por uma regulamentação da psicanálise, tendo em vista, sobretudo, a política da saúde subvencionada pelo Estado. No Brasil, havia uma particularidade a mais: o impressionante ataque de instituições que deturpam completamente os conceitos da psicanálise em cursos e programas de treinamentos, como é o caso, por exemplo, de alguns grupos dos hoje chamados "novos evangélicos".

O texto de Maria Ida Fontenelle - Associação Psicanalítica de Porto Alegre e Percurso Psicanalítico de Brasília - e de Vania Otero - também do Percurso Psicanalítico de Brasília - é um curto relato do que é, até hoje, a atuação da Articulação das Entidades Psicanalíticas junto à Câmara dos Deputados, das dificuldades e dos apoios que tivemos.

Maria Mazzarello Cotta Ribeiro e Anchyses Jobim Lopes, ambos do Círculo Brasileiro de Psicanálise, tiveram o cuidado de rever todas as atas de nossas reuniões e fazer um texto, através do qual o leitor poderá ter uma pequena idéia das questões em debate nesses oito anos de Articulação. Não se trata de um resumo das atas, mas do resultado de uma leitura delas, discutida por ambos os autores para tornar público o teor de nossas preocupações, as dificuldades encontradas ao longo desses anos e os avanços que julgamos ter realizado. O paradigma desses avanços é a publicação de dois manifestos, cada um em um momento preciso do movimento, em épocas distintas, mas ambas de grande dificuldade. Pela primeira vez na história da pluralidade das instituições psicanalíticas foi possível escrever e publicar dois textos assinados por uma gama de entidades psicanalíticas, como se poderá verificar no

Apêndice deste livro. Nele se encontram: 1) os dois "Manifestos" datados e a lista dos que os subscreveram; 2) o texto de Freud que fundamenta ambos os "Manifestos" e que apresentamos, integralmente, na tradução feita por Eduardo Vidal, da Escola Letra Freudiana, que inclui o trecho inédito: o "Pós-escrito de 'A análise leiga'" (1927); 3) a tradução de uma entrevista a uma revista francesa, surpresa com a possibilidade de uma articulação como a nossa conseguir se realizar.

Entre as circunstâncias da criação e dos diferentes momentos da Articulação referidos na primeira parte dessa coletânea, e o seu apêndice com o texto que a fundamenta e aqueles que ela já conseguiu produzir, o leitor encontrará uma segunda parte do volume na qual são discutidas as questões da atualidade frente às quais a psicanálise não pode se furtar, se quiser manter um espaço na pólis. Para apresentar tais questões, foi feito um trabalho quase hercúleo de diálogos entre entidades psicanalíticas. As posições dos autores que representam, cada um, uma instituição - no meu caso, a Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano -, não são necessariamente concordantes, mas manifestam um intenso interesse em dialogar com colegas de outras instituições, ao mesmo tempo que demonstram haver pontos específicos para discussão; a psicanálise exige certas tomadas de posição! Dentre elas, a mais importante: toda psicanálise é leiga. É porque há pontos sobre os quais não há discussão, que a Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras persiste após oito anos de trabalho em conjunto, sem ser instituição, mas um movimento pronto a entrar em ação, pronto a tomar posição a cada vez que perceber conjunturas que extrapolam a psicanálise, colocando em perigo o lugar dela no mundo.

Com efeito, a "Análise leiga" é, por si só, um texto escrito para defender tanto o psicanalista Theodor Reik - como já no início dessa segunda parte observam os textos da Escola Letra Freudiana e da Escola Lacaniana de Psicanálise - quanto a psicanálise tal como a queria Freud. Era "no seu rigor e em sua submissão à verdade que [Freud] ancorava sua corajosa determinação

crítica, mais do que em paixões ideológicas ou libelos panfletários, em cuja permanência e efetividade ele pouco acreditava”, observa o texto de Luciano Elia, do Laço Analítico Escola de Psicanálise. Como escrevem os autores da Escola Lacaniana de Psicanálise, Freud sabia que, ao longo da história, as hostilidades contra a psicanálise se repetiriam, de forma às vezes mais velada, outras, de forma mais evidente, e que “qualquer tentativa de regulamentação da psicanálise que venha de fora a deixará num futuro sombrio e fatal”.

Por isso julgamos importante introduzir nessa coletânea a definição do campo da psicanálise em relação ao da ciência, da religião e mesmo da filosofia – como acrescenta o texto da Práxis Lacaniana/Formação em Escola, de Antonia Portela Magalhães: apesar de se fundar em associação com a ciência e compartilhar com ela a *Weltanschauung*, a psicanálise privilegia uma outra relação com a verdade, sempre transitória, mas intrínseca, como se vê até mesmo especificado para a psicanálise no Código Brasileiro de Ocupações (cf. o texto de Edson Lannes). A verdade é debitária do que aqui é identificado ou como “fenda” (pela Práxis Lacaniana/Formação em Escola), ou como “rachadura ética” (pelo texto da Escola Brasileira de Psicanálise), dois termos que se articulam à questão freudiana do mal-estar na cultura. Problematizada nos dois textos de forma semelhante quanto à relação da psicanálise com a ciência, a intrincada questão freudiana do mal-estar na cultura com a religião é abordada de duas formas: de um lado, a psicanálise vai na contramão do culto ao Pai - Práxis Lacaniana/Formação em Escola -, de outro, se há total incompatibilidade entre tratamento analítico e religião, Romildo do Rêgo Barros – da Escola Brasileira de Psicanálise – observa a importância da psicanálise como laço social inédito. Desse modo, conclui-se que há muito o que aprofundar sobre o debate entre psicanálise e religião.

Uma das questões que ocupou inúmeras reuniões da Articulação diz respeito aos problemas da relação entre psicanálise e psicoterapias. O texto redigido pelo Tempo Freudiano Associação Psicanalítica demonstra como as psicoterapias necessariamente implicam uma clínica em que o paciente deve

estar referido a um modelo – por mais aberto que este seja – e diante do qual o “psicoterapeuta é o guardião, o guia, o mestre” de um saber. Assim também escreve o Departamento de Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo:

A análise buscada como modo de cumprir regras de formação conduz a uma análise burocrática e desvitalizante que, mais uma vez, significa o fim da psicanálise. Isto posto não significa ignorar as dificuldades que cada uma das instituições enfrenta para levar o processo de formação a dar como resultado um analista. Evidenciar as dificuldades é um passo adiante, regulamentar para evitá-las é um passo atrás.

As dificuldades emanam da própria relação, já apontada por Freud, entre transferência e resistência, e se na “clínica psicanalítica o saber está do lado do inconsciente” (Tempo Freudiano Associação Psicanalítica), o terapeuta só o é por transferência, na realidade esvaziado de qualquer saber. Há, então, um ponto impossível na relação da psicanálise com as psicoterapias, a psicanálise não podendo ser simplesmente mais uma dentre elas, mesmo se, às vezes, o tratamento com um psicanalista possa ter apenas uma eficácia terapêutica. É, na realidade, por causa da transferência que a psicanálise não tem como ser regulamentada!

E é também por causa da transferência – mola mestra do tratamento psicanalítico – que surge toda polêmica sobre as relações entre psicanálise e universidade. É o último tema dessa coletânea, discutindo o ensino da psicanálise, a formação do psicanalista e as diferentes incursões das articulações epistemológicas que disso decorrem. O Centro de Estudos Lacanianos, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e o Corpo Freudiano Escola de Psicanálise enriquecem essa coletânea com um verdadeiro debate sobre a psicanálise na universidade, questão que não deixa

de ser polêmica para muitos psicanalistas! A formação psicanalítica certamente é disjunta da pedagogia, na medida em que a experiência de mergulhar no inconsciente em transferência nos defronta com um saber de uma forma absolutamente singular o que, no entanto, não invalida o fato de a psicanálise contar com um sistema de relações objetivas que constituem um corpo de idéias enunciado como disciplina (Ana Maria Sigal, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae). Isso leva a supor que, diferentemente da particularidade da transmissão da psicanálise na formação do analista, ela pode circular no âmbito universitário. Se, para uns não se justifica na universidade “o ensino de temas como, por exemplo, diagnóstico e tratamento das estruturas clínicas, pois, para a efetiva transmissão dos mesmos tornam-se necessários os pré-requisitos transferenciais básicos” (cf. Rita Mendonça, do Centro de Estudos Lacanianos), a partir de outros pontos de vista podemos levantar a questão sobre se é possível o ensino da psicanálise na universidade ter algum poder de desvirtuar a psicanálise, já que é impossível, de todo modo, investigar psicanaliticamente uma questão fora do âmbito “*puramente formativo que se processa no interior de uma análise e da supervisão*” (Ana Maria Sigal). Distinguir a formação do analista e o ensino da psicanálise na universidade seria, portanto, *a priori*. Ponto de vista compartilhado por Denise Maurano, do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, que lembra como Jacques Lacan já respondia a essa questão em seu tempo:

quando perguntado sobre por quê, ao final do ensino que recebem [os estudantes do seu curso], não poderiam tornar-se psicanalistas, responde que “a psicanálise não se transmite como qualquer outro saber”. Não porque a psicanálise não tenha nada a saber ou seja avessa à questão do saber, mas porque ela põe em questão a função mesma do saber, a função do saber para o sujeito e para a sociedade.

De modo que, talvez, a própria psicanálise tenha uma função na universidade: a de relativizar a própria questão do saber. Dar conta disso não seria também contribuir para a defesa de um espaço da psicanálise na pólis?

Este livro é produto de muito trabalho e de muito investimento das pessoas e das entidades que compõem a Articulação. Como se pode ler no texto que a Escola Letra Freudiana assina, o que nos une entre entidades é constituído, por um lado,

pelos princípios enunciados por Freud em seu texto, e o respeito aos conceitos fundamentais da Psicanálise, como a Pulsão, O Inconsciente, a Transferência, a Libido e a Repetição. [Por outro lado, pela disposição] a pagar o preço de trabalhar com esta orientação mínima e se ancorando nela para abrigar a diferença e a alteridade, renunciando à Unidade Ideal.

Finalmente, este livro é também nossa forma de justificar a tomada de posição dentro da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras: não há vigília para garantir um espaço à psicanálise no mundo que não inclua a luta pela não regulamentação da psicanálise pelo Estado ou por quaisquer órgãos, na medida em que a psicanálise, desde Freud, só se sustenta em duas regras: a da associação livre, por parte do analisando, e a de se abster como sujeito, por parte do psicanalista.

Para além das discussões que cada participante da Articulação leva a eventos internos em suas instituições, a tentativa de promover esse debate com um público mais amplo não é nova nas atividades da Articulação. Desde sua criação já ocorreram pelo menos quatro eventos abertos para a comunidade em geral e público a fim – ou seja, que não se restringiram ao público intra-institucional de cada sociedade e/ou escola: em maio de 2003, organizado pela Escola Letra Freudiana (no Rio de Janeiro); em setembro de 2004, dois eventos organizados pelo Instituto Sedes Sapientiae (em São

Paulo) e pela Escola Brasileira de Psicanálise (em Belo Horizonte) e, em agosto de 2005, no bojo de um evento organizado pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Os quatro parágrafos que seguem registram mui resumidamente esses três acontecimentos. Como escreve a Escola Letra Freudiana, no Rio de Janeiro:

“A Escola Letra Freudiana, comprometida e engajada no movimento de “Articulação das entidades psicanalíticas brasileiras”, promoveu em sua Jornada “Formação e função do psicanalista”, ocorrida na PUC-RJ em maio de 2003, uma mesa redonda em torno da questão – O que regula a psicanálise? – em que participaram psicanalistas convidados de dez instituições do Rio de Janeiro (Tempo Freudiano, Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Psicanálise, Formação Clínica do campo Lacaniano, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro e Escola Letra Freudiana), Belo Horizonte (Aleph Escola de Psicanálise e Instituto de Estudos Psicanalíticos IEPSI) e Paris (École de Psychanalyse Sigmund Freud). A transcrição da fala de cada participante encontra-se publicada na revista da Escola Letra Freudiana – *A análise é leiga – da formação do Psicanalista* – ano XXII - nº 32 (2003)”.

Em 11 de setembro de 2004, Ana Sigal, pelo, **Departamento** (no lugar de Curso) de Psicanálise do Sedes Sapientiae de São Paulo, organizou um evento com um debate de vários colegas da Articulação com membros da instituição. Reunião aberta por Mário Lúcio Alves Baptista, da Federação Brasileira de Psicanálise, com as seguintes palavras: “Antes de mais nada, eu gostaria de dizer que esta é uma reunião da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. São sessenta e quatro instituições que se reúnem periodicamente no Rio de Janeiro, e nós convidamos a Ana [Bock] que está assumindo desde há pouco tempo o Conselho Federal de Psicologia, a pedido da plenária da Articulação para alguns esclarecimentos e informações. [...] A articulação se organizou há mais ou menos cinco anos como um movimento

pela não regulamentação da psicanálise. [... Gostaríamos de] saber se há alguma mudança na posição do Conselho, que foi uma posição sempre de apoio à não regulamentação da Psicanálise” ao que Ana Bock retrucou imediatamente que “Com o problema do surgimento de várias escolas de psicanálise, temos sido procurados por psicólogos para uma orientação quanto ao que é válido ou não, reconhecido ou não pelo Conselho, [nisso] tem questões que fogem do fórum do Conselho de Psicologia [e, por isso] nos integramos desde o início ao movimento da Articulação [...]. Não temos nenhuma intenção de interferir no caminho daquilo que vem sendo pensado e decidido pelo grupo de Articulação das Entidades, Ricardo Moretzsohn como Representante do Conselho foi designado a fazer parte desse grupo e acompanhar o trabalho e reiterar o apoio do CFP, vai continuar nessa posição”¹. Para além dessa questão, na reunião também foram discutidas as posições da então recém fundada Associação Brasileira de Psicoterapia, particularmente aquela que advogaria por mais semelhanças do que diferenças entre as psicoterapias, incluída nelas a psicanálise. Questão que aprofundada na segunda parte deste livro, nos textos da rubrica “As discussões sobre regulamentação e psicoterapia”.

Uma semana depois, em Belo Horizonte, no dia 18 de setembro de 2004, aconteceu, na “Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o Colóquio “A utilidade social da Psicanálise - a Regulamentação em questão”. Tivemos a presença de 250 participantes, procedentes dos vários cantos do Brasil, e de várias instituições psicanalíticas, a saber: Sociedade Psicanalítica de São Paulo (IPA), Escola Letra Freudiana, Escola [de Psicanálise dos Fóruns] do Campo Lacaniano, Curso Psicanalítico de Brasília, Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, Círculo Brasileiro de Psicanálise, GREP, Aleph e IEPSI de Belo Horizonte. Tivemos ainda como participantes o Vereador de Belo Horizonte José Tarcísio Caixeta, o Deputado Federal de Minas

¹ Maiores informações sobre esse evento podem ser obtidas pelo *site* http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/Textos%20Discuss%C3%A3o%20Psican%C3%A1lise/reuniao_grupo_articulacao.htm

Gerais Sérgio Miranda, o jurista Menelick de Carvalho, o Professor Ricardo Menezes, da Faculdade de Medicina da UFMG e representantes do Conselho Federal de Psicologia (CFP)².

Finalmente, um ano depois, em 3 de setembro de 2005, por ocasião de um grande evento organizado pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulado “Psicanálise e psicoterapia no campo da saúde mental”, que contou com uma coordenação tríplice – de Sonia Alberti, pela UERJ, de Ana Cristina Figueiredo, pela UFRJ e de Ana Maria Rudge, pela PUC-Rio –, foi realizada uma mesa de debates intitulada “Mesa da Articulação das Entidades Psicanalíticas”, na qual se apresentaram vários trabalhos³. Essa mesa foi coordenada por Sonia Alberti, da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano, e debateu questões que, de tão pertinentes, originaram o interesse do colega francês Marie-Jean Sauret a publicar nossa experiência na França, o que se deu dois anos depois (tradução da publicação, no apêndice deste volume).

É provável que a tentativa que fazemos aqui para justificar nossa tomada de posição levante novas questões que poderiam ser aprofundadas num fórum em nível nacional.

Nossa coletânea é composta por textos de psicanalistas que têm, cada um, seu estilo. Não espere encontrar o desenvolvimento linear de idéias em capítulos; trata-se de uma coletânea de textos, produtos de trabalhos realizados dentro das instituições psicanalíticas, mas em interseção com a elaboração de oito anos de debates na Articulação. São relatos de uma prática, a da psicanálise na sua relação com outros discursos e a do trabalho da psicanálise pelo seu lugar no mundo, no início de um novo milênio que,

² Da *Sinopse do Colóquio: “A utilidade social da Psicanálise – A Regulamentação em questão”*, publicada pelo Movimento Mineiro de Psicanálise em <http://mmmpsicanalise.org/textos/sinopse09set04.htm>

³ Os trabalhos foram: o do convidado internacional, Marie-Jean Sauret, “A situação da psicanálise na França. Introdução ao debate”; Denise Maurano, do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, “A situação da psicanálise no Brasil em 2005”; Romildo do Rego Barros da Escola Brasileira de Psicanálise, “História da Articulação das Entidades Psicanalíticas I”; Wilson Amendoeira, da Federação Brasileira de Psicanálise, “História da Articulação das Entidades Psicanalíticas II”; Marisa Queiroz, da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, “O tripé da formação analítica”, e da Escola Letra Freudiana, Mauro Rabacov “A particularidade do conceito de gozo” e Paulo Becker “O saber leigo”.

insistimos, pode contar com ela pelo que nós, psicanalistas, nos fazemos responsáveis.

PRIMEIRA PARTE:

HISTÓRIA

A articulação das entidades psicanalíticas brasileiras

Wilson Amendoeira

Federação Brasileira de Psicanálise¹

A discussão e as iniciativas sobre a profissionalização da psicanálise ocorrem há muitos anos em nosso país e, ao longo deste tempo, constituíram um embate que foi sustentado pelos psicanalistas que a elas se opunham. Foi marca de todos os projetos o fato de nenhum deles ter partido da iniciativa de suas instituições, nem ter recebido qualquer tipo de apoio mais amplo para sua formulação e, embora possam ter ganho o apoio de alguns profissionais ou de uma ou outra instituição, o que importa é que todos foram combatidos e arquivados.

O que há, então, de tão diferente agora, se várias tentativas já receberam o rechaço da comunidade psicanalítica brasileira, a qual se mostrou exitosa em arquivar todas as tentativas de regulamentar a profissão?

O que há de novo é o surgimento de formações psicanalíticas oferecidas por agências vinculadas a grupos fora do campo formado pelas instituições reconhecidas como psicanalíticas, sendo que a maior delas, vinculada a igrejas evangélicas, apregoa contar, atualmente, com 85 turmas formadas e mais de três mil psicanalistas espalhados pelo país, alegando ser a maior sociedade psicanalítica da América Latina.

Já, em 1998, a então Associação Brasileira de Psicanálise, atualmente Federação Brasileira de Psicanálise, antevendo as possibilidades de expansão destas entidades, entrou com representações no Ministério Público, baseadas no Código de Defesa do Consumidor, por propaganda enganosa, pois a profissão, não sendo regulamentada, só nos possibilitava este questionamento

¹ Federa todas as instituições brasileiras da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

judicial. Este modelo foi seguido, posteriormente, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), através de suas representações nos estados.

Entretanto, precisávamos constituir um fórum que reunisse as entidades psicanalíticas brasileiras, visando uma maior efetividade em nossas ações. Este passo foi dado através do convite feito pela Federação Brasileira de Psicanálise e pelo Conselho Federal de Psicologia, com a colaboração do Conselho Federal de Medicina e da Associação Brasileira de Psiquiatria, às várias entidades do campo psicanalítico que cobriam uma grande parcela dos profissionais que se dedicavam seriamente ao estudo e à prática da psicanálise, apesar das divergências de concepção sobre os requisitos para a formação de profissionais, para uma reunião inicial e exploratória, que se realizou em junho de 2000. Este foi o marco zero deste movimento.

Fazíamos nossas as preocupações de Freud, as quais o levaram a fundar a Associação Psicanalítica Internacional (*International Psychoanalytical Association* - IPA), com o objetivo de criar normas para a formação de futuros analistas e evitar distorções e descaminhos na psicanálise, no curso da expansão de sua prática e que eram, mais do que nunca, bastante atuais. Sua ênfase na exigência de que ninguém deveria praticar a psicanálise se não tivesse adquirido este direito através de uma formação específica também é bastante atual.

A Associação Psicanalítica Internacional foi fundada em 1910, com a missão de coordenar o movimento psicanalítico mundial, preservando a psicanálise e contribuindo para o seu desenvolvimento.

Durante toda a expansão inicial do movimento psicanalítico desenvolveu-se uma postura, apoiada na atitude do próprio Freud com os primeiros dissidentes, Jung e Adler, de que bastava reivindicar o uso exclusivo dos termos: psicanálise para a pesquisa, o corpo de conhecimentos e prática assistencial, criados e desenvolvidos por ele, Freud, e seus seguidores, e psicanalista para aqueles que tivessem se submetido à formação específica para esta prática, dentro dos padrões estabelecidos pela IPA, para que se

dirimissem controvérsias e apropriações indevidas do termo psicanálise e da prática clínica correspondente.

Os padrões estabelecidos pela Associação Psicanalítica Internacional definem o processo de formação de um psicanalista como sendo composto por sua análise pessoal, feita com um analista qualificado, seus estudos teóricos e a supervisão do seu trabalho clínico inicial.

Como expusemos em texto anterior, que serviu de base a um Manifesto que constará como anexo,

Esta tríade configura a formação como um ofício, e o psicanalista aprende e ganha qualificação em oficinas - os institutos de formação - onde, artesanalmente, no contato com outros analistas, desenvolve sua análise pessoal, realiza seus seminários para o aprendizado teórico e técnico e tem o seu trabalho supervisionado. A formação de cada psicanalista é um processo permanente, que se amplia no seu diálogo com os textos clássicos e com os produzidos por outros analistas, confrontados com a sua experiência pessoal na relação com seus analisandos, mesmo quando já está qualificado como psicanalista. Esta qualificação, portanto, não se ajusta aos modelos que podem sofrer algum tipo de certificação por instituições de ensino ou órgãos reguladores públicos; se existe um indicador, ele será, certamente, o de qual é a instituição que forma, quem são seus componentes, que padrões são seguidos.

Essa qualificação, ancorada na confiabilidade depositada nas instituições e nos atributos de seu corpo societário, gerou o vezo de que esta qualidade destacaria os psicanalistas e os faria distintos de qualquer aventureiro que não tivesse o preparo e a qualificação para o exercício do ofício.

Quanto à visão legal da qualificação vale lembrar, como registro

histórico, que o único documento com cunho normatizador foi o Aviso Ministerial nº 257, do Ministério da Saúde, expedido em 06/06/1957, por solicitação da Dr^a Adelheid Koch, então presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, e que respaldava as normas da Associação Psicanalítica Internacional. Constitui o único documento normativo até hoje existente, firmado pelo ministro da saúde Maurício de Medeiros, e acolhia o exercício de psicanalistas leigos, não-médicos, desde que fossem formados e credenciados pela IPA, mas impunha a necessidade de um médico indicar o tratamento e se manter responsável por ele.

O que é importante para o nosso tema é a mudança gradual, a partir dos anos de 1960, do campo psicanalítico, pois ele vai se expandindo e surgem outras instituições, fora da *International Psychoanalytical Association*, que se propõem a formar analistas, com variações nos requisitos e na modelagem do processo de formação, mas mantendo os princípios gerais como estabelecidos no início do século passado e ampliando a parcela dos profissionais, filiados a várias outras escolas, que se dedicam ao estudo e à prática da psicanálise.

Nestes anos, a visão da psicanálise como uma profissão esteve presente em várias tentativas de regulamentação, começando pelos seis projetos apresentados de 1975 a 1980, que mantinham o traço comum de serem formulados à revelia dos psicanalistas.

O primeiro projeto é de março de 1975, tendo sido apresentado pelo deputado Francisco Amaral, e chegou a ser, depois de apresentado, apoiado pela diretoria de uma das sociedades filiadas à ABP, mas repudiado pela direção desta, sendo seguido, no mesmo ano, pelo do deputado Célio Fernandes; ambos se resolveram no ano em que foram apresentados. O terceiro foi apresentado pelo deputado Otávio Ceccato, em dezembro de 1977 e arquivado em março de 1979. O quarto foi oferecido pelo senador Nelson Carneiro, em novembro de 1978 e, por ter perdido prazos de tramitação, foi arquivado em março de 1979 – posição ratificada em março de 1980. Em 1979, tivemos o do deputado Pacheco Chaves e um outro do deputado Simão

Sessim; ambos não chegaram ao plenário para aprovação, sendo o último arquivado em fevereiro de 1983. Em 1980, foi a vez do projeto do deputado Rui Codo, de São Paulo, que, no entanto, após gestões de psicanalistas paulistas, também foi retirado por seu autor.

Esse era o cenário no momento de nossa primeira reunião. A segunda ocorreu em 30 de setembro do mesmo ano, contou com um maior número de participantes e evoluiu para esboçar uma "Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras", composta pelos representantes das várias instituições presentes.

Paralelamente, o encaminhamento da questão ganhou impulso em 13 de dezembro de 2000, quando foi apresentado à Câmara um novo projeto, do deputado Eber Silva, do Rio de Janeiro. Era mais uma tentativa de regulamentação da profissão e impôs uma terceira reunião das entidades, realizada em abril de 2001, na qual se aprovou a redação de um manifesto (Apêndice 1), subscrito por todas as entidades psicanalíticas presentes, o qual, após circular por *e-mail* em todo o país, recebeu 65 assinaturas institucionais e mais o apoio de dez instituições não psicanalíticas.

O Manifesto representava um posicionamento e uma atitude de combate ativo das entidades reunidas na Articulação. Após um processo de trabalho intenso junto aos deputados, unindo esforços das instituições com os de colegas de várias linhagens psicanalíticas que atuaram em Brasília, conseguimos realizar uma Audiência Pública, convocada pelo deputado Freire Junior, para esclarecimentos e aprofundamento da compreensão acerca das posições defendidas pelas entidades psicanalíticas reunidas, o que levou o projeto Eber Silva a ser arquivado. Este passo não solveu a questão, pois um novo projeto, desta vez do deputado Simão Sessim, foi apresentado em 2003; após inúmeras reuniões, conversas com o deputado Sessim e com o deputado Walter Feldman, relator do projeto, ele finalmente foi retirado por seu autor em 3 de agosto de 2004.

O encaminhamento futuro depende da avaliação que a comunidade

psicanalítica fazer de sua capacidade de defender posições que considere adequadas para preservar a psicanálise e o campo psicanalítico. Buscando esta avaliação, a FEBRAPSI realizou, em 2001, uma pesquisa interna, entre seus membros e psicanalistas em formação nos seus Institutos, na qual apresentava três propostas, visando auscultar o que pensam seus psicanalistas sobre a questão da profissionalização:

1) Regulamentação

A partir da definição dos parâmetros mínimos para que um profissional seja reconhecido como psicanalista, seriam estipulados órgãos e procedimentos assemelhados aos que regulamentam e fiscalizam o exercício profissional em outras atividades. Esta foi a opção de 91 votantes, 27% do total de respostas.

2) Regulação

Validamos, junto a outras instituições psicanalíticas, uma entidade que credenciaria todas as instituições consideradas como pertencendo ao campo psicanalítico. Esta entidade avalizaria as instituições componentes e seria a interface com a sociedade, em questões que digam respeito ao exercício profissional. Esta opção recebeu 117 votos, 35% do total.

3) Manutenção de Posição Atual

Mantermos a nossa postura histórica de oposição a qualquer regulamentação ou regulação do campo profissional, pelos motivos expostos no "Manifesto", que consta no apêndice. Esta opção recebeu 129 votantes, 39% do total de respostas.

Pela distribuição das respostas acima, tendemos a manter nossa postura histórica, embora a questão que se torna relevante passe a ser a identificação das medidas e das atitudes políticas que a "Articulação das Entidades

Psicanalíticas Brasileiras” pode adotar para preservar esse campo de uma maneira mais efetiva, para que consigamos ter uma representatividade e voz na sociedade civil, sem que a “Articulação” vire uma entidade formalizada. Que sejamos ouvidos sobre qualquer tema que diga respeito ao nosso campo, sem considerações quanto a quais são nossas escolhas sobre o curso do desenvolvimento emocional do homem, ou de como concebemos a transmissão da psicanálise, ou de como se forma um psicanalista, qual é a técnica que atende nosso referencial teórico, se somos freudianos, kleinianos, bionianos, lacanianos, kohutianos ou se, simplesmente, somos psicanalistas.

Para finalizar, numa ilação pessoal, e levando em consideração o desenvolvimento desta questão na América do Norte e na Europa, sua relação com a regulamentação das psicoterapias em vários países europeus², e a nossa experiência brasileira, tanto no enfrentamento quanto no fato de instituições psicanalíticas das mais diversas origens estarem reunidas há sete anos, vencendo o estranhamento inicial, lançando pontes de cooperação e de ação neste terreno espinhoso da prática profissional, exponho o que entendo como possibilidades de regulação. Podemos alcançar um projeto que esteja centrado no reconhecimento de uma entidade supra-institucional, constituída de representações dos vários campos e escolas psicanalíticas, como as presentes na Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, que credencie instituições que atendam os padrões de formação a serem estabelecidos em conjunto, e que torne pública a relação de instituições que são reconhecidas por ela como formadoras de psicanalistas, sem qualquer interferência do Estado, ou de algum dos seus poderes constitucionais. Esta instituição seria a natural interface entre o movimento psicanalítico, os poderes constituídos, os representantes do povo e a sociedade civil.

² Para uma apresentação detalhada deste desenvolvimento, ver: Roudinesco, Elisabeth. (2004). *Le patient, le thérapeute et l'Etat*. Paris, Librairie Arthème Fayard.

História das tentativas de regulamentação no Brasil

Edson Soares Lannes

Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro

Freud nos legou uma atitude: a de procurar uma verdade, sempre transitória, sobre nós mesmos. Sem suas propostas revolucionárias, sem sua obstinação diante dos enigmas, sem sua honestidade intelectual, seríamos menos livres, mentiríamos mais a nós mesmos e, certamente, estaríamos mais alienados de nossa realidade.

A psicanálise, essa obra monumental, se mantém viva, estudada, cultivada e transmitida principalmente por instituições particulares. Suas peculiaridades tornam sua regulamentação externa, "oficial", impossível, se o que se busca é manter intactas sua vitalidade e criatividade. Como desde os tempos de seu fundador, ela continua encontrando resistências. Vemos as tentativas de regulamentação profissional por lei como uma resistência a mais a seu pensamento libertário. Ninguém melhor do que Freud para saber em quais condições ela pode existir de maneira a cumprir seu papel de amenizar, através do auto-conhecimento, o sofrimento das pessoas. E ele disse: "O verdadeiramente importante é que as possibilidades de desenvolvimento que a psicanálise traz em si não podem ser justificadas por leis ou regulamentos" (Freud, 1926).

De fato, para o Estado, a psicanálise como nós a vivemos não existe. E não é o Estado, dadas as suas características e as da psicanálise, que definirá, sem a desfigurar, suas atividades, seus formatos e os perfis de seus praticantes. A menos que um Estado totalitário, como instituição, busque seres humanos totalmente previsíveis, em que a singularidade seja considerada um defeito. A psicanálise tem achados fundamentais próprios ligados à sua *práxis* e será fatalmente deformada por qualquer regulamentação externa a ela. Freud enfatizou sua originalidade como campo de saber sobre o ser humano e ressaltou o fato de que ela se reinventa a cada vez. E se cada situação é única,

como pensar práticas universais? E como imaginar que regulamentos profissionais, ministeriais, universitários ou acadêmicos garantam, *a priori*, seus resultados?

As instituições particulares há mais de cem anos a cultivam. Cuidam da formação de seus membros dentro de características próprias, sem recorrer ao Estado. Mantêm trabalho sério, ingente e sustentam posição ética peculiar. A formação de um psicanalista, cujo fundamento essencial é sua própria análise, é permanente e extremamente rigorosa, exigindo observância constante de seus princípios e fundamentos. E nunca será demais ressaltar que só a partir de sua análise pessoal é que pode surgir, verdadeiramente, um analista.

A psicanálise é um ofício, não uma profissão a que se chega com um diploma. Como praticamente todas as atividades exercidas no Brasil, ela está incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (C.B.O.), versão 2002. A C.B.O. trata de títulos e códigos que deverão ser adotados nas atividades de registro, inscrição, colocação e outras desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Emprego. A C.B.O. não regulamenta, apenas reconhece as ocupações por meio de pesquisa de campo, em que os pesquisadores identificam as ocupações existentes no mercado de trabalho, descrevem-nas, nomeiam-nas e lhes dão um código identificatório. Assim, a C.B.O. trata do reconhecimento da existência de determinada ocupação e não de sua regulamentação profissional. A regulamentação pressupõe o estabelecimento de qualificação, critérios e condições para o exercício de atividade ou ocupação especializada, que exige determinado preparo profissional. Simplificando: toda profissão é uma ocupação, mas nem toda ocupação é uma profissão. A regulamentação de uma profissão, diferentemente da classificação, é realizada por lei, cuja apreciação é feita pelo Congresso Nacional, por meio de seus Deputados e Senadores e levada à sanção do Presidente da República.

O ofício "psicanalista", provavelmente a partir de informações equivocadas dadas ao pesquisador da Classificação Brasileira de Ocupações, aparece em dois códigos identificatórios, sendo um como atividade médica,

classificado como sinônimo de médico psiquiatra (código 2231.53), e outro ligado à psicologia, no grupo "psicólogos e psicanalistas", em que a ocupação "psicanalista" tem o código 2515.50. No item "Condições gerais do exercício", referente a este código, a C.B.O. explicita que "a ocupação psicanalista não é uma especialização, é uma formação que segue princípios, processos e procedimentos definidos pelas instituições reconhecidas internacionalmente, podendo o psicanalista ter diferentes formações, como: psicólogo, psiquiatra, médico, filósofo, etc.". Em outro item, "Formação e experiência", especifica que "para o psicanalista é necessário (sic), no mínimo, cinco anos de experiência". "A formação desses profissionais é um conjunto de atividades desenvolvidas por eles, mas os procedimentos são diferentes quanto a aspectos formais relacionados às instituições que os formam". E no item "Competências pessoais", a C.B.O. lista 24 requisitos, entre eles: "ser psico-analisado", "demonstrar continência (acolhedor)", "ouvir ativamente (saber ouvir)", "amar a verdade", "manter o *setting* analítico".

Como se pode verificar, não se trata de uma "regulamentação profissional". Há cinquenta anos, o Ministério da Saúde baixou o que foi chamado "Aviso Ministerial nº 257", entendido como ato normativo para o exercício da psicanálise. Teria sido a primeira tentativa de uma regulamentação. Assim determinava o Aviso:

- 1) É lícito a centro de estudos, bem como a qualquer instituto ou centro igualmente credenciado pela Associação Psicanalítica Internacional contratar os serviços especializados de psicanalistas leigos, cuja formação tenha sido reconhecida pela Associação.
- 2) Esses psicanalistas leigos poderão exercer suas especialidades em todas as suas aplicações, dentro ou fora do instituto que os contrate, desde que os clientes de que se ocupam lhes sejam enviados por indicação escrita do médico diplomado, sob cuja responsabilidade

ficarão.

3) As presentes normas comunicadas para os devidos fins ao Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, regularão o assunto até que lei especial estatua a respeito.

Como um ato ministerial não tem competência constitucional para dispor sobre o exercício de profissão, o Aviso não teve efeitos práticos relevantes.

Mais recentemente, respondendo a várias consultas que lhe foram feitas, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) exarou o Parecer 84/2000, datado de 24 de março, sobre o exercício profissional da psicanálise. A ementa respectiva afirmou:

a psicanálise é uma atividade assistencial que não é privativa de uma determinada profissão. Sua prática deve se orientar pelas determinações das diversas instituições responsáveis pela formação psicanalítica dos postulantes que a elas se filiarem. Recomenda que a psicanálise não deva ser regulamentada pelo poder público, deixando às diferentes sociedades ou associações o papel de estabelecer os critérios que considerem adequados para o exercício da atividade.

Apesar de sua clareza, este parecer não impediu que, em dezembro daquele mesmo ano, viesse a ser apresentado à Câmara de Deputados um novo projeto de lei com o objetivo de regulamentar a profissão de psicanalista. Em um outro texto desta coletânea, há informes mais detalhados sobre essa tentativa, que, como as seis anteriores sobre as quais falaremos adiante, não tiveram êxito.

Alguns psicanalistas, aparentemente poucos, parecem interessados em viabilizar fórmulas para "regulamentar o exercício profissional da psicanálise."

Talvez suponham que controlar a psicanálise seja o melhor modo de promovê-la. Não valorizam o fato de que a psicanálise é, antes de tudo, um movimento, uma procura, uma nebulosa em expansão, e não um corpo acabado de doutrinas ortodoxas. A maioria dos colegas de ofício, por seu turno, se dedica à troca de experiências, ao estudo dos textos psicanalíticos, sem se preocupar com aspectos ligados à "regulamentação profissional". Talvez pensem que este é, apenas, um problema prático de uns poucos. E há aqueles que compõem as reuniões de "Articulação de Entidades Psicanalíticas Brasileiras" que, desde 2000, têm se empenhado para que não aconteça em nosso campo de atividades, o que se passou com o lorde que estudava em sua biblioteca. Chovia muito em Londres e seu mordomo interrompeu-lhe a leitura para avisá-lo do temporal. O inglês lhe agradeceu o cuidado e lhe pediu que não o interrompesse mais. Como a chuva aumentava de intensidade, o mordomo se permitiu desobedecer à ordem uma, duas vezes para lhe informar que o Tâmis transbordava, sendo severamente repreendido por ele. Londres inundada, o mordomo, ainda uma vez, chamou o patrão. Quando o lorde lhe abriu a porta, ele apontou para o chão e disse: o Tâmis...

Para que não seja tarde demais, bem faz a "Articulação" em seu acompanhamento cuidadoso do que diz respeito ao campo psicanalítico, e que não é monopólio de qualquer um de seus grupos e de seus pensadores.

Vale lembrar aqui, o exemplo do próprio Freud. Quando recebeu a doação de Anton von Freund para um fundo com finalidades culturais, criou uma editora psicanalítica e decidiu oferecer dois prêmios, que seriam concedidos mediante escolha que ele faria dentre toda a literatura psicanalítica importante, *"independente do fato de o autor da obra em questão ser ou não membro da Associação Psicanalítica Internacional"* (Freud, 1919, v. XVII). Este era um homem aberto ao conhecimento.

Na história das tentativas de "regulamentação da profissão de psicanalista", só possível através de Lei aprovada no Congresso e sancionada pelo Presidente da República, podemos dizer, a partir dos registros disponíveis,

que ela chegou à Câmara de Deputados através do projeto de lei nº 57, apresentado em 12 de março de 1975, por iniciativa do deputado Francisco Amaral, de São Paulo. Visava "assegurar à psicanálise sua completa e merecida alforria". Pretendia "pôr fim à errônea idéia de que a psicanálise constitui um simples ramo da medicina ou da psicologia, conceito que, inexplicavelmente, ainda encontra adeptos". O projeto dava direito a qualquer entidade psicanalítica de formação, que já existisse, de requerer o seu reconhecimento oficial, "dentro do prazo de 180 dias, a contar da data da publicação da lei". Esvaziava, com isso, o controle médico da psicanálise e a delegação feita pelo Aviso Ministerial nº 257 à Associação Psicanalítica Internacional, mencionada anteriormente.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o relator, deputado Joaquim Bevilacqua, embora argumentasse contra a redação do projeto, votou favoravelmente quanto à sua "constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa", em 15/04/75. O seu voto foi confirmado pelo plenário da Comissão de Constituição e Justiça, a 16/04/75. A 29/04/75 o projeto foi encaminhado à Comissão de Trabalho e Legislação Social e o deputado Gamaliel Galvão foi designado relator.

Em texto não datado, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo envia ao relator "Considerações sobre o projeto de lei nº 57 de 1975" e, fundamentada nelas, propõe uma nova redação do projeto, em que a exclusividade da formação analítica é garantida às sociedades pertencentes à Associação Psicanalítica Internacional. Mais tarde, a 10 de junho, encaminha, ainda, ao relator, uma retificação do art. 3º do substitutivo que propunha, com a seguinte redação:

art. 3º. É Psicanalista o profissional diplomado em Medicina, Psicologia ou Ciências Humanas e Sociais, legalmente registrado nos respectivos Conselhos e que conclui sua formação específica nos institutos de psicanálise, órgãos de Ensino das Sociedades de

Psicanálise filiadas à Associação Brasileira de Psicanálise
- ABP.

Essa proposta de emenda foi encaminhada ao relator pelo deputado Athié Jorge Cury, a 25 de junho de 1975, dizendo que foi sugestão da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, "com autoridade indiscutível para opinar sobre a matéria ali visada."

A 13 de junho de 1975, o deputado Célio Marques Fernandes apresenta outro projeto de lei, o de nº 729/75, com o mesmo objetivo de regulamentar "o exercício da profissão de psicanalista clínico." A justificação do projeto expressa o ponto de vista, sobre o assunto, da "Diretoria do Instituto de Psicanálise" e da "Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo" e o deputado termina o texto, dizendo que "os órgãos autorizados e credenciados para fornecer ulteriores informações são as Sociedades de Psicanálise componentes da Associação Brasileira de Psicanálise."

A 12 de junho de 1975, a Associação Brasileira de Psicanálise encaminha ao deputado Gabriel Galvão uma longa carta, mostrando preocupação com o projeto do deputado Francisco Amaral cuja aprovação seria prejudicial à "saúde pública do Brasil" e colocando a Associação Brasileira de Psicanálise e suas federadas "ao inteiro dispor" para quaisquer esclarecimentos ou colaborações que fossem necessárias. Não foi feita, explicitamente, a mesma carta contra o projeto de lei nº 729/75.

A 24 de junho de 1975, o Presidente da Câmara manda anexar ao projeto de lei nº 57/75, o novo projeto de lei nº 729/75, uma vez que visava o mesmo objetivo. Foram apensados ao projeto, também, os documentos encaminhados pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e pela Associação Brasileira de Psicanálise.

A 3 de setembro de 1975, o deputado Gamaliel Galvão exara longo parecer (38 páginas) contra a aprovação do projeto. Vê contradições intransponíveis entre alguns textos e conclui:

Procedida, assim, esta etapa do exame dos projetos, artigo por artigo, de modo natural, levando a uma visão global e unitária, a confirmar as prudentes preocupações do Exmo. Sr. Deputado Joaquim Bevilacqua de que, malgrado a iniciativa do nobre parlamentar, não se logrou êxito na redação do projeto de lei." Seu voto rejeitou o projeto e seus anexos, "na forma em que estão redigidos" e propõe seu encaminhamento à Comissão de Saúde e à Comissão de Constituição e Justiça, para que

elaborem novo projeto substitutivo, no qual não se fira os interesses da coletividade; se respeite os requisitos essenciais para habilitação do psicanalista e se defina melhor o exercício da profissão, daqueles profissionais deste ramo da medicina, de acordo com os cuidados e as importantes considerações e advertências feitas, pela Associação Brasileira de Psicanálise e suas sociedades federais, com sede em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

O deputado Francisco Amaral retirou o seu projeto e o mandou arquivar. O deputado Célio Marques Fernandes levou novamente à consideração das Comissões do Congresso o seu projeto. Passou pela Comissão de Constituição e Justiça e foi recusado na Comissão de Educação e Cultura, porque abria precedente inadmissível ao permitir a graduados em Ciências Humanas acesso à formação psicanalítica, que "deveria ser reservado aos titulados em Medicina e Psicologia, tão-somente." O projeto foi recusado, também, na Comissão de Trabalho e Legislação Social. Foi levado a 3 de agosto de 1977 a Plenário da Câmara, foi rejeitado e encaminhado para arquivamento. No discurso em que se manifestou contra o projeto, o deputado Alípio Carvalho teve como eixo de sua argumentação o pensamento dos que defendem a exclusividade médica do exercício da psicanálise.

A 8 e a 10 de novembro de 1977, foram respectivamente apresentados

mais dois projetos de regulamentação: o de nº 248, do senador Nelson Carneiro e o de nº 4603, do deputado Otávio Ceccato. O senador propunha que o acesso à condição de psicanalista clínico seria exclusivo a médicos e psicólogos que concluíssem a formação específica em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura. Em caráter excepcional, até um ano depois de aprovada a Lei, os médicos e psicólogos que exercessem a prática psicanalítica há três anos poderiam se credenciar junto ao MEC. O exercício profissional seria fiscalizado pelos Conselhos de Medicina.

O deputado Otávio Ceccato propunha que o acesso à profissão fosse ampliado, incluindo os formados em Ciências Humanas e Sociais. Entidades públicas e privadas já existentes que formassem psicanalistas poderiam requerer o seu reconhecimento dentro do prazo de um ano da vigência da Lei. Profissionais diplomados em medicina e psicologia que exercessem a psicanálise há cinco anos poderiam requerer seu credenciamento ao MEC.

Tais projetos de lei contrariaram os pontos de vista das sociedades filiadas à Associação Psicanalítica Internacional e os membros dessas instituições foram solicitados a tomar as providências cabíveis, no sentido de esclarecer os senadores e poderes competentes, na tentativa de evitar sua aprovação. Tanto o senador Nelson Carneiro como o deputado Otávio Ceccato, diante da pressão que receberam, decidiram retirar seus projetos.

No ano de 1979 foram, ainda, apresentados dois outros projetos de Lei à Câmara: a 29/10/79, o do deputado Pacheco Chaves, de nº 2227 e a 1/12/79, o do deputado Simão Sessim, de nº 2510. Também significavam perda de poder das sociedades filiadas à Associação Psicanalítica Internacional e, como os anteriores, não tiveram sucesso no que pretendiam e foram arquivados. O deputado Pacheco Chaves, em sua justificação da necessidade da Lei, chega a afirmar: "A psicanálise como Ciência e atividade profissional existe e como tal é bem distinta de outras ciências e profissões." E, ainda: "Psicanálise não é psicologia. É uma ciência autônoma que possui objetivos e métodos próprios, sendo também impossível confundi-la com a Medicina, ou qualquer outra

ciência humana."

Vale a pena, encerrando esse primeiro ciclo de tentativas de regulamentação, mencionar o projeto de lei nº 2726/80 apresentado pelo deputado Salvador Julianelli. Pretendia regulamentação de várias profissões na área da saúde, colocando-as sob supervisão direta dos médicos. Pressionado pelos profissionais atingidos e por atos públicos contrários ao projeto, o próprio deputado solicitou seu arquivamento. Não se tratava de regulamentação profissional da psicanálise, mas sua aprovação teria desdobramentos inadequados.

A singularidade do campo psicanalítico ainda não é compreendida pela maioria da população. Nossa imagem é, muitas vezes, fruto de codificações feitas por analogia com as atividades psicoterápicas. É possível que um pouco mais de visibilidade contribua para desfazer equívocos. É fundamental manter o apuro que, ao longo de um pouco mais de um século, fez com que ela não desaparecesse e até, ao contrário, se mostrasse vitalizada. Nesse sentido, reconhecemos o valor da participação de alguns pioneiros na implantação da psicanálise no Brasil e seu papel na constituição da legitimidade de nosso trabalho.

Vejo a "Articulação" como uma continuação desse espírito. Dela participam muitos pontos de vista relacionados à prática, à teoria, às estruturas organizacionais e sua dinâmica, mas o diálogo se mantém possível. É importante ressaltar a ausência de hierarquia. Já são sete anos de convivência entre colegas de sociedades psicanalíticas de vários matizes teórico-clínicos, todos interessados em manter o campo psicanalítico brasileiro merecedor do respeito que tem recebido e que venha a receber.

Espero que nossas falhas eventuais não nos induzam a criar uma nostalgia pela não-regulamentação profissional da psicanálise no Brasil.

Uma ação no Congresso Nacional

Maria Ida Fontenelle
Associação Psicanalítica de Porto Alegre e Percurso Psicanalítico de Brasília

Vania Otero
Percurso Psicanalítico de Brasília

No segundo semestre de 2000, nós, de algumas instituições psicanalíticas de todo o Brasil e muito fortemente em Brasília, começamos a receber em casa, por mala-direta e na porta de cinemas e teatros, alguns prospectos de "Formação Psicanalítica" oferecida pela Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), com a promessa de profissionalização ao término do curso.

Ao mesmo tempo, estava sendo criado o Conselho de Psicanálise Clínica, que seria o conselho de classe de psicanalistas. Começamos a ter conhecimento que uma "formação analítica" dada nos fins de semana, que não exigia nem análise nem nada além desse curso com a duração de um ano, estava formando centenas de "psicanalistas". Começou-se, então, uma movimentação entre as instituições psicanalíticas brasileiras e nos inteiramos que o Conselho de Psicologia já estava tentando algumas ações, inclusive junto ao Ministério Público, para impedir o curso de bacharelado em psicanálise prometido pela citada instituição.

Poucos meses depois do aparecimento da SPOB, fomos informados que estava correndo na Câmara dos Deputados um projeto de lei para a regulamentação da psicanálise, apresentado pelo deputado evangélico Eber Silva, do PDT do Rio de Janeiro, a pedido da SPOB.

Representantes das instituições psicanalíticas de Brasília se reuniram e formaram uma comissão de analistas que começou a trabalhar dentro do Congresso Nacional para entender o caminho e os trâmites de um projeto de lei e para traçar uma estratégia para impedir a aprovação do projeto.

Os analistas brasilienses se sentiram convocados a essas ações pelo fato

da SPOB ter escolhido a via legislativa para atingir os objetivos pretendidos de regulamentação da profissão de psicanalista. Conseguiu-se montar uma comissão com representantes de todas as instituições psicanalíticas em Brasília. Concomitantemente ao início de nossas ações no Congresso Nacional acontecia a primeira reunião com algumas instituições no Rio de Janeiro, que deu origem ao que é hoje a "Articulação das Entidades Psicanalíticas do Brasil".

Nosso primeiro contato foi com o deputado Paulo Delgado, do PT/MG, que nos foi indicado por ser uma pessoa sensível à nossa área, já engajado no projeto anti-manicomial e outros. Vários colegas, de vários estados também fizeram contatos com os deputados de seus estados. Soubemos, então, que o projeto de lei passaria por três comissões: Trabalho, Seguridade Social e família (onde está inserida a Saúde), e Constituição e Justiça. Depois de passar por essas comissões, o projeto, por ser do tipo "conclusivo", não precisaria necessariamente ir à votação em plenário. Os deputados Paulo Delgado e Sergio Miranda do PCdoB/MG conseguiram, primeiramente, inverter a ordem da passagem pelas comissões pois, se conseguíssemos derrubar o projeto na Comissão de Seguridade Social - que seria, verdadeiramente, quem poderia julgar o mérito da questão, quase automaticamente -, a decisão dessa comissão seria seguida pelas outras comissões. Vale lembrar que teríamos que conseguir barrar o projeto de lei como um todo, porque se houvesse qualquer emenda de lei, essa tramitação poderia durar anos seguidos.

Começou-se um árduo trabalho dessa comissão de analistas junto aos deputados das três comissões e a seus suplentes, principalmente da Comissão de Seguridade Social, e junto a inúmeros outros deputados influentes e formadores de opinião. Foi enorme a tarefa de convencer os deputados que os psicanalistas não queriam essa regulamentação ou qualquer outra e os motivos disso. Existem centenas de projetos na Câmara reivindicando a regulamentação de várias profissões. Os deputados, em sua grande maioria, achavam que, se os psicanalistas queriam evitar essas formações dadas pelos

evangélicos, o mais lógico seria realmente regulamentar a profissão. Nós estávamos indo justamente contra a corrente vigente na casa. Outro ponto nevrálgico era o fato desse projeto estar claramente vinculado a uma orientação religiosa e o Congresso Nacional ter uma considerável bancada evangélica. Montamos um *dossiê* que distribuímos para cada deputado, explicando nossos argumentos. Esse *dossiê* continha artigos de jornais e revistas, documentos produzidos por várias instituições e o que chamamos de abaixo-assinados - um individual e um institucional - contra o projeto de lei (PL) que visava a regulamentação.

Por orientação de alguns deputados, fizemos esses abaixo-assinados que continham, o primeiro, o nome do analista e o seu estado, pois isso era importante para cada deputado saber que os profissionais do seu estado também se posicionavam contrários ao PL. O segundo documento foi assinado por instituições de psicanálise de vários estados do Brasil. Nesse momento, analistas do Brasil inteiro tiveram mais oportunidade de se engajar no movimento que então crescia entre muitas instituições analíticas de diferentes orientações teóricas. Foi uma tarefa enorme porque não existia nenhuma articulação nacional entre as várias instituições psicanalíticas e não tínhamos órgãos através dos quais poderíamos ter uma mínima infra-estrutura para fazer face às ações requeridas nessa situação.

Num segundo momento, depois das reuniões do hotel Glória, foi produzido um manifesto assinado por 67 instituições psicanalíticas que também foi anexado ao *dossiê* que entregávamos e discutíamos com cada deputado.

Quando um projeto de lei segue para alguma comissão, é escolhido o relator da matéria que vai ser quem vai dar o parecer sobre o projeto ser acolhido ou não. O relator que avaliou o PL na Comissão de Seguridade foi o deputado Rafael Guerra do PSDB-MG. Antes de dar seu voto, ele propôs uma audiência pública em que as partes são convidadas a expor seus argumentos e motivos. Nesse momento, trabalhamos junto aos assessores que proviam

esses deputados de informações pertinentes ao assunto. Alguns representantes das instituições psicanalíticas estiveram presentes na Câmara para essa audiência pública. Os representantes da SPOB, que teriam interesse no projeto, não colocaram nenhuma argumentação nessa Audiência. O relator da Comissão do Trabalho foi o deputado Freire Jr., do PMDB/TO e, como fruto/resultado de nossos esforços, o PL foi barrado. Em 2003, fomos novamente surpreendidos pela apresentação de mais um projeto de lei para a regulamentação do exercício da profissão de psicanalista, dessa vez, pelo deputado Simão Sessin, do PP/RJ.

Dessa feita, como já conhecíamos melhor o caminho das pedras, bem como o trabalho feito anteriormente havia abarcado um grande número de deputados e partidos, e como já tínhamos conseguido sensibilizar muito o Parlamento para a nossa causa, as tramitações foram mais rápidas. A história dos analistas contra a regulamentação já era conhecida na casa e isso foi um grande facilitador. Tivemos, novamente, a orientação precisa do deputado Sergio Miranda. Uma comissão de analistas de várias instituições psicanalíticas pertencentes ao Movimento da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, criado desde 2001, esteve em Brasília conversando diretamente com o deputado Simão Sessin e com o relator já escolhido - o deputado Walter Feldman, do PSDB/SP. A eles foram entregues documentos e o Manifesto da Articulação. Em pouco tempo, o deputado Simão Sessin retirou o projeto que não precisou, então, passar por nenhuma comissão para ser derrubado.

Isso foi, até agora, um pouco da história do nosso percurso dentro da Câmara dos Deputados e, também, do trabalho de engajamento político dos analistas, para o qual todas essas circunstâncias nos convocaram para a tarefa de impedir a regulamentação da profissão de psicanalista.

No momento, não existem outros projetos. Essa via parece-nos estar barrada para esses grupos que tentam prometer a psicanálise como profissão. Não impede que exercícios espúrios e charlatanices aconteçam, mas conseguiu-se deixar de fora a ação do Estado.

Em 21/03/2001, o deputado Paulo Delgado ocupou a tribuna do plenário da Câmara dos Deputados e, num breve discurso, falou aos deputados sobre o trabalho de Freud, a "Análise Leiga", por onde queremos continuar.

Para terminar, vamos citar um trecho desse discurso: "(...) aliás, é bom que nem tudo possa ser classificado ou estar submetido às normas tradicionais que regem a profissionalização das atividades no âmbito das organizações internacionais de trabalho. Este é, felizmente, o caso da psicanálise".

SEGUNDA PARTE: O QUE ESTÁ EM JOGO, HOJE?

A psicanálise é leiga: da formação do psicanalista

Letícia Balbi, Mauricio Lessa e Paulo Becker

Escola Letra Freudiana

Em apenas um mês, em julho de 1926, Freud redige o texto *A questão da análise leiga*, que tem como acontecimento desencadeante a acusação de curandeirismo contra Theodor Reik, levada ante um tribunal de Viena por um de seus pacientes. O caso, que teve um desfecho favorável para Reik, reacende a discussão sobre quais seriam os profissionais habilitados a exercer a psicanálise. Foi, então, necessário a Freud – como está sendo para nós agora e, certamente, ainda será por muito tempo – explicitar a sua clara posição, enquanto analista e fundador da psicanálise, com um texto de atualidade, eminentemente político, que não ficasse restrito ao meio psicanalítico e que pudesse ser lido por aquele leitor interessado nas questões que o novo discurso suscitava. As divergências que o caso Reik trouxe à tona revelaram um movimento psicanalítico pulverizado, bem distante do ideal de coesão que se imaginava desde fora. A essa situação dos psicanalistas, Freud responde com *A questão da análise leiga*.

A apresentação do texto na forma de diálogo permite que este se apóie nas próprias resistências do interlocutor, tal como ocorre em uma análise, para transmitir o essencial da doutrina. O objetivo é fazer com que se perceba que o saber analítico não se aprende nos livros, tampouco na universidade nem nas escolas de medicina. Trata-se, sem dúvida, de um texto revolucionário para a época, inventando um modo de transmissão inteiramente diverso daquele do ensino médico e universitário, dos tempos de então e dos atuais.

Freud sempre soube que o discurso científico seria a sua porta de entrada, mas apenas isso. É preciso entender o que, na época, Freud defendia como “psicoterapia científica”; a psicanálise, na verdade, seria a única a

merecer esta qualificação, porque se constitui estritamente sobre um saber da causalidade psíquica. As outras práticas vão eliminar os sintomas, reduzir os danos, curar de diversas formas. Paradoxalmente, o que confere cientificidade à psicanálise é renunciar, por princípio, a um objetivo terapêutico: extrair o saber inconsciente da própria fala do paciente, à maneira que um escultor extrai a estátua da matéria-prima que a recobre.

Em relação a questão da formação do analista, frente a rejeição da formação leiga da psicanálise por parte dos analistas americanos, Freud, ao final de *A questão da análise leiga*, indica:

A resolução de nossos colegas americanos contra os analistas leigos, guiada por motivos essencialmente práticos, parece-me não prática, pois ela não pode mudar um dos fatores que regem o estado de coisas. Ela tem quase o valor de uma tentativa de recalque.
(FREUD, 2003)

Como poderíamos entender essa tentativa de recalque? Talvez os motivos essencialmente práticos alegados pelos americanos mantenham os reais motivos de uma regulamentação da psicanálise sob o véu de uma nuvem espessa, reduzindo a formação do analista a um saber meramente técnico, “como uma escola de dentistas”. O campo do saber inventado por Freud, inédito, opõe-se radicalmente ao empreendimento técnico que vai dominar a segunda metade do século XX, e inicia o século XXI com ares triunfantes. Já em 1910, em *A psicanálise selvagem* (*Die wilde Psychoanalyse*), Freud indica que este novo campo de saber está longe de ser imune a regulações e verificações: no entanto, estas últimas devem ser tomadas como uma extensão dos princípios fundamentais da psicanálise.

A sua posição é clara: defende o exercício desta prática somente por aqueles que tiverem realizado um percurso de análise. Ao invés de diplomas e certificados, analistas analisados. Para ele, a experiência do inconsciente não é

a que supõe o não-saber, seja do lado do analisante, seja do lado do analista. É, sim, a experiência de um saber regulado, mas pela resistência interna do sujeito, produzido no tempo da transferência, quando poderá tomar valor de verdade. O leigo, ao fazer a sua pergunta, reconhecerá que nela já se formula algo das suas respostas. Portanto, é ele que faz a psicanálise avançar! Excluí-lo será "funesto", e causará um "lúgubre porvir" ao movimento. (Cartas de Freud a Ferenczi, 1962, p. 317).

Então, o saber leigo não é meramente um não-saber, mas um saber regulado pelo inconsciente. Dizer que é um saber regulado é dizer que existem leis que determinam a elaboração desse saber, embora não seja um saber regulamentado por uma regra social. São as leis do inconsciente que encontram seu fundamento na própria lei da linguagem. E, além disso, se não temos uma regra que regule esse saber, temos a regra fundamental que coloca em funcionamento o dispositivo específico de uma análise: a regra da associação livre.

Com o objetivo de dar à transmissão da psicanálise uma garantia mínima, Freud apostou "todas as suas fichas" na transferência, privilegiando o saber aí obtido em detrimento do *douto saber*. O dispositivo da análise didática é a prova cabal disto. No entanto, as contradições inerentes à transferência como o eixo da transmissão apareceram nas diversas correntes. Há quem defenda um final da análise com a identificação ao Eu do analista, o lugar do analista como Eu auxiliar e que se dissolve, o analista como operador do espaço transicional etc. Mas, também, está em Freud que a transferência se resolve pela extinção, na medida em que ela é justamente um obstáculo ao acesso do saber inconsciente. Para ele, não era estranho que o analista caísse no esquecimento. Por este viés, o analisante deverá destituir seu analista de seu lugar ideal para, finalmente, liberar-se de uma identificação com ele. Neste sentido, a transferência é a resistência. Manifesta-se no apelo, na demanda dirigida àquele que supostamente saberia o que ele mesmo sonega, a si e ao outro. A demanda de tornar-se analista, de uma autorização para tal,

de uma aprovação, inclui-se aí. E, ainda sob este ponto de vista, ninguém menos indicado para dar garantias de qualquer espécie para o sujeito do que o seu próprio analista.

Isto não implica, de forma alguma, a irresponsabilidade, o *laissez-faire* na condução da transmissão da psicanálise. Compreende-se que as vicissitudes desta transmissão sejam complexas e causem angústia, e mais ainda na situação atual, em que é evidente que não há um Outro ideal que possa garanti-la. E se os regulamentos se opõem à própria essência do discurso analítico, o que pôr em seu lugar? Bem, sabemos o que o analista não pode fazer ao operar com a angústia: fazer sintomas obsessivos com os regulamentos, como disse Freud com ironia.

Ao insistir que a formação do analista é leiga, não se inscrevendo nem no campo técnico clínico do saber médico e das psicoterapias, nem no campo universitário do saber teórico já constituído, Freud sustenta o discurso psicanalítico como um laço social diferente e específico. A posição do analista na condução de um tratamento difere da função da mestria. Enquanto o psicoterapeuta responde à demanda de cura, identificando-se ao lugar de saber em que é colocado pelo paciente – respondendo, por exemplo, com conselhos e prescrições que garantem este saber – o analista se abstém dessa mestria, suspendendo seu saber, suas boas intenções e até mesmo suas ambições terapêuticas, para que o analisante possa desdobrar no campo das associações livres, suas questões e sua posição frente ao desejo e frente aos outros. Aqui se trata de uma posição ética, cuja orientação não é o triunfo rápido sobre os sintomas ou a reabilitação psicossocial da loucura. A psicanálise não lida apenas com isso; ela lida com a alienação do sujeito na civilização científica, que visa com todas as suas técnicas e aparatos, uma certa objetificação do sujeito. Uma análise deve possibilitar ao sujeito que assim o queira, posicionar-se como desejante no laço social. Assim, a medida ética de sua ação é a relação com o desejo que a habita. A aposta da análise é, portanto, operar com o desejo como medida de nossa ação e não com os

ideais da cultura e de suas ideologias.

Se o discurso analítico avança sobre este ponto, segue-se a forma lógica na qual o saber deve advir em ato mesmo. Não como um *savoir faire* de há muito adquirido do mestre ou do acervo da cultura, mas como aquilo que se precipita na experiência de uma análise.

E como dar conta desta experiência? Há os que advogam que a psicanálise é intransmissível. Mas, mesmo estes, não cessam de transmiti-la. A saída está no entrelaçamento radical do ensino, do saber e da análise pessoal; entre o saber teórico, o saber-fazer e o saber inconsciente. Este laço há de levar em conta o que cada um destes tem de impossível, por um lado, e intransmissível, por outro. Qualquer destes três, separadamente, não sustenta uma formação: enlaçados, a aposta tem sido frutífera.

A psicanálise tem que inventar os seus meios próprios de verificação. Freud nos legou a idéia da análise didática, Lacan propôs novos dispositivos para a formação, o cartel e o passe, que buscam ir além da transferência. O cartel é um conjunto de quatro participantes, mais-um, que não é o mestre, nem o professor, nem o coordenador. Este "mais um" tem como função impedir uma tendência do coletivo de perder-se na alienação de grupo, e manter o compromisso de trabalho a ser realizado ao final, por cada um dos participantes de sua lavra própria: uma produção do desejo de cada analista. O passe é o dispositivo que a Escola oferece para que o analista venha a dizer, se o desejar, como foi a sua travessia de análise. O que importa é se podemos escutar ou não a passagem do desejo do analista, se isso passa na fala.

No centro do nó da psicanálise, encontramos o desejo do analista. A responsabilidade pelo seu ato começa, justamente, onde falta um saber que possa lhe dar garantias. Pois não haverá o analista neutro, depurado do desejo. Ao contrário: a presença do desejo do analista é que orienta a direção do tratamento, no sentido do postulado ético maior da psicanálise, sobre o qual Freud nunca transigiu: "não ceder sobre o desejo".

A psicanálise não é um saber que se adiciona aos outros; ela constitui as

condições de sua transmissão. Torna-se urgente engajar os analistas na discussão sobre os efeitos do saber que eles produzem e o modo que o transmitem. A particularidade da transmissão da psicanálise é exatamente essa: passar pelo saber leigo. Lacan reafirma o estatuto leigo da psicanálise ao destacar a função do “não-analista” – uma nova figura do leigo. A sua importância é postulada como uma contraposição à demanda de “ser analista”. Esta demanda do ser pode vir mascarada sob a necessidade da formação profissional, da acuidade clínica etc. Além disso, inscreve o postulado da não garantia, para permitir a emergência do desejo. É a partir do não-analista que nos advém o desejo do analista em estado puro, no seu ponto absoluto. A lógica do ato analítico depende essencialmente do psicanalisante, e é dele que retornará o lugar do analista, enquanto houver alguém disposto a escutá-lo como tal.

Hoje, reúnem-se em torno do movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas quase todos os que se opõem à regulamentação da psicanálise no Brasil, fato único no mundo inteiro. E assumimos a necessidade de dizer algo sobre isso ao público leigo contemporâneo. O fio que nos une é constituído pelos princípios enunciados por Freud em seu texto, e o respeito aos conceitos fundamentais da psicanálise, como a pulsão, o inconsciente, a transferência, a libido e a repetição. São aqueles que se dispõem a pagar o preço de trabalhar com esta orientação mínima, e nela se ancorando para abrigar a diferença e a alteridade, renunciando à Unidade Ideal.

BIBLIOGRAFIA

Cartas de Freud a Ferenczi, 13/03/1928 e 22/04/1928. In: *Jones, Ernest, Vida e Obra de Sigmund Freud*. Buenos Aires, Editorial Nova, 1962, v. 3, cap. 9, p. 317.

FREUD, S. (1926). Die frage der Laienanalyse (A questão da análise leiga). In: *A análise é leiga – Da formação do psicanalista*. Revista da Escola Letra

Freudiana, 32, 2003.

A psicanálise é leiga

Abílio Luiz Canelha Ribeiro Alves e Luciana Abi-Chahin Saad
Escola Lacaniana de Psicanálise – RJ

A psicanálise é leiga, é o que nos transmite Freud. É leiga sim, mas não ignorante: reconhece que há um saber em jogo nas malhas do discurso – e por isto mesmo não está isenta da submissão a certas leis. Mas quais?

Já na sua *Traumdeutung*, Freud observava que a relação entre o inconsciente e o discurso obedece a leis específicas que não nos são dadas de saída. Estas leis apontam para o fato de que todo discurso porta uma mensagem (um certo “saber”) à espera de uma decifração: interpretação. A interpretação ratifica o fato de que toda palavra advém de um saber próprio. Mas próprio de quem? O saber não está todo do lado do analista; a este caberá estar advertido das leis do inconsciente. Se há mensagem, há enigma,

supondo aí a existência de um sujeito desejante a interpelar um outro lugar – o inconsciente, enquanto não-saber. Será através da báscula do não-saber (que não é paixão pela ignorância) que advirá a associação livre, a regra fundamental da psicanálise.

Segundo a etimologia, a palavra “laico” (leigo) vem de *Laos*, o povo: cada um a sua maneira; contrariando o *Klerikos*: o saber prévio daquele que sabe ler e escrever. Freud conclui que aquele que foi analisado e conquistou um saber sobre seu inconsciente não é mais um leigo no domínio da psicanálise. Freud se distancia claramente da ilusão de um conhecimento prévio, cumulativo e totalizante em relação à formação do psicanalista. Ele subverte o *Klerikos*, na medida em que sustenta que um analista nasce a partir de sua própria experiência, e subordina a psicanálise ao desejo de cada psicanalista de fundar, a cada instante, a possibilidade de uma nova formação do inconsciente para aquele que a ele se dirige.

O saber construído no “só-depois” é o que inaugura uma temporalidade, fundando um “antes” que, então, já passou; e passa-se para outra coisa. As diversas retificações subjetivas oferecem a possibilidade de um novo posicionamento do sujeito que, num momento inesperado, vai poder dar o salto que lhe permite “entrar” na lógica do inconsciente que o rege. Nesse momento, ele “aprende” o que sempre soube no seu saber inconsciente.

É isto que uma verdadeira psicanálise produz: o abandono da presunção de se apropriar da técnica sem passar pela experiência. Um analista estará para sempre marcado pelas vicissitudes da sua relação transferencial com o inconsciente. Diferentemente do médico ou do psicólogo que coloca o sintoma apenas do lado do paciente, um analista se interroga como sintoma em sua própria experiência: ponto tensional, virulento, que não deixará de marcar toda a sua prática, seja ela de que nível for, inclusive a relação com outros psicanalistas. Nesse sentido, há, na metapsicologia freudiana, o rastro de um pensamento ético que, de certa maneira, *alinha* os desdobramentos da transferência.

Apresenta-se aí a noção de desejo do analista como causa, já que, a partir de certo ponto, é irreversível: não há como voltar ao ideal de domínio e garantia em relação ao pouco saber obtido através do trabalho de deciframento do inconsciente. Entretanto, isto não é suficiente; é fundamental que o psicanalista se autorize a partir de seu próprio furo de saber, não sem sua própria experiência do inconsciente. A responsabilidade do analista frente a seu ato implica a aproximação – que nos determina – entre o visitante estranho e aterrador e o familiar. Esta é a dinâmica em jogo num processo psicanalítico, o reviramento do recalcado, enquanto resistência, para a condição de causa.

Ciente de que, provavelmente, os efeitos desse recalco incidem no próprio movimento psicanalítico, Freud escreve, em 1926, um texto memorável: *A questão da análise leiga*. Este tema o atraiu nos últimos anos de sua vida, de uma forma ardente, tornando-se uma de suas últimas causas. É um debate que permanece atual, pois, além de Freud afirmar categoricamente o lugar de destaque e de unicidade da psicanálise em relação aos outros campos de saber, atesta que a medicina nada tem a acrescentar à psicanálise e que, caso a psicanálise viesse a ser encarada como nada mais que um ramo da clínica médica, todas as suas potencialidades ficariam confinadas em um mero manual de psiquiatria. Freud não cede diante das consequências de que sua descoberta emana de um saber leigo. Ele não recua diante das possíveis cisões no movimento psicanalítico, pois não há lugar para aqueles que escapam da posição de um saber leigo, sendo esta a condição de partida em relação ao inconsciente.

Freud constitui neste texto, um interlocutor imaginário que ultrapassa o mero uso de retórica. As fissuras produzidas pelo interlocutor separam o campo da razão do campo da transferência, tornando-se verdadeiras questões da psicanálise. Freud ali não se dirige a um terceiro personificado, mas a uma instância que o faz retornar a um ponto estrutural: o de que, quando nos comunicamos, buscamos mais do que o receptor mais próximo – na verdade,

indagamos pelo outro da linguagem. É para este outro da linguagem que não cessamos de remeter nossas mais inquietantes perguntas. É da suposição de que há este outro da linguagem que nasce a força subjetivante da transferência. Não há acesso à verdade do inconsciente senão através desta suposição, foi o que Freud aprendeu com suas histéricas e neuróticos obsessivos. A transferência, para além da paixão pelos atributos supostos ao analista, visa constituir um lugar simbólico. Não considerar este imperativo da estrutura do ser falante, o de se dirigir ao outro do código, é o mesmo que permitir que o sujeito padeça da vertente neurótica de ocupar uma posição vitimada frente ao semelhante. É através do manejo da transferência que se produzirá uma verdadeira retificação em sua posição discursiva. Ao afastar os engodos do amor e do ódio, o sujeito ocupará o lugar de uma genuína responsabilidade subjetiva.

A questão da análise leiga é um texto escrito em defesa de Theodor Reik, proeminente membro não-médico da Sociedade Psicanalítica de Viena, acusado de praticar irregularmente a psicanálise. Em seu texto, Freud argutamente transmite que a hostilidade presente nesta denúncia de charlatanismo a Reik não é somente um golpe transferencial dirigido ao analista. Trata-se de uma hostilidade dirigida à própria descoberta do inconsciente e uma de suas possíveis respostas: recalçamento, denegação, forclusão e sublimação. Freud não reconhece a impostura no “não-médico”, mas, sim, numa posição de domínio frente ao inconsciente garantida, de antemão, por uma formação acadêmica. Nasce, com este texto, um posicionamento definitivo de Freud, algo lhe advém como um clarão: *o psicanalista se forma em sua própria experiência de analisando*.

Para o discurso médico há uma fronteira bem definida entre o normal e o patológico que afirma a doença e negligencia o sujeito. Ao médico cabe restabelecer a normalidade. De sua parte, o psicanalista deverá conduzir seu desejo a um outro lugar para além de sua “neurose de curar”. Para a psicanálise, o sintoma é um artefato à mercê do inconsciente, ele é sempre

produto de uma elaboração psíquica ao sabor do tratamento.

Para Freud, não é a formação médica que impede a psicanálise selvagem, mas, sim, uma formação pessoal. Freud, numa atitude antecipatória em relação ao que estaria por vir no movimento psicanalítico, anuncia que aconteceriam novas e incessantes recidivas desta hostilidade, denunciando a dificuldade humana de lidar com as questões do inconsciente. O ano de 1927 passa a ser decisivo para o movimento psicanalítico, uma vez que Freud reconhecerá as próprias leis do inconsciente agindo entre analistas de sua confiança. Este texto é o prenúncio de *O futuro de uma ilusão*, no qual Freud afirma, categoricamente, que todo modo de organização é uma tentativa de recalque e, portanto, uma possibilidade de anular os efeitos de transmissão inconsciente, tal como nos sintomas obsessivos.

No posfácio, Freud chega até a sustentar que, como o homem neurótico é um material mais instrutivo que o homem normal, ele apresenta uma boa metade das possibilidades de formação para aquele que quer aprender e aplicar a psicanálise terapêutica. Considerando de novo a *"formação mais apropriada"*, propõe que *"o programa de ensino para o psicanalista ainda está para ser criado"*: as ciências do espírito, a psicologia, a história da civilização, a sociologia, a anatomia, a biologia, a história da evolução seriam uma tentativa freudiana de esboçar um percurso para formação do analista. Sem isso *"a pesquisa psicanalítica, como o sonho, afunda sem perdão"*. Freud é explícito: qualquer tentativa de regulamentação da psicanálise que venha de fora a deixará num futuro sombrio e fatal. Freud, então, responsabiliza o psicanalista em sua própria relação com a psicanálise. O psicanalista, a partir deste texto inaugural, é aquele que se encontra em posição de responder *da e pela* psicanálise, só podendo se autorizar a partir daí. Todavia, isto não é o bastante.

Esta tensão, dentro do movimento psicanalítico, produz o tão conhecido tripé fundamental para a formação mínima de um psicanalista: a análise pessoal, a supervisão e o estudo teórico constantemente renovado. No

entanto, veremos que a relação que o inconsciente exige não admite normas, nem garantias de conclusão. Freud teve a escuta desejante de um psicanalista, ao não ceder frente ao movimento apaziguador que ouvia no pedido de regulamentação da psicanálise. Ele, deliberadamente, não acreditava que a psicanálise pudesse ser subsidiada por estruturas externas. Mais uma vez, nos faz lembrar que toda prática da análise é sobredeterminada e que para conhecer seu método há que se supor o conhecimento de seus diversos determinantes. Um deles é reconhecer que a psicanálise não admite poder hierárquico sem mediação pelo discurso analítico. O funcionamento institucional estabelece adormecimentos, criando hábitos imaginários que acabam por se sobrepôr ao advento de qualquer tentativa de construção de um verdadeiro discurso analítico.

O progresso de uma psicanálise, "didática" ou não, depende inclusive do que pôde avançar aquele que a dirige, o analista. É o analisando, sem saber, que confronta o analista com a sua própria resistência, possibilitando a este último, a produção das retificações no que se refere ao seu desejo. Esta é a virada ética proposta por Freud. Vejam a diferença radical do postulado freudiano: ao contrário de atitude passiva à espera de uma verificação teórica, será da própria empreitada do psicanalista, em sua análise pessoal, que dependerão a direção da cura e os avanços no terreno teórico. Freud dizia que a psicanálise curava por acréscimo, que ao libertar o sujeito de seu fardo sintomático, ela, a psicanálise, produzia um verdadeiro reviramento na posição libidinal do sujeito, deixando-o com uma cicatriz indelével, que o faria lembrar dos efeitos de linguagem que o levaram a não mais se situar como causa de si próprio, produzindo um fecundo descentramento.

Encaminhemos uma conclusão: há um enigma a ser sustentado numa formação analítica. A rotina de uma escola de psicanálise deverá confirmar também, como um cutelo, a leitura de deciframento imposta pelas leis do inconsciente. O fato de o psicanalista ser o resultado da efetuação de uma psicanálise não exclui, em absoluto, o necessário das instituições analíticas.

Para manter vivo o debate permanente do tornar-se psicanalista, cada escola encontra seus modos de interpretação, baseados na leitura particular do conceito de transferência. O manejo desse conceito traz conseqüências inequívocas para a maneira como o psicanalista conduzirá suas análises, como lidará com seus pares e como se furtará, ou não, aos momentos de escansão em seu percurso teórico. Ou seja, se há como premissa universal a inexistência de uma vocação analítica, esta deverá ser buscada e legitimada na originalidade e na autenticidade que todo ato inaugura.

Se, inclusive, o médico e o psicólogo que se pautam por parâmetros exclusivamente institucionais têm que se despojar de seus saberes antecipados para poderem lidar com a prática psicanalítica, se está claro o contra-senso entre critérios institucionais e critérios analíticos, podemos afirmar, com Freud: *a psicanálise é leiga, ou não é psicanálise*.

BIBLIOGRAFIA

FREUD, Sigmund. (1980). A questão da análise leiga. *ESB*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. 20. (Original publicado em 1926).

JONES, Ernest. (1989). *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

LACAN, Jacques. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. *Seminário: o ato analítico. Inédito*.

LEMÉRER, Brigitte. Mathesis falha e comunidade analítica. In: *Dizer*, 12.

NAZAR, José. A medicalização da dor. In: *Dizer*, 14.

ROUDINESCO, Elizabeth e PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Leiga por rigor: o que é impossível regulamentar na psicanálise?

Luciano Elia¹

Laço Analítico Escola de Psicanálise

Freud foi um homem de Ciência, e teve uma formação de cientista e pesquisador de extremo rigor, rara inventividade e disposição para o trabalho dificilmente igualável. Sua inclinação pelo estrito respeito aos cânones e preceitos científicos era, conseqüentemente, muito elevada, e de bom grado submetia a psicanálise às exigências estabelecidas e compartilhadas pela comunidade científica quanto aos critérios a serem aplicados na verificação de uma prática como séria e como científica. O mesmo se pode dizer em relação ao seu respeito pelas normas institucionais e sociais estabelecidas pela civilização para a validação e reconhecimento de uma prática como profissional, considerando inclusive a necessária solidariedade entre a consistência social e legal de uma profissão e as necessárias bases científicas da formação de seus operadores.

Tais aspectos do espírito respeitoso e civilizado de Freud não reduzem, em nada – e, pelo contrário, acentuam – seu espírito crítico, sua coragem humana e sua determinação em não silenciar sobre o que o rigor de sua experiência a cada passo o levou a constatar, ainda que isso contrariasse frontalmente princípios e normas morais vigentes na ordem social civilizada. É no seu rigor e em sua submissão à verdade que ele ancorava sua corajosa determinação crítica, mais do que em paixões ideológicas ou libelos panfletários, em cuja permanência e efetividade ele pouco acreditava.

Queremos com isso dizer que, se Freud foi levado a postular o “impossível da profissão” de psicanalista, não o foi por nenhum ideal mera ou

¹ Texto elaborado pelo Laço Analítico Escola de Psicanálise para a *Coletânea* editada pelo Movimento intitulado *Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras* sobre a questão da regulamentação da “profissão” de psicanalista no Brasil, endereçado à sociedade civil brasileira com vistas ao seu esclarecimento sobre as questões – sérias, rigorosas e cruciais – que fazem objeção a todo ato de regulamentação profissionalista da experiência psicanalítica e da formação do psicanalista.

futilmente contestador, mas por uma radical fidelidade ao que encontrava de real em sua experiência, capaz que era de se deixar levar onde quer que fosse que essa experiência houvesse de levá-lo. Tentemos demonstrar isso em alguns pontos do percurso desta experiência, começando pelos seus primeiros passos.

A clínica freudiana, desde os seus primeiros passos, ensinou-lhe que os sintomas eram uma forma cifrada de saber e de propiciar satisfação ao sujeito ali, no próprio sintoma representado. Há, assim, saber no inconsciente: este não é a “sede dos instintos” e a base operatória da ação desses supostos instintos no campo psíquico. Mas, qual é o estatuto desse saber do inconsciente? Afirmar que há saber no inconsciente trouxe a Freud uma implicação imediata: esse saber não poderia ser da mesma natureza do saber científico, teórico, com as propriedades da razão filosófica. O saber do inconsciente se fazia tecer pelos fios da experiência da vida quotidiana, era um *saber leigo*.

Uma preciosa exemplificação do que acabamos de dizer a respeito do estatuto *leigo do saber inconsciente* já se encontra nos primeiros escritos de Freud, anteriores às primeiras formulações mais elaboradas de sua teoria. Trata-se do texto intitulado *Para um estudo comparativo entre as paralisias orgânicas e histéricas*, título que, como de hábito em Freud, é eloqüente quanto ao que será tratado em suas páginas. Pode-se ler, nesse título: “para um estudo comparativo entre a experiência científica e seu saber de especialista e experiência psicanalítica e seu saber leigo (o saber do inconsciente)”. Trata-se, para Freud, de demonstrar que, quando um sujeito histérico tem que paralisar um determinado membro de seu corpo, ele o faz segundo leis que não são absolutamente aquelas que a ciência neurológica (ou seja, a ciência que a justo título trata de paralisias e dos modos como essas devem ocorrer na natureza orgânica que as rege), mas as que seguem o conhecimento que o senso comum tem da anatomia. Que diabos Freud está dizendo? Que se pode paralisar um corpo segundo um conhecimento leigo e

não científico? Sim, é isso mesmo. E dá a essa modalidade de paralisia o mesmo estatuto de dignidade, o mesmo 'direito de cidade' que a ciência dá ao seu: trata-se de um estudo comparativo entre duas formas e paralisias – a cientificamente orientada e a psicanaliticamente determinada. A partir daí, ciência e inconsciente patamarizam-se, no plano discursivo e metodológico – um não podendo mais submeter-se à outra e vice-versa, mas estabelecendo um diálogo de equivalentes discursivos – e não deixa de encerrar algum interesse o fato linguageiro de que a palavra *inconsciente* é do mesmo tronco morfoetimológico da palavra *ciência*.

E, por falar em questões relacionadas com o campo das palavras, da linguagem portanto, podemos assinalar uma outra evidência do caráter leigo do saber do inconsciente: a linguagem do próprio Freud, ao escrever psicanálise, é impressionantemente leiga, desabitada de termos técnicos, eruditos, "científicos". Por esse motivo, ele veio a ganhar, em 1930, o Prêmio Goethe, que lhe foi formalmente concedido por seu trabalho *Mal-estar na civilização*, mas que, na verdade, lhe é merecido pelo conjunto de sua obra. Este prêmio particularizava-se por ser dirigido a autores do campo científico (e não literário) que se destacassem justamente pelo *valor literário de sua produção científica*, atributo absolutamente justo à obra de Freud. Esse "*trágico na era da ciência*"², o que, por si só, constitui um fato curioso e interessante, sobre o qual vale a pena nos determos um pouco.

Podemos interrogar os fundamentos disso. Será que estamos diante de um mero fato de estilo? Ou esse estilo, no ponto em que todo estilo articula-se a um fragmento de real, revela o efeito do próprio estatuto do saber com que Freud opera, saber que não pode, assim, não afetar o modo mesmo como se faz a escrita de Freud? Não há palavras "difíceis" no texto freudiano – Freud escreve psicanálise com o *verbo comum*, próprio e adequado ao saber leigo com que ele opera – o saber do inconsciente. Mas a verdadeira dificuldade da

² Perífrase com que a extensa Coleção francesa intitulada *Découvertes Gallimard*, constituída por livrinhos pequenos dedicados aos mais variados temas da cultura, subintitula o volume dedicado a Freud, e que é eloqüente quanto ao que queremos, aqui, evidenciar.

leitura de Freud reside no fato de que cada palavra violenta subverte, por assim dizer, o *sensu comum*. Fazendo uso do verbo comum, Freud escreve um senso radicalmente incomum, em relação ao qual a dificuldade de cada um de nós em entendê-lo é sempre menos intelectual do que subjetiva, ou seja, determinada pelo que, em cada um de nós, *nada quer saber sobre isso*, e não exatamente por falta de recursos cognitivos para aceder à suposta estratosfera conceitual freudiana, que não existe. Freud sempre fala da experiência mais acessível, mas referindo-se àquilo que a ela constituiria o nosso acesso, que repelimos.

Ora, o saber que se precipita na experiência é o saber que se produz pelo *trabalho de transferência*, uma das formas com que Lacan traduz a palavra alemã *Durcharbeitung*, no texto em que ele a emprega em inglês (*working through*)³ – que evidentemente, ao pé da letra, significa *perlaboração, elaboração através de (algo)*, e é aí justamente que a tradução de Lacan, por não ser burocraticamente literal, é exata e verdadeira, além de bela: aquilo através do que (prefixo alemão *durch*, que precede o trabalho da análise – *Arbeit* – antes do sufixo de substantivo abstrato – *ung*) o trabalho de análise produz o saber de que se trata no inconsciente é a transferência, elemento não explícito na expressão alemã *Durcharbeitung*, porém nela legível pela indicação do *Durch*.

Esta leitura se confirma em um ponto do texto freudiano no qual, no entanto, ele não está tratando da *Durcharbeitung*, mas no qual ele nos diz, com toda a firmeza de suas declarações verdadeiras: “tudo o que se aprende pela transferência não se esquece”.

E a transferência, o que é, senão a irrupção do real na relação analítica, a entrada, no cerne da experiência da análise, do que Freud nomeia de *fragmento da vida real (ein Stück realen Lebens)* (FREUD, p. 211) na experiência? A transferência é presença *em ato* do real da relação de objeto que o sujeito edita na relação com seu analista, e que situa a sua posição na

³ Idem. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. (1958). In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

[F1] Comentário: Qual a data?

fantasia inconsciente. Ela faz, assim, objeção (curioso observar que a palavra objeção exprime o que um objeto faz – um objeto objeta, faz objeção a determinado movimento em direção a ele) a que a experiência analítica reduza-se a um mero *relato*, narrativa sobre a vida do sujeito, descrição de sua biografia, ou seja, de uma realidade ausente do lugar e do tempo real do tratamento, que comparecesse apenas como referente desse relato. A transferência é *presença* e não *ausência* (“nada pode ser destruído *in absentia...*”), e é *ato* e não *relato* ou representação figurativa (“... ou *in effigie*”, para reproduzir aqui as duas expressões em latim que Freud emprega para nos dizer isso).⁴ Essas particularidades interditam qualquer redução da experiência analítica a uma experiência terapêutica e, como tal, passível de generalização e regulamentação profissionalistas.

Essa irrupção em presença e em ato toma a forma do amor. A experiência analítica é a única que traz para seu seio o modo real como o sujeito ama. Freud diz que, a partir daí, não mais se pode exigir que o sujeito tenha uma “conduta irrepreensível” no tratamento. Como solicitar que ele traga um fragmento de sua vida real e, ao mesmo tempo, exigir-lhe uma conduta impecável? No mesmo sentido, falando do amor de transferência e examinando os modos como o analista *não* deve responder a ele, Freud faz aquela que talvez seja a sua mais forte advertência aos analistas, formulada de modo indubitavelmente leigo: “*Ainda mais decididamente, contudo, recuso-me a atender à segunda das expectativas que mencionei [ou seja, recusar o amor de transferência, tendo consistido a primeira em retribuí-lo, o que significa que Freud conseguia abominar a recusa moral do amor de transferência mais ainda do que sua retribuição que, no entanto, elimina igualmente a possibilidade de análise]*”. Freud prossegue:

Instigar a paciente a suprimir, renunciar ou sublimar
suas pulsões, no momento em que ela admitiu sua

⁴ Idem. (1969). A dinâmica da transferência. In: *E.S.B.* Rio de Janeiro, Imago Editora, v. 12, p. 143. (Original publicado em 1912).

transferência erótica, seria não uma maneira analítica de lidar com eles, mas uma maneira insensata. Seria exatamente como se, após invocar um espírito dos infernos, mediante astutos encantamentos, devêssemos mandá-los de volta para baixo sem lhe haver feito uma única pergunta. Ter-se-ia trazido o recalcado à consciência apenas para recalá-lo mais uma vez, num susto.⁵

Esta passagem nos parece a inspiração mesma que levou Lacan a tomar um conto do escritor italiano Jacques Cazotte, no qual o personagem vai, destemido e desafiador, ao encontro do Diabo em uma gruta na cidade de Nápoles, e estremece ante a pergunta *Che vuoi?* – pergunta certamente diabólica sobre o desejo (*Que queres?*), por isso mesmo, igualmente diabólico. Esta pergunta tornou-se uma categoria central no ensino de Lacan, e concerne ao que há de mais crucial na experiência de uma análise – a pergunta sobre o desejo – aquela que Freud nos convoca, como analistas, a fazer aos demônios do fundo do inferno (e a ouvir deles) que, “*mediante astutos encantamentos*”, o analista chama a aparecerem na análise.

Será que não fica suficientemente claro que uma experiência marcada pela presença demoníaca do desejo inconsciente, no que ele tem de indizível e inarticulável (Lacan) e indestrutível (Freud), não pode ser inteiramente regida por parâmetros socialmente estabelecidos, procedimentos compartilhados pelo que se denomina uma “categoria profissional”, regras que fazem “contrato entre as partes” e sobre as quais qualquer uma delas poderia recorrer a instâncias sociais e jurídicas como Varas Cíveis ou “procons”? Se o modo de lidar com o demônio é único, intransmissível, irreprodutível de uma experiência para outra, e se ele depende do que Freud chamou apropriadamente de *Handlung* – *manejo*, o que se faz com as mãos, mas sobretudo o que se faz como uma intervenção não previamente programada,

⁵ Idem. (1915). Observações sobre o amor transferencial. In: *Edição Standard Brasileira. Op. Cit.*, v. 12, p. 213.

não planejável (como seria qualquer procedimento técnico, médico, psicoterápico), que se decide em ato no tempo real em que ela acontece, e que Freud afirma ser “*única dificuldade realmente séria que o analista tem que enfrentar no trabalho psicanalítico*”⁶ – como estabelecer modos estandarizados, regras acadêmicas ou profissionais de formação dos agentes operantes deste campo da experiência, os psicanalistas?

Em 9 de outubro de 1967, Lacan elabora o texto que ficou conhecido como *Proposição 9 de outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola*.⁷ Nesta proposição, ele introduz uma nova lógica que articula a experiência analítica de cada um, que ele chama de *psicanálise em intensão* (neologismo, escrito com “s”) com a *psicanálise em extensão*, que diz respeito à função da Escola de transmitir a psicanálise, formar psicanalistas, assegurando que um analista (que só pode autorizar-se por si mesmo junto a alguns outros) decorre da formação dispensada na Escola, e “*presentificar a psicanálise no mundo*”.

Apesar da Escola assegurar a relação da autorização que determinado analista faz em ato por si mesmo com a “formação” que ela dispensa, Lacan situa a formação do analista na experiência analítica, a análise em intensão, o que atesta bem o caráter de *adjunção* (*raccord*, em francês), que articula os dois lados de uma mesma moeda (a formação): intensão/extensão, além de subverter a lógica vigente até então, na qual a análise dita “pessoal”, dirigida ao “cidadão comum” - o *leigo* - opunha-se ao que também até então era denominado “análise didática”, aquela que se destinaria a formar futuros psicanalistas – ou seja, uma análise pretensamente destinada a futuros “especialistas”, uma análise “não leiga”. Lacan diz então que toda análise é didática, o que, ao invés de *didatizar* a experiência analítica, dissolve a especialidade de uma análise que se diferenciaria por ser didática, *laicizando-a por completo*, e revelando que um analista é o que resulta de uma análise *tout court*, uma análise realizada no dispositivo freudiano, aquela que é para todo sujeito que a ela se submeter, seja qual forem suas motivações, demandas,

⁶ Freud, S. Observações sobre o amor transferência. *Op. cit.*, p. 208.

⁷ Lacan, J. Proposição 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *Op. cit.*

propósitos ou projetos de vida – inclusive o de tornar-se psicanalista, o que, em princípio, é um propósito como qualquer outro, ou seja, algo a ser analisado e não tomado como fundamento de uma análise “de tipo especial”. Mais do que nunca, a Proposição de Lacan reafirma o estatuto leigo da análise.

BIBLIOGRAFIA

Cazotte, J. *O diabo enamorado*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

Freud, S. *Erinnern, wiederholen und durcharbeiten*. In: *Studienausgabe*, Frankfurt-am-Main, Ergänzungsband (último volume). Schriften zur Behandlungstechnik, p. 211.

[F2] Comentário: Qual a página?

A regulamentação, a psicanálise e as psicoterapias

Maria Idália de Góes, com a colaboração de
Eduardo de Carvalho Rocha e Fernanda Costa-Moura
Tempo Freudiano Associação Psicanalítica

Nosso objetivo ao escrever um texto sobre psicanálise e o campo das psicoterapias em geral é o de estabelecer o que distingue essas duas áreas clínicas. Diferentemente de movimentos e instituições que procuram agrupar indistintamente todo tipo de prática “psi”, visando criar uma unidade que é radicalmente ilusória, acreditamos na importância de explicitar o que as diferencia. Estabelecer essa separação será significativo tanto para aqueles que procuram uma formação em psicanálise quanto para os que aí se dirigem em busca de tratamento.

Essa delimitação é particularmente importante no que tange à temática de uma eventual regulamentação destas práticas. Temos acompanhado o encaminhamento de tentativas de regulamentação da psicanálise no Brasil, e hoje, essa iniciativa se insinua pela proposta de inclusão da psicanálise no campo das psicoterapias. Esse procedimento tem acontecido em alguns países europeus, e no Brasil começa a ganhar força com a criação da Associação Brasileira de Psicoterapia. Estabelecer a demarcação entre a psicanálise e o campo das psicoterapias como forma de afastar essa ameaça de regulamentação da psicanálise tem sido uma preocupação constante do Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas.

Se o momento inaugural da psicoterapia pode ser discutido - alguns autores chegam a situar seus primórdios na Grécia antiga com o nome de *psukhagogia* ou conduta da alma -, o nascimento da psicanálise tem data precisa. Ele é decorrente dos atos realizados por Freud na escuta das históricas de seu tempo. Freud tomou posições, muito singulares, de ir abrindo mão de uma mestria sobre o paciente. Isso resultou no abandono da utilização da hipnose e da sugestão na condução do tratamento, o que teve como

conseqüência a possibilidade de dar lugar ao sujeito e a sua responsabilidade. Aí se inscreve uma linha divisória que continua a delimitar o campo da psicanálise e distingui-lo das psicoterapias.

Em que pese toda a diversidade que encontramos no campo das psicoterapias, no que tange a aspectos técnicos e doutrinários, há um fundamento em sua estrutura clínica que serve como ponto separador entre estas e a psicanálise. Nas psicoterapias, em alguma dimensão de seu processo, um corpo de saber prévio será tomado como referência na prescrição das condutas que possibilitarão uma saída da desordem e do mal-estar instalados e, conseqüentemente, um retorno à ordem. A isto chamamos de utilização da sugestão como meio de orientar o paciente na superação de seus conflitos, sintomas e queixas.

Se no uso comum, coloquial do termo sugestão, o empregamos com o sentido de um exercício quase hipnótico do poder de um sujeito sobre um outro, e ainda por cima sob suspeita de que esse procedimento atende aos interesses pessoais de quem exerce a sugestão, aqui, a significação desse termo é outra. De modo geral a estruturação clínica fundada na sugestão, como encontramos nas psicoterapias, se apóia em elementos logicamente articulados. A direção de um tratamento calcada na sugestão é, em última instância, resultante da concatenação de, ao menos, três elementos que se encontram organizados a partir de sua lógica interna: o lugar do psicoterapeuta ocupado por uma posição de saber, saber que ele possuiria e que orienta a ação terapêutica; a direção do tratamento estruturada para a superação de um conflito, o que permite que se chegue a uma reordenação, ao reencontro de uma ordem da qual esse saber é a representação, e um terceiro elemento, que é o fato de que esse saber é sustentado por uma idéia de bem-estar.

Uma psicoterapia, em alguma medida, se baseia em um conjunto de referências prévias, que compõe um sistema articulado de saber suposto a representar a ordem de funcionamento do sujeito. É justamente esta

referência que permite demarcar a disfunção apresentada pelo paciente que procura tratamento. Nesta abordagem, o conflito trazido pelo sujeito é submetido a esse saber prévio do psicoterapeuta que fornece ao paciente os instrumentos eficazes para o tratamento e superação da desordem que está em curso. Sua promessa supõe, de algum modo, que existe um saber sobre a ordem das coisas que permite restaurá-la, desde que o paciente aceite submeter-se às práticas que tal saber legitima.

Ora, esse saber de que o psicoterapeuta supostamente dispõe, e que serve de referência à condução do tratamento, é tributário de alguma visão de mundo, seja ela religiosa, filosófica, ou mesmo, científica (como, por exemplo, advogam os comportamentalistas, cognitivistas e os adeptos da programação neurolingüística). Trata-se de uma clínica que visa uma adequação do paciente a um modelo de referência do qual o psicoterapeuta é o guardião, o guia, o mestre.

Quando imbuído dessa lógica, o psicoterapeuta se autoriza a ocupar-se do direcionamento de seus pacientes, na medida em que a suposição de sua competência está fundada na justeza também suposta a seu saber. É isso que o guia para realizar a recondução do sujeito em direção a seu bem, seu bem-estar, por exemplo.

Nesse sentido, o psicoterapeuta segue em seu trabalho, fundado em uma idéia de universalidade. A universalidade que estaria implicada na idéia de um Bem comum, e que tem como desdobramento necessário um esvaziamento da dimensão singular do sujeito. Se é do lado do psicoterapeuta que está o saber, se este saber é conduzir o paciente ao encontro de seu Bem, não há espaço para tematizar a responsabilidade e a singularidade do sujeito. A preocupação que dirige uma psicoterapia é a de permitir àquele que sofre, que tem problemas, transtornos, aceder a um padrão de bem-estar por meio de exercícios de aprendizagem ou de reeducação provenientes de um prévio sistema de referências tributário de uma visão de mundo.

O julgamento acerca dessas proposições que, aliás, também orientam a

atividade médica, importa menos do que esclarecer as diferenças na concepção dos tratamentos clínicos. E, nesse ponto, não há comunidade possível entre a psicanálise e as psicoterapias.

Na clínica psicanalítica, o saber está do lado do inconsciente. Se a demanda dirigida ao analista pelo paciente é sustentada na suposição de que este analista sabe - sabe sobre as causas e sobre as soluções de seu conflito, de seus sintomas -, do lado do analista, essa suposição encontra uma acolhida muito singular. Ele sustenta esse endereçamento decorrente da suposição de que ele sabe, mas não se confunde com esse sujeito suposto saber. Ele não se identifica com ele. Por ter vivido a sua própria experiência de análise, ele deve ter podido interpretar a transferência que a tornou possível. É nessa resposta dada a demanda do paciente que a psicanálise se diferencia de uma prática psicoterapêutica.

Ao analista cabe poder dar testemunho de um saber que venha a se constituir na palavra que se enuncia a cada sessão. Palavra que traz consigo a possibilidade do inconsciente e que, sendo assim, sempre aponta para o conflito, porque se origina em Outra cena; porque carrega consigo uma zona de opacidade, porque não está conforme ao que acreditamos ser o nosso eu, ou o nosso Bem, o nosso conforto, o nosso conforme.

A psicanálise reconhece essa divisão de instâncias estruturalmente irreduzíveis. Esse modo de constituição da experiência humana, que é conflituosa, não é para ser resolvido. A nossa doença se origina na recusa dessa condição. O que está em jogo numa análise é que o sujeito possa se encontrar com essa condição, que ele possa reconhecer esses efeitos que estão aí desde sempre, nessa borda do não realizado e do já acontecido. Efeitos que descentram a autonomia do eu e nos colocam imersos nessa singular temporalidade na qual o sujeito é chamado a se dizer presente, ali onde seu sintoma se produziu.

Nesse sentido, a psicanálise, além de não resolver essa divisão que é constitutiva da experiência humana pelo funcionamento do inconsciente,

devolve ao sujeito a responsabilidade da conclusão de seu tratamento. Levado a se encontrar com sua condição de sujeito dividido pelo desejo ele terá que se decidir a ser sujeito aí, sem resolução, ou a continuar em sua miséria neurótica.

Enquanto analistas, somos instados a não abraçar as ilusões de que há uma ordem que poderá salvar o sujeito do conflito, do sofrimento, da desordem do desejo, enfim, das exigências da vida. O que se modifica para o sujeito com o trabalho de análise é a proliferação desenfreada da crueldade superegóica, dos sintomas, inibições, fobias, que sinalizam o próprio lugar da recusa do sujeito.

É o lugar do analista que desencadeia este processo. Mas, quanta dificuldade para realizar o percurso para chegar aí! Este se inicia pelo desejo de saber, saber que completaria uma imagem ideal, "O Analista", e termina por se encontrar com sua condição de objeto que causa o discurso, que provoca e possibilita, através de seu testemunho, que o saber inconsciente se faça ouvir e que o sujeito esteja, enfim, em questão. É um dado da nossa experiência o longo tempo empregado para que se faça esse percurso. E as instituições de psicanálise no Brasil têm enfrentado a questão da formação de analistas, ao longo das últimas décadas. O mínimo que se pode dizer é que hoje temos um campo que leva em conta uma diversidade interna da psicanálise e nem por isso deixa de ser constituído e respeitado. A psicanálise é uma referência em nossa cultura, a ponto de muitas vezes ter sua nomenclatura utilizada para designar outras práticas do campo "psi", sem que se pague o preço de passar por seus dispositivos clínicos e de formação.

Por isso, é claro, há preocupações legítimas quanto ao controle do que se produz sob o nome de psicanálise e do que aí acontece em termos de formação. Estas preocupações são decorrentes de diferentes aspectos do que acontece nesta área. Por um lado, existe o estranhamento acerca da especificidade de uma formação, como no caso psicanalítico, que não passa pelo controle do Estado e que não se submete aos padrões do sistema

universitário. Este pode ser um meio de formação adequado para a grande maioria das profissões no Brasil, mas, para a psicanálise, seria nefasto.

Outro tipo de preocupação diz respeito à usurpação da psicanálise e de uma nomeação de psicanalista realizada por pessoas ou grupos inescrupulosos. Nesse sentido, temos o conhecimento da atuação de grupos religiosos que procuram se apropriar do nome da psicanálise para dar legitimidade as suas práticas de atendimento ao público e titularização de seus operadores. Prometem formação rápida, baseada em cursos cujos programas oscilam em uma linha que vai do ridículo ao pensamento mágico. E, ainda, encontramos a oferta de uma gama sortida de tratamentos por *internet* e coisas semelhantes. Não há dúvida de que essas excrescências existem e geram uma preocupação legítima. Mas é fundamental refletirmos sobre os meios que estão a nossa disposição para respondermos a essas questões de nosso tempo. Se esses meios não salvaguardarem a especificidade da psicanálise, eles não serão somente inócuos, eles se tornarão mais uma fonte de deturpação de sua própria prática.

Entramos, aqui, numa questão muito cara ao Movimento da Articulação. Esse tem sido nosso tema principal de discussão e acreditamos seja o mais importante de fazer chegar aos colegas.

Diante das legítimas preocupações que descrevemos acima, uma parte importante dos psicanalistas e dos colegas do campo das psicoterapias (já que eles também são atingidos por tais problemas) acreditaram que a regulamentação da psicanálise e das psicoterapias seria a forma mais eficaz de combater praticantes inescrupulosos e de controlar a formação de seus membros.

Não é por uma questão de tradição ou de manutenção dos costumes que os participantes do Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas se colocam frontalmente contra a regulamentação da psicanálise. Poderíamos resumir a nossa argumentação em dois pontos principais. O primeiro é que a regulamentação da psicanálise gera um funcionamento contraditório com o

advento de um analista e que seria, inclusive, um fator dificultador de sua operação (esse argumento está discutido em outros trabalhos desta publicação). É o segundo, é que ela seria uma medida ineficaz. Ao invés de impedir que permaneçam nesse campo aqueles que têm práticas escusas, a regulamentação criará normas e regulamentos objetivos que serão, de forma fictícia, obedecidos por esses 'praticantes'. O que obrigará a instância regulamentadora, seja ela qual for, a lhes dar uma legitimidade que hoje não têm. E, nesse sentido, parece-nos que essa ineficácia se estende também às tentativas de unificação ilusória e regulamentadora do campo das psicoterapias.

Para a psicanálise, essa tentativa é extremamente nociva. Uma regulamentação de nosso campo se faria através da prescrição de um conjunto de regras ou normas, que serviriam para estabelecer o processo que geraria um analista. Ela tornaria, portanto, necessária a criação de um conjunto de procedimentos que, uma vez seguidos, garantiriam ao final a formação de um analista. Ora, à primeira vista, nada mais correto do que nos esforçarmos em fazer um bom programa de formação. Ou seja, um conjunto de procedimentos, etapas e estudos que, uma vez percorrido, levaria o candidato em formação a receber sua nomeação de analista. Esse é mesmo o modelo da maioria das profissões. Por que, então, isso não serve para a psicanálise? Porque o surgimento de um analista depende de sua análise. Se concordamos com isso, vemos que uma regulamentação é um obstáculo ao surgimento de um analista na medida em que o processo de uma análise e, conseqüentemente, seu tempo de duração, não são regulamentáveis. Esse percurso não pode ser antecipável, não pode ser preestabelecido.

No nascimento da psicanálise, Freud sempre sustentou a prevalência da análise pessoal na formação de alguém que visa a se tornar analista. Nessa perspectiva, o trabalho de ensino e a supervisão se situam em relação a esse fundamento. Se eles são partes importantes de uma formação, e nunca é

demais fomentar nossa dedicação ao trabalho com os textos fundamentais, é necessário que compreendamos que há uma inflexão que prioriza a clínica.

Se permitirmos que a psicanálise seja regulamentada, nós elidiremos esse ponto. Porque, a partir daí, o advento de um "analista" não dependerá desse trabalho do sujeito nos desdobramentos de sua análise e, sim, do cumprimento de caminhos preestabelecidos no campo de um saber, um saber sobre o que geraria um analista. Esse ponto que seria elidido é justamente aquele ao qual o sujeito está articulado, pelo fato de que a indeterminação do percurso e do tempo de duração de uma análise estão ligados ao tempo do sujeito, ao tempo que lhe é necessário para se decidir, decidir por seu ato, vir a ocupar o lugar de analista. Esta decisão coloca a psicanálise no campo da ética e não da técnica. Coisa totalmente incompatível ao que seria uma regulamentação.

REGULAÇÃO E PERVERSÃO

Maria Cristina Perdomo e Maria Helena Saleme

Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – São Paulo

Este escrito parte da seguinte afirmação: A regulação da psicanálise facilita o emascaramento de posições perversas no campo psicanalítico. É uma cortina de fumaça que propicia a proliferação de simulacros de formação de psicanalistas.

Freud, em *Três ensaios sobre a sexualidade*, texto publicado em 1905, definiu a perversão de forma diametralmente oposta ao pensamento científico de sua época. Freud discutiu o conceito de orgasmo *correto* que a ciência afirmava, e mostrou a amplitude da sexualidade humana. Foi mais além, colocou o acento perverso na repetição dos comportamentos sexuais, na sexualidade restrita e pobre submetida ao cumprimento de uma regra fixa. Freud mostrou a incompatibilidade entre o desejo e o engessamento do ser humano em comportamentos pré-fixados e normatizados. A questão, para Freud, era que essas regras não podiam conter a diversidade e a riqueza possível da vida pulsional. Freud opõe-se à moral, não pela anarquia, mas pela ética. Deixou subentendido em seu texto que a questão seria a de poder viver a sexualidade no mesmo ritmo de capacidade de elaboração psíquica dessas vivências.

Em 1896, em seu texto *Sobre o início do tratamento* colocou posição semelhante, quando disse que não poderia pautar o processo de conduta da análise por regras preestabelecidas. O que Freud forneceu, foram recomendações; afirmava que a diversidade dos processos mentais e as inúmeras surpresas transferenciais não poderiam ser paralisadas por regras de condutas e que o importante no trabalho seria uma postura ética do psicanalista que estivesse capacitado para ser analista.

A questão sobre a definição do papel do psicanalista e de sua função no processo analítico tem sido discutida desde o fim do século XIX, ou seja, desde

a criação da psicanálise.

Foi um assunto caro a Freud, que precisava obter a aceitação da psicanálise, garantir sua sobrevivência, impedir que fosse usurpada por psicanalistas selvagens, mas também impedir que fosse cooptada pelo poder da época, ao qual Freud contestava com suas contribuições.

Essas questões foram vividas com muito sofrimento por Freud e muitos de seus seguidores. Embora pertinentes ao nosso atual assunto, não podemos nos expandir nessas considerações históricas.

A questão “tornar-se analista” não estava e não está ligada às regras específicas, pois estas são opostas ao pensamento psicanalítico, mas não se ignora que há uma exigência de capacitação para tornar-se analista. Neste sentido distingue-se ética e moral.

Para Foucault, a ética é a prática refletida da liberdade. Não prescreve formas de agir, é uma ciência que busca princípios universais. A ética elabora conceitos das disciplinas que definem o homem. Ela está refletida nas escolhas que têm como critério a vida em sua expansão transformadora. É o campo da liberdade e da singularidade. Esse é o campo da psicanálise.

A condução ponderada do agir, o que Foucault chamou de liberdade refletida, é necessária e conduz ao trabalho, e é esse tipo de interdição que permite a sobrevivência da psicanálise. Trata-se de ética e não de proibições esterilizantes feitas por regras que paralisam.

As especificidades da psicanálise fazem com que ela se incompatibilize com regras ditadas por um campo de poder. A submissão ao poder cria uma resposta em que o discurso tenta agradar para ser reconhecido como um dos integrantes do círculo idealizado. Nada mais contrário a uma posição de escuta, onde o analista tem que se destituir, permanentemente, de um lugar de onipotência e poder, para ter a possibilidade de acompanhar e não dirigir aquele que se posiciona no lugar de analisante.

Por vezes, a fantasia de regulamentar, de impor uma lei que determine desde fora o que é e o que não é, mascara a dificuldade de enfrentar este fio

da navalha para preservar o espaço de liberdade responsável, do qual nos fala Foucault. Por isso, entendemos que preservar o caráter corajoso e criativo da psicanálise e do analista é antinômico com moldar e normatizar por meio de uma regulamentação profissionalizante.

Pensamos que o perigo da regulação é o de estimular e acobertar aqueles que estão em busca de um reconhecimento social de sua função de analista, ao invés de estimular aqueles que estão em busca de um saber. Pensamos que isso afastaria da psicanálise as mentes e posições mais criativas e efervescentes, ou seja, o analista seria inserido em uma montagem perversa que transformaria a criatividade e vivacidade em uma seriedade mortífera. O desejo transformado em obrigação.

A submissão às regras produz um enorme risco de alienação, de esterilização, provocado por um excesso de adaptação na ilusão de sentir-se amparado e incluído.

A psicanálise não pode ser ensinada, só pode ser transmitida. Obviamente há, na psicanálise, trabalho árduo de estudo e elaboração teórica, mas afirmamos que sua transmissão implica algo mais que esse estudo teórico de conceitos. A figura do professor clássico, que ensina os conceitos de uma determinada área teórica, não facilita àquilo que estamos chamando de transmissão na psicanálise. A especificidade da formação do psicanalista se dá por meio de trocas transferenciais com aqueles que ocupam o lugar de transmissores. Salientamos que há uma ética que marca essa diferença entre os lugares de transmissor e de professor. O primeiro está em uma posição de busca de saber que norteia seu trabalho, enquanto que o segundo, em geral, posiciona-se numa identificação com aquele que possui a verdade. O que se transmite é a importância de se suportar a angústia gerada pela manutenção da posição de busca, o prazer da descoberta e não a crença em um saber único e absoluto, de uma verdade última da qual alguém se tornaria possuidor. A identificação com essa postura ética só se dá pelo contágio transferencial com outro psicanalista transmissor da psicanálise.

Conseqüentemente, não há psicanalista autodidata, o psicanalista precisa de outro.

Nesse sentido, o aumento de regulamentos e de critérios burocráticos apaga a função de transmissor de psicanálise, e coloca o candidato à analista em posição de subserviência a essas regras, afastando-o do contato com o jogo de seu desejo, o que cria o analista burocrático, o normopata, que é fundamentalmente o início da agonia da psicanálise.

Pior ainda que a normopatia é a proliferação do simulacro. Pensamos que se abrem, assim, possibilidades para aqueles que, amparados nos meandros e nas brechas de uma regulamentação, possam se fazer passar por analistas, até se acreditarem analistas, e serem reconhecidos por uma legislação, sem terem a mínima idéia do que é ser contagiado pela psicanálise.

Esse psicanalista se profissionaliza, passa a participar ativamente da luta para ser incluído entre os poderosos, se submete pelo medo da exclusão; torna-se surdo às singularidades e paralisado frente às mudanças.

Temos outros elementos fundamentais na formação de um analista que tampouco podem ser regulados por lei, nem determinados por uma regra que vise à certificação de excelência do produto. Falamos, aqui, da análise de um analista e de seu percurso de supervisão ou, da análise de supervisão. Esses dois pontos cruciais marcam o ser do analista.

Com efeito, não há analista sem análise pessoal; mas, mesmo a análise pessoal só pode surgir de uma busca do sujeito como efeito de demandar uma ajuda para lidar com sua vida pulsional com outros recursos que não só os seus velhos modos de enfrentar os avatares pulsionais. A análise buscada como modo de cumprir regras de formação conduz a uma análise burocrática e desvitalizante que, mais uma vez, significa o fim da psicanálise.

Isto posto não significa ignorar as dificuldades que cada uma das instituições enfrenta para levar o processo de formação a dar como resultado um analista. Evidenciar as dificuldades é um passo adiante, regulamentar para evitá-las é um passo atrás.

Como se isso fosse pouco, corremos o risco de confundir psicanálise com religião, psicanálise com catequização, com imposição de modos adaptados e arrumadinhos de vida, ditados pelos cânones dos vencedores. E, como resultado disso tudo, a psicanálise, que nasceu e deve permanecer revolucionária e progressista, torna-se um modo de eliminação de diferenças e decreta, assim, sua própria morte. Já não será mais psicanálise, será uma prótese ortopédica que nos tornará a todos da mesma altura.

Reafirmamos, então, que os riscos são maiores que os ganhos. A preocupação com a regulamentação do trabalho do psicanalista pode parecer, para um olhar ingênuo, um cuidado em manter a tradição freudiana e a garantia da ética da psicanálise. Como já dissemos acima, trata-se de uma facilitação para a criação de simulacros que produzem um universo semelhante ao original, mas mumificado. O que, na verdade, está em jogo é a apropriação dos símbolos de poder e a vampirização da criatividade, analistas doentes de normalidade e de adaptação.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

Freud, S. Tres ensayos de teoria sexual. In: *Obras Completas*. Buenos Aires, Amorrortu, 1978.

_____. Sobre la iniciación del tratamiento (Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, I). In: *Obras Completas*. Buenos Aires, Amorrortu: 1986. (Original publicado em 1913).

Saleme, M. H. (2006). *A normopatía na formação do analista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

TERCEIRA PARTE: PSICANÁLISE, CIÊNCIA E RELIGIÃO

Psicanálise, ciência e religião

Podemos dizer, desde já, que a psicanálise não se inscreve no mesmo registro que a ciência e a religião. Entretanto, o que faz com que seja necessário que, ainda hoje, retornemos às questões pelas quais Freud passou para descobrir a psicanálise?

Que Freud tenha nos passado e nos deixado seu legado não libera cada qual, que em seu próprio percurso em relação ao trabalho do inconsciente, passe por certas questões onde se encontre os fundamentos do que chamamos psicanálise. Que Freud, conforme segue em seu percurso de trabalho, vá encontrando as bases do campo psicanalítico não livra cada um de atualizar, na transferência, essas questões. O fato de que seja assim, de que Freud tenha precisado ir trabalhando, no tempo, em relação a algo que retorna, já diz que não se trata do mesmo que no discurso da ciência e da religião. É assim, porque a lógica temporal do inconsciente o exige.

Há pontos de impasse entre esses distintos campos discursivos, em que é preciso fazer algumas articulações, pois é só no e pelo prosseguimento de Freud, pelas conseqüências de ter seguido em suas bases de trabalho, que as distinções entre esses diversos campos de prática se apresentam. É a partir da psicanálise que podemos nos permitir certos esclarecimentos sobre o que entender por uma ciência e mesmo por uma religião.

A entrada da ciência moderna com o *cogito* cartesiano, no século XVII, introduz uma mutação decisiva na fronteira sensível entre verdade e saber. Algo se transforma nessa fronteira, fazendo emergir questões que respondem a outro campo, a outro intervalo, que não o da história: trata-se da ciência moderna inaugurar o sujeito fendido, dividido. Dessa maneira, o que se verifica é que não há o homem da ciência, mas, sim, o sujeito da ciência, que, por ser dividido, faz com que qualquer restauração da fenda seja supérflua e fraudulenta. Isso ocorre, porque qualquer restauração nessa fenda anula o

momento do qual a constituição do objeto de uma ciência, enquanto ciência, necessita. Tal anulação deixa o sujeito numa certa amarração no ser, no sentido da consciência de si.

Como dissemos, o *cogito* cartesiano não funda a consciência; ele inaugura a fenda. É justamente por isso que o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência. Descartes, apesar de inaugurar o sujeito fendido, sutura, restaura a fenda com o que chamou de extensão. A extensão cartesiana faz redução do corpo ao que somos, o que é da ordem de uma esfera sem limites, por situar a idéia do espaço métrico de três dimensões homogêneas. É ao redor dessa apreensão da extensão que o pensamento da realidade se organizou e onde estamos amarrados, presos, suturados, e, ainda, onde resiste fortemente à posição freudiana. Ficamos presos porque, sem dúvida, há, aí, algo muito redutor - a estrutura do espaço esférico - que está posta no princípio da relação do conhecimento, que é o microcosmo respondendo ao macrocosmo.

O sujeito está fendido. Foi o que Freud repetiu sob todas as maneiras, depois de haver descoberto que o inconsciente só se apresenta em nós de linguagem, nós de gozo, e que há, aí, algo que quer retornar.

Quanto ao que retorna, Freud nos demonstra que qualquer patologia está organizada pela linguagem. Aquilo que retorna é para ser escutado e lido à letra, não é senão fetiches, fobias, aberrações, caprichos etc., que a neurose traz como paliativo para o fato de que há uma fenda. Este é o ponto analítico em que há algo de fundador para o sujeito, que é diferente da posição da ciência, da religião e da filosofia.

A posição da psicanálise, posição freudiana, é a de, sob o nome de inconsciente, deixar a verdade falar, no sentido de que é a linguagem que determina o inconsciente no ser falante, para além da condição animal de vivente. Quanto mais se prossegue no trabalho de falar em transferência a um analista, na experiência da divisão do sujeito, mais se engendra a hiância de um desejo confrontado com um gozo impossível.

No ponto de retorno, a restauração da fenda - que tanto a ciência

(mesmo a tendo inaugurado) como a religião e, também, a filosofia fazem -, atualiza estes campos por uma amarração do sujeito à consciência de si, ou seja, enterra o novo que há no legado de Freud, pois, diferentemente do que ele propõe, isto faz retorno ao poder do qual a história nos mostra o domínio, em termos do império totalizante, ao que sempre tem voltado. Nesse retorno, Freud coloca a necessidade lógica (lógica, porque não é necessidade animal do vivente, é necessidade construída no trabalho analítico) da emergência do inconsciente, introduzindo com isto um pouco de ar nesse lugar do império totalizante, deixando-nos, assim, a chance de encontrarmos certas condições - uma vez que nos coube viver nesta época do casamento da ciência com o capitalismo e com a religião -, no que diz respeito à dimensão da verdade.

No entrecruzamento da psicanálise com a religião está a questão do Pai, situada em toda sua potência, pelo neurótico, na clínica psicanalítica. Nesse lugar da questão do Pai, que é estrutural para a constituição do sujeito, há, em um outro nível, uma forte resistência a prosseguir o trabalho analítico. Situa-se, aí, uma ignorância da necessidade lógica que é, das paixões do ser, a maior. Essa ignorância da necessidade de falar vai no sentido de que é Deus o que fala. O Deus da palavra ordena gozar - o imperativo superegóico -, ordenado pela intrusão da voz que, neste nível, é da ordem de uma ferocidade passional. A paixão de Deus, assim situada, diz respeito à instauração do monoteísmo em sua correlação com a estúpida potência da palavra no discurso religioso. A psicanálise se diferencia disto por não ir à direção do culto ao Pai como, no caso, a religião vai. Neste ponto, o discurso analítico vai à direção da relação do Pai com o real como impossível, justamente para reduzir a potência feroz do significante, enquanto devoção ao Pai.

Nos entrecruzamentos do campo da psicanálise com os campos da ciência e da religião há, portanto, impasses importantes a serem anotados, tanto no que têm em comum como no que se diferenciam, pois fazem resistência ao prosseguimento do trabalho analítico naquilo que diz respeito ao novo que Freud descobre. Quanto a isso, faz-se necessária a aquisição de certas operações no trabalho analítico para que haja condição de passagem.

A psicanálise, que tem sua dependência no aparecimento da ciência moderna e de suas conseqüências, extrai seu fio do fato de que a ciência dá à consciência comum a aparência de um saber que recusa depender da fala e que não se assombra com o fato de que, com sua recusa, exclui o sujeito. Não podemos esquecer que é da sua interdição sobre o sujeito, enquanto efeito da linguagem, que a ciência parte como discurso.

Para Freud, essa interdição não é qualquer uma e não lhe passa despercebida: o inconsciente é um momento em que a fala, no lugar do sujeito da pura linguagem, é uma frase. Por isso, o estatuto do inconsciente freudiano é científico, posto que se origina do sujeito excluído da ciência, no que, por ser rechaçado no simbólico, reaparece no real.

Uma outra maneira de distinguir-se os campos da ciência, da religião e da psicanálise, é basear-se nas quatro causas definidas por Aristóteles. É importante retomá-las, pois nos orientam na distinção do funcionamento dessas diferentes práticas, por estabelecer o modo como cada uma delas se relaciona com a verdade como causa e por abrir para a questão da diferença a respeito da maneira como o significante está relacionado com cada uma dessas causas. Isso permite situar o que consiste como corpo, ou seja, matéria, sujeito, de uma maneira diferente do corpo enquanto cartesiano, que é o da extensão. Permite situar o sujeito por um efeito da fala - o que é radicalmente diferente de afirmar sua existência no pensar -, por tratar-se de um corpo corporificado pelo significante, na medida em que faz entrar a falta a ser do sujeito e a perda do objeto como correlativos da verdade como causa.

É justamente na divisão do sujeito, na disjunção entre saber e verdade, que Freud nos convida a estreitar o ser do sujeito na palavra, numa operação que toca a essência da linguagem, porque aí nada se fala, a não ser apoiando-se na causa. Dizer que o sujeito com que operamos em análise só pode ser o sujeito da ciência talvez passe por um paradoxo. O pensamento só funda o ser ao se vincular à fala, onde toda operação toca na essência da linguagem. Nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que

a verdade se funda pelo fato de que fala, e não dispõe de outro meio para fazê-lo.

A religião não nos serve como exemplo a seguir, por tratar-se de uma instituição de uma hierarquia social, onde se conserva a tradição de certa relação da verdade com a causa. A psicanálise distingue-se radicalmente do discurso religioso, onde a incumbência da causa é entregue a Deus, e onde o sujeito fica na situação de não poder ter nenhum acesso à verdade.

Na ciência, o saber se comunica, mas a forma dada a esse saber inclui uma maneira de comunicá-lo que, como dissemos, sutura o próprio sujeito que implica. A prodigiosa fecundidade de nossa ciência está suportada por não querer saber de nada daquilo que da verdade é causa.

Na relação da psicanálise com a verdade como causa, em seus aspectos materiais, a única maneira de desatar o ponto de nó, que é a divisão do sujeito, é como Freud o desata. Desata-o pela operação da falta de pênis da mãe, ponto da divisão do sujeito, que situa a posição deste frente ao falo, enquanto significante dessa falta na mãe. Esta operação é a que dá condições de, no trabalho analítico, situar a posição do sujeito frente ao complexo de castração em sua articulação com o complexo de Édipo.

Essas vias de argumentação situam que qualquer proposta de regulamentação da psicanálise nos remete a uma incoerência absurda, que vai em direção contrária à descoberta freudiana, enterra o novo de Freud, ao manter o modo de funcionamento hierárquico do Estado, do Exército e da Igreja.

Em conseqüência dessas mesmas argumentações, a formação do analista está inserida por Freud, como elemento da própria *práxis* analítica. Trata-se de um critério de rigor ético que fundamenta o campo dessa prática, que é distinta, e que, no entanto, pode ficar proscrito enquanto elemento mesmo dessa *práxis*, ou seja, no modo que lhe é próprio de abordar o real pelo simbólico. Com tudo isso, conclui-se que a base e os próprios fundamentos conceituais da psicanálise proscovem, dependendo do lugar de onde são abordadas suas questões cruciais.

Ao redor da ciência e da religião

Romildo do Rêgo Barros
Escola Brasileira de Psicanálise

Introdução

A filosofia, conforme entendo a palavra, é algo intermediário entre a teologia e a ciência. Como a teologia, consiste de especulações sobre assuntos a que o conhecimento exato não conseguiu até agora chegar, mas, como ciência, apela mais à razão humana do que à autoridade, seja esta a da tradição ou a da revelação.¹ (RUSSEL, 1977)

Será que um psicanalista poderia aplicar à psicanálise essa definição da filosofia proposta por Bertrand Russell?

Suponhamos, inicialmente, que sim. O psicanalista teria bons motivos para aceitar a tarefa, uma vez que o seu ofício consiste, em boa parte, num confronto entre as questões do saber, de um lado, e as da verdade do outro. E nisto, a doutrina freudiana tem, de fato, uma certa analogia com a filosofia.

Logo após aceitar a tarefa, começariam, no entanto, os seus problemas: inicialmente, como entender o sentido da palavra "intermediário"? Querera dizer que a psicanálise é equidistante, está no meio do caminho entre a teologia e a ciência? Ou, quem sabe, caberá à psicanálise fazer uma mediação, rompendo as arestas que há entre as duas? Ou ainda, será que a psicanálise é uma prática mista, metade ciência e metade teologia?

Depois de dar um destino à palavra "intermediário", o nosso psicanalista teria que recusar o termo "especulações", que se aplica pouco à psicanálise, uma vez que a invenção freudiana é antes de tudo uma prática, da qual se origina o fundamental da teoria. Recusando o caráter especulativo, talvez já não se pudesse falar propriamente de teologia, mas de religião.

Do lado da ciência, surgiriam igualmente dificuldades: o psicanalista, partidário de uma doutrina que, desde Freud, se dedica ao combate em defesa da razão, certamente não separaria de maneira tão decidida a razão da autoridade, pois o fenômeno da transferência, essencial na sua prática, representa precisamente o ponto de encontro entre razão e autoridade: a transferência e suas transformações durante um tratamento analítico nos

¹ <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/russell.htm>>

ensina cotidianamente que uma maneira de se chegar à razão é atravessar-se a autoridade.

A psicanálise nasceu no âmbito da ciência. Não exatamente *na* ciência, como parte integrante ou como um dos seus ramos, e nem como uma simples extensão, mas no seu âmbito, ou seja, ao seu redor, nas suas circunvizinhanças. A posição da psicanálise é, aliás, bem indicada pela palavra *âmbito*, que tem origem comum com outras que indicam alguma forma de duplicidade, como: *ambos*, *ambigüidade*, *ambivalência*, *ambidestro*, e tantos outros. O fato é que sem a ciência, no sentido que tem desde o século XVII e que tem trazido imensos benefícios para a humanidade, não existiria a psicanálise. A obra de Freud não poderia surgir como simples efeito de crises morais ou religiosas, apesar destas terem sido necessárias.

Freud acreditava, sem dúvida, que a ciência traria uma solução para os males da humanidade, em continuidade com os pensadores do Iluminismo. Mas, à sua maneira, com a metódica lucidez que fez com que fosse tachado de pessimista, Freud sabia que o caminho do progresso não era sem limites. Se o homem, por meio das invenções possibilitadas pelas descobertas da ciência, se aproximava da criação divina, a ponto de se tornar, na bela expressão de Freud, "uma espécie de Deus de prótese", não conseguiria, no entanto, eliminar um resíduo de mal-estar que é inseparável da sua condição. Ao concluir que "*a intenção de que o homem seja 'feliz' não estava incluída nos planos da 'Criação'*" (Ibidem, p. 95), Freud nos escancara a rachadura ética, própria do nosso tempo, onde ele vai situar a psicanálise, tanto como modo de tratar o sofrimento, quanto como uma forma inédita de laço social. É por estar situada nessa rachadura, precisamente, e não em uma intersecção ou reunião, que a psicanálise pode ser vista em relação com a religião e a ciência.

É interessante notar que nesta última citação, Freud marca com aspas irônicas dois termos: *feliz* e *Criação*. O seu realismo não lhe permitiria, sem dúvida, falar em felicidade senão como satisfação episódica, ao mesmo tempo em que a Criação, escrita com maiúscula, a rigor só poderia ser pensada no

discurso religioso, que lhe era estranho.

Apesar, portanto, de esperar muito do avanço científico, Freud nos deixou elementos fundamentais para enfrentar os impasses e desafios produzidos pela hegemonia da ciência como molde de laços sociais. Sem esses elementos, não saberíamos, por exemplo, por que fracassam e devem fracassar as tentativas de construir as relações humanas com os métodos da ciência.

Parece-me que é com esse duplo movimento, que deve ser entendida a conhecida afirmação freudiana de 1932, a tal ponto separada em duas partes, que a segunda quase nega a primeira:

Em minha opinião, a psicanálise é incapaz de criar uma *'Weltanschauung'* por si mesma. A psicanálise não precisa de uma *'Weltanschauung'*; faz parte da ciência e pode aderir à *'Weltanschauung'* científica. Esta, porém, dificilmente merece um nome tão grandiloqüente, pois não é capaz de abranger tudo, é muito incompleta e não pretende ser auto-suficiente e construir sistemas. (FREUD, Obras completas, p. 220)

A ciência que inspirou Freud, e da qual foi igualmente entusiasta e crítico, produz hoje conseqüências que não podiam ser previstas, sobretudo após a passagem direta do saber científico para a invenção e reprodução tecnológica. Ou seja, parte significativa da ciência atual destina-se imediatamente a sua aplicação, sob a pressão crescente do mercado capitalista.

Se, antes, pensava-se que o avanço do saber acarretava automaticamente o aperfeiçoamento da vida, e até da espécie humana, a cujo serviço a natureza estaria consagrada, os nossos tempos, caracterizados pela interação cada vez mais íntima entre ciência, técnica e mercado, nos mostram que as duas dimensões - a da natureza e a humana - podem perfeitamente divergir: a natureza não está necessariamente a serviço do homem, enquanto que este, usando e abusando dos recursos naturais, já vislumbra, no

horizonte, a carência definitiva de alguns deles.

Isto provocou um formidável abalo no imaginário cientificista, que permitia ao homem reconhecer-se e moldar o seu próprio destino nos objetivos da ciência. Como já dizia Lacan, em 1936, fazendo referência às mudanças no valor social da ciência, "cada progresso da ciência apagou dela um traço antropomórfico". (LACAN, 1998, p.90) Em lugar da natureza continuar a ser vista como um grande corpo unitário, com partes e funções, surgiu uma estranheza inédita no olhar que lhe dirigimos, como se ela tivesse vontade própria, muitas vezes contrária à nossa. Basta que pensemos em uma expressão, como "vingança da natureza", usada quando catástrofes naturais excedem a nossa capacidade de previsão ou são o efeito de uma exploração descontrolada dos recursos.

De repente, as coisas perdem o sentido que tinham, e já não experimentamos o fluxo que nos dava a impressão de que a história, que conduz ao futuro, nos continha a todos, homens e natureza: a história talvez não tenha uma direção garantida, as hierarquias talvez não tenham no seu topo, uma função comparável a do pai, e nós próprios talvez não sejamos o ponto para onde converge a natureza. Resulta dessa perda de sentido, a necessidade de recompô-lo, através de um embate entre sentido e não-sentido nem sempre muito claro. A psicanálise tem uma tarefa importante neste contexto, pois consiste justamente em uma prática que passa por ambos, o sentido e o não-sentido.

A ciência, se a reduzirmos ao seu substrato matemático, não tem sentido. $E=mc^2$, por exemplo, somente comunica algo a um não-especialista, se lhe acrescentarmos algumas informações sobre façanhas tecnológicas, como as conquistas espaciais, as invenções no campo da medicina, concepções cosmológicas, ou, quem sabe, se usarmos como ícone publicitário, junto a misteriosa palavra "relatividade", a célebre foto de Einstein com a língua de fora. A equação, por si mesma, é lógica, mas não tem sentido imediato, o que não impede que todos pensemos que a partir dela muita coisa mudou no mundo.

É nesse ponto preciso, em que nos damos conta de que há algo fundamental que opera sem produzir sentido, que mergulhamos em uma crise que pode ser chamada de crise de civilização. Melhor dizendo, é nesse ponto que uma crise de civilização evidencia que, como dizia Lacan, "não há ninguém que não esteja pessoalmente afetado pela verdade". (LACAN, *Escritos*, p.406)

Freud tinha uma idéia bastante complexa sobre a religião. De um lado, seria uma compensação para os sofrimentos da neurose, um ganho de gozo do qual o sujeito dificilmente abriria mão. Nesta acepção, não estaria muito distante daquilo que Marx qualificou, em 1844, com a célebre expressão "ópio do povo". Este aspecto da religião foi contemplado por Freud, sobretudo, em *O mal-estar na civilização*.

Por outro lado, a religião é também para Freud um sintoma, que implica um lugar no Outro coletivo. Isto foi tratado, por exemplo, em *Ações obsessivas e práticas religiosas* (1907), texto no qual Freud caracterizou a religião como uma "neurose obsessiva universal": a particularidade do sujeito, que na neurose se manifesta com freqüência sob uma forma negativa, do tipo "todos têm, menos eu", se dilui, até certo ponto, no universal oferecido pelo discurso religioso, e com isso o sujeito passa a ter um lugar no mundo.²

No ensino de Lacan, temos um primeiro momento, dentro do retorno a Freud, em que a aproximação entre a neurose obsessiva e a religião é estendida à própria técnica analítica e, em conseqüência, à forma de organização institucional dos psicanalistas. Em *Função e campo da fala e da linguagem*, de 1953, Lacan pergunta se uma técnica que se transmite como "um cerimonial" não merece "a aproximação mesma com a neurose obsessiva através da qual Freud visou tão convincentemente o uso, senão a gênese, dos ritos religiosos" (LACAN, *Escritos*, p. 245). É claro que esta crítica depende, direta ou indiretamente, da idéia de que a resistência à análise que realmente conta é a do psicanalista.

Em seguida, um segundo plano, que inclui necessariamente uma crítica a

² Em seu elucidativo artigo "Religião, Psicanálise", Jacques-Alain Miller aponta um outro aspecto da religião, diferente da neurose universal freudiana, e que se funda no sentido que tem nos nossos dias a palavra "experiência". Miller, J-A. Religião, Psicanálise. In: *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, 39, maio de 2004.

Freud (por ter, na opinião de Lacan, salvado o pai na sua crítica à religião), e que pode, parece-me, ser sintetizada na expressão um tanto enigmática que lemos em *Kant com Sade*, a respeito do “gozo de Deus”, ao qual “o cristianismo educou os homens a serem pouco atentos” (LACAN, Escritos, p. 784).

E, finalmente, temos a incompatibilidade entre religião e tratamento analítico que Lacan exprimiu por meio da famosa *boutade*, segundo a qual os católicos são inanalísáveis. A propósito, seria bom reler a discussão entre Jacques Aubert, Jacques-Alain Miller e Lacan, em 1976, sobre Joyce, onde se encontra esta explicação de Lacan, carregada de ironia:

os verdadeiros católicos são inanalísáveis porque já são formados por um sistema ao qual tentou-se sobreviver com a análise de Freud. É nisto que Freud é um católico tímido, prudente. Ele fez passar uma corrente de ar fresco, mas, no final das contas, sua contribuição é do mesmo princípio, como se vê no *Mal-estar na cultura*.

E, mais adiante, Lacan prevê que “veremos talvez um dia um papa que se dará conta e convidará todo mundo a fazer análise. Mas, para as pessoas já formadas, a análise é sem esperança.”³

Conclusão

A contradição atual entre a psicanálise e a religião já não é a mesma que entusiasmou Freud e seus alunos, dentro do espírito que nos é transmitido desde o século XVIII. Por uma razão simples: é que já não sentimos que a ciência é uma alternativa inteiramente confiável à quimera religiosa. A partir do surgimento no mundo de um novo par, a tecnociência, posto a serviço do mercado capitalista, já não temos, de um lado, a racionalidade, e, do outro, a ilusão. Delineou-se, pelo contrário, um novo tipo de relação entre as duas.

³ *Analytica 4*, suplemento de *Ornicar?* 1977, 9, p. 16-18.

A estrutura social do consumo é, sem dúvida, o exemplo mais significativo desse novo enquadramento, e os comportamentos compulsivos demonstram fartamente os seus efeitos subjetivos.

O psicanalista tem uma tarefa a cumprir, acolhendo os sintomas que essa rachadura ética, como a chamei acima, fatalmente produz.

BIBLIOGRAFIA

FREUD, S. *O mal-estar na civilização. E.S.B.* Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974, v. 21, p. 111.

_____. A Questão de uma Weltanschauung, em Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. *Obras Completas*, v. 22, p. 220.

Lacan, J. A coisa freudiana. *Escritos*, p. 406.

_____. Função e campo da fala e da linguagem. *Escritos*, p. 245.

_____. Kant com Sade. *Escritos*, p. 784.

_____. Para-além do princípio de realidade. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998, p. 90.

RUSSEL, B. *História da Filosofia Ocidental*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.

QUARTA PARTE – PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE

A FORMAÇÃO ANALÍTICA NÃO OCORRE NA UNIVERSIDADE

Rita Franci Mendonça

Centro de Estudos Lacanianos – Instituição Psicanalítica/RS

Começando com Freud, destacaremos os aspectos históricos e conceituais que envolveram as questões do ensino da psicanálise na Universidade. O ponto que propomos ser preliminarmente observado refere-se à situação em que se encontrava a relação entre a psicanálise e o saber médico. Ernest Jones, biógrafo contemporâneo de Freud, relata a preocupação deste autor com a acusação de “charlatanismo”, dirigida por este saber, inicialmente na Áustria, à psicanálise. A mesma preocupação estará também presente em *A análise leiga*, na qual Freud refuta este estigma que fora atribuído a Theodor Reik, por não ser médico e praticar a psicanálise (p. 206). Em nome desta preocupação, no seu texto sobre o “Ensino da Psicanálise na Universidade”, pretendia, para afastar esta hipótese, incluí-la como disciplina do curso de medicina. Mas este texto é de 1919, e Freud estava tentando, neste momento, dissociar a psicanálise desta acusação, pretendendo, com isso, “as boas graças” de seus, então, contestadores médicos. Isto, contudo, o afetou, tanto que, nos anos de 1930, nas *Crônicas Breves* de seu *Diário* nos dirá:

tal como as coisas estão hoje, mediante esta escolha vocacional [formar-se em medicina] ter-se-ia impedido toda a possibilidade de ter alcançado êxito, em uma universidade e, se tivesse que começar a vida como médico praticante, encontrar-me-ia no meio de uma sociedade [a formação médica da Escola Positivista de Viena] que não entenderia os meus esforços e tratar-me-ia com desconfiança e

hostilidade (referência a 28/09/1930).

Ele, em 1926, já nos advertia sobre a possibilidade de existência, meramente conceitual, de uma "Faculdade de Psicanálise". Contudo, nesta, ele pretendia que se ensinasse: "muito do que já era lecionado pela escola de medicina": a biologia, algo da psiquiatria que pudesse vir a contribuir para a "ciência da vida sexual", bem como a psicologia do inconsciente, enfatizando, sobretudo, que

(...) a instrução do analista abrangeria ramos de conhecimento distantes da medicina e que o médico não encontra jamais em sua clínica: a história da civilização, a mitologia, a psicanálise da religião e a ciência da literatura. E a menos que esteja suficientemente familiarizado com estas matérias, um analista nada poderá fazer da maior parte de seu material (Freud, 1926, p. 278).

Como se vê até aqui, em momento algum, embora Freud reconhecesse que a psicanálise pudesse ser ensinada na Universidade, tanto em apoio à medicina, como de "per si", ele jamais abonou, por destacar a importância da transferência, que a formação em psicanálise fosse um atributo da Universidade. Até porque, como o ensino universitário é regulamentado, isto poderia implicar em subordinar a formação psicanalítica e o ensino da psicanálise a sua regulamentação, o que tornaria sem sentido sua argumentação em A análise leiga. Por isto, nos disse:

Eu quis apresentar um terceiro interesse: o da ciência [...] Pois não consideramos absolutamente conveniente para a Psicanálise ser devorada pela medicina e encontrar seu último lugar de repouso

num livro sobre Psiquiatria sob a epígrafe: “Métodos de Tratamento” [...] Merece melhor destino e, pode-se esperar, o terá. Como uma “psicologia profunda”, que é uma teoria do Inconsciente mental, pode tornar-se indispensável a todas as ciências que se interessem pela civilização humana e por suas principais instituições como a arte, a religião e a sociedade. (p. 280)

Ainda do ponto de vista histórico e conceitual das relações da psicanálise com a Universidade, destaca-se Lacan, que tutelou um departamento universitário de psicanálise em Vincennes, onde foram ensinadas, principalmente (e isto em função da conjuntura intelectual do estruturalismo francês), as conexões da psicanálise com a epistemologia, com a lingüística e com a literatura. Ali também compareceram pontos de vista, tanto sobre a teoria da clínica em suas conexões epistemológicas, quanto em sua descrição conceitual. Porém, sobretudo lá, não caberia que se ministrasse a formação em psicanálise, seja porque esta já era realizada, sob a égide de Lacan, na Escola Freudiana de Paris, seja porque o seu público não se constituía de alunos formais. No que se refere à formação clínica em psicanálise, o pensamento lacaniano embasa-se na assertiva de que: “No começo da Psicanálise está a transferência” (Lacan, 1975, p. 250). E, Lacan, então, para além da psicanálise clínica, irá propor, como limite do seu ensino, a intervenção e a presentificação da psicanálise na cultura (a partir de sua instituição formadora e não da Universidade) e, conseqüentemente, na sociedade. Por isso, ele enfatiza: “Para introduzi-los [os analistas] nisso, eu me apoiarei nos dois momentos da junção do que chamarei... de psicanálise em extensão, ou seja, tudo que resume a presentificação da psicanálise no mundo, e de psicanálise em intensão [clínica]” (Lacan, 1975, p. 251). Como se percebe, tanto a formação clínica, compatível com a psicanálise em intensão,

como o ensino que é, principalmente, compatível com a psicanálise em extensão, eram ministráveis no âmbito de sua Instituição Psicanalítica e não da Universidade. Portanto, embasados nos pensamentos tanto de Freud como de Lacan, trata-se de não se apoiar o ensino de psicanálise na Universidade, quando este possa ser tomado como se fora a formação de analistas.

Por esta razão, enfatizamos que, no trabalho freudiano *Sobre o ensino da psicanálise nas Universidades* (p. 215-217), destacou-se, como já se disse, que a Universidade poderia ter uma disciplina curricular sobre psicanálise, principalmente no curso de medicina, no sentido de dar melhores condições aos médicos de compreender os problemas psíquicos, ao invés de encarar o paciente apenas do ponto de vista da biologia. Entretanto, Freud sustentou que, ali, “este ensino só pode ser ministrado de maneira dogmática e crítica, por meio de aulas teóricas”. Por outro lado, para ele, não será na Universidade que o estudante poderá ter acesso a uma “verdadeira prática da Psicanálise”, pois todo o ensino de graduação requer um longo estudo posterior, em que deveria ser aprofundada (transferencial, clínica e teoricamente) a relação com a psicanálise. Contudo, a seu ver, um estudante não aprenderia psicanálise propriamente dita na Universidade, pois, além do estudo teórico, fazia-se necessária a análise pessoal e a supervisão clínica. Isto porque, para ele, a psicanálise só pode avançar quando proposta transferencialmente.

Para melhor compreender-se a posição freudiana, vale a pena levar-se em consideração sua elaboração do conceito de transferência, estabelecido em 1919. Já em 1900, na *Interpretação dos sonhos*, esta categoria era mencionada em relação ao relato onírico, como uma modalidade de deslocamento, e denominada, então, de “pensamento de transferência”. Contudo, no sentido lingüístico da língua alemã, a palavra *transferência* tem seu significado equivalente ao termo *transmissão*, razão pela qual Freud utilizou, a este respeito, a expressão *pensamento*. Deste modo, a partir de 1919, Freud irá associar a transferência, entendendo-a, naquele momento, como “trabalho de transferência”, à provocação (por parte do analista) do

amor de transferência. Entretanto, do ponto de vista de Lacan, ambos seriam pertinentes ao discurso do analista (sinônimo de psicanálise intensiva), pois, na transferência tratar-se-á da atualização do inconsciente que, conforme Freud, é onírico e pulsional e, conforme Lacan, é simbólico por ter a linguagem como condição. Logo, se o trabalho de transferência atualiza, sob a forma de amor de transferência, o inconsciente pulsional, a transferência de trabalho (transmissão transferencial da teoria psicanalítica) será uma retomada, como atualização literal, da inicial noção freudiana (de 1900) dita "transferência de pensamento". Então, as tentativas de se ensinar a psicanálise fora do tripé analítico - ensino, análise pessoal e supervisão clínica - provocariam a impossibilidade de transmiti-la. Por outro lado, não se concebe a possibilidade de haver psicanálise sem serem levados em consideração os quatro conceitos fundamentais freudianos, sobretudo o inconsciente e a transferência. Logo, a transmissão da psicanálise não se fará sem referência ao saber inconsciente, e tem-se conhecimento de que este é atualizado apenas pela transferência através de efeitos de linguagem.

Sabe-se, também, que a questão do sujeito do inconsciente (pós-Galileu e Descartes) fez da psicanálise, à feição do século XVI, um saber experimental teórico-clínico. Por esta razão, seja em Freud e Lacan, como em Winnicott, Melanie Klein e Bion, a teoria e a clínica são conceituais e transferencialmente indissociáveis.

Porém, no que se refere a Universidade brasileira, no Rio de Janeiro, por exemplo, começou-se por introduzir, regularmente, o saber psicanalítico nos anos de 1970, mas apenas em conexão com a teoria da literatura, a psicologia, a filosofia e, sobretudo, a área de comunicação e cultura. Não havia, como em Vincennes, um departamento específico de psicanálise. Mas, se na França enfatizava-se, sob a égide lacaniana, o estudo, principalmente, da psicanálise e de suas conexões, no Brasil, destacava-se, no estudo destes saberes e disciplinas (que a originaram), a conexão dos mesmos com a psicanálise; basta, para tal, uma breve consulta ao texto de Lacan sobre

Vincennes, publicado em 1975 na revista *Ornicar?*, no caso francês, e ao trabalho de Álvaro de Sá: *A apresentação em Psicanálise & Literatura*, no caso brasileiro. Tal contribuição à psicanálise poderá resgatar a dívida conceitual da mesma com os saberes que contribuíram para a sua fundação. Porém, o surgimento, a partir dos anos de 1980, de cursos de especialização, mestrados e doutorados em clínica psicanalítica, bem como setores de clínica psicanalítica nos doutorados de psicologia, permitiu que se criasse a suposição de a Universidade poder substituir as instituições psicanalíticas como centro de formação. Deste modo, onde deveria haver transferência, haveria, agora, apenas currículo e burocracia, e onde poderia haver a suposição de saber teríamos um desvirtuamento da formação em psicanálise que é associado ao ritual da diplomação universitária e, conseqüentemente, pode sugerir, como tem acontecido a quase todo ensino universitário, a obrigatória regulamentação. Assim, ao invés do reconhecimento pelos pares, de uma história analítica, principalmente dos que deveriam ministrar a formação, haveria, neste lugar, a substituição desse reconhecimento, por exemplo, pela burocratização do ensino e pela imaginatividade da formação em psicanálise. Então, a pretexto de se reconhecer uma situação de fato, a psicanálise não só estaria abrindo mão do papel da transferência na formação do analista, mas também estaria cedendo sobre a importância da supervisão, que conceitualmente, para Lacan, significa análise da resistência. E, embora haja um imaginário disseminado sobre a possibilidade de se formar analistas na Universidade, não nos podemos esquecer que o que se deveria sustentar na instituição acadêmica, no nível de pós-graduação, seria a possibilidade de se ensinar, por exemplo, os saberes referentes às conexões com a psicanálise, tais como: a estética, a literatura, a semiologia, a epistemologia, a filosofia, a lingüística, a lógica e a topologia. Dessa forma, a Universidade poderia exercer um importante papel de complementariedade que muito ajudaria, inclusive, o ensino teórico quando compatível com a formação em psicanálise nas instituições psicanalíticas. Ainda que a Universidade não forneça, de direito, a

formação em psicanálise, há, sem dúvida o risco de, de fato, este “ensino” ser tomado como tal.

Por todas estas razões, trata-se de não recomendar, eticamente, o ensino da psicanálise na Universidade no nível de pós-graduação, no sentido de não ser estimulada a suposição de que este ensino poderia equivaler a uma formação em clínica psicanalítica. Entretanto, no nível de graduação, tem-se mostrado enriquecedor o ensino de noções gerais e conceituais sobre o assunto, a título de divulgação da psicanálise, até para diferenciá-la das teorias que privilegiam o ego. Contudo, justificam-se plenamente, as especializações, mestrados e doutorados que pretendem, em seus currículos, dar conta da genealogia dos saberes fundantes da psicanálise, bem como da própria psicanálise como um saber fundante destas áreas. Lacan tomou estes saberes e os articulou ao inconsciente freudiano para produzir uma série de conceitos clínicos que, a seu juízo, só seriam transmissíveis por via transferencial. Entretanto, esta articulação do autor citado não justifica o ensino de temas como, por exemplo, diagnóstico e tratamento das estruturas clínicas, pois, para a efetiva transmissão dos mesmos tornam-se necessários os pré-requisitos transferenciais básicos.

BIBLIOGRAFIA

FREUD, S. A Dinâmica da transferência. In: *Edição standard brasileira das Obras Psicológicas Completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, v. 12, 1976. (Original publicado em 1912).

_____. Observações sobre o amor transferencial. In: *ESB*. Idem. (Original publicado em 1915).

_____. Conferências introdutórias sobre psicanálise, nº XXVII: A Transferência. In: *ESB*. Idem, v. 16. (Original publicado em 1917).

_____. Sobre o ensino de psicanálise nas Universidades. In: *ESB*. Idem, v. 17. (Original publicado em 1919).

_____. A psicologia das massas (de Grupo) e a Análise do ego. In: *ESB*. Idem, v. 18. (Original publicado em 1921).

_____. A questão da análise leiga. In: *ESB*. Idem, v. 20. (Original publicado em 1926).

_____. O mal-estar na civilização. In: *ESB*. Idem, v. 21. (Original publicado em 1929).

_____. *Diário (Crônicas Breves) (1930-1939)*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Kaufmann, Pierre. Transfert. In: *Dictionnaire de la Psychanalyse*. Paris: Albin Michel, 1997.

Lacan, Jacques. A proposição de 9 de Outubro. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Original publicado em 1967).

_____. (1975). Talvez em Vincennes. In: *Outros Escritos*. Idem. (Publicado originalmente em *Ornicar?*).

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1976). Transferência. In: *Vocabulário de Psicanálise*. Lisboa: Moraes Editora.

Mendonça, Antônio Sérgio et al. (1993). *O Ensino de Lacan*. Rio de Janeiro:

Gryfus (Forense).

Mendonça, Antônio Sérgio. (2002). *A universitarização da psicanálise em questão*. Rio de Janeiro. www.riototal.com.br/Coojornal nº 221 (Opinião Acadêmica).

Sá, Álvaro de. (1992). Uma Apresentação. In: Mendonça, Antônio Sérgio. *Psicanálise & Literatura*. (2ª. Ed.). Rio de Janeiro, Antares.

Toda postura frente à formação, assim como as modalidades na condução da cura, dependem dos conceitos metapsicológicos que estão em jogo. As diversas escolas se debruçam sobre o texto freudiano, fazendo uma leitura, uma releitura ou um retorno ao texto. Seja priorizando épocas da produção freudiana, hierarquizando conceitos presentes no texto original ou rearticulando-os segundo uma nova modalidade que possibilita um novo sentido, as diversas escolas produzem mudanças teóricas, das quais decorrem efeitos transformadores na prática e na forma pela qual seus membros tornaram-se analistas.

O tema da transmissão, do ensino e da formação tem sido, na história da psicanálise, um dos pivôs das rupturas nos diferentes grupos, institutos e escolas, já que remete invariavelmente ao problema do exercício, tema este intimamente ligado ao problema da regulamentação.

Podemos atribuir estas rupturas a elementos ligados, fundamentalmente, ao tipo de produção teórica, assim como a disputas de poder dentro dos estamentos hierárquicos das instituições. Na maioria dos casos, ambos se complementam e se retroalimentam. Jung e Adler se separaram de Freud por questões teóricas, mas não cabe dúvida quanto ao fato de que houve, ao mesmo tempo, uma tentativa de redefinir os lugares de poder. Em *A história do movimento psicanalítico* (1914), bem como no *Estudo autobiográfico* (1925), encontramos vestígios das lutas e rupturas que agitaram o movimento, mas, no decorrer da história, como nos diz Valabrega (1983), o móvel central destas polêmicas, rupturas e dissidências é e continua sendo o mesmo desde a origem: "o que é que é ou continua sendo da psicanálise, tanto na teoria como na prática, e o que já não é, ou seja, quem é ou continua sendo psicanalista ou quem já não é. Onde começa o abandono, a

desnaturação, a falsificação e a traição?” (p. 9)

Boa pergunta para inserir a questão que nos preocupa. Ensinar psicanálise na Universidade desvirtua e trai aquilo que a psicanálise tem de essencial?

Pensamos em cenários diferentes, em objetos de estudo diversos. Para responder a esta questão, optamos por pensar na diferenciação entre um espaço de transmissão de conhecimento e outro com características diferentes, que é o do percurso de uma formação.

A formação psicanalítica, certamente, não tem a ver com a pedagogia; a experiência de mergulhar no inconsciente em transferência nos defronta com um saber a ser construído: ele é, em si, um projeto e um processo constituinte, mas podemos pensar que a psicanálise conta, também, com um sistema de relações objetivas que constituem um corpo de idéias enunciado como disciplina, que transmite um conhecimento constituído, mesmo que ele se encontre em permanente questionamento e ebulição. A psicanálise, tanto prática como teórica, se concebe como um movimento de retorno, de reflexão e de redescobrimto.

Freud, em seu trabalho de 1923, nos fala das pedras angulares da teoria psicanalítica e confere três sentidos ao termo “psicanálise”:

- um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo;
- um método (baseado nessa investigação para o tratamento de distúrbios neuróticos); e
- uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas que gradualmente se acumulam numa disciplina científica.

Os dois primeiros itens correspondem ao espaço puramente formativo que se processa no interior de uma análise e da supervisão. O que fica em questão é: por que retirar de seu corpo doutrinário e teórico uma autonomia que lhe permitiria circular por diversos espaços?

Havelock Ellis elogia, em uma oportunidade (Vida e Obra de Sigmund

Freud), as qualidades artísticas da produção freudiana. Freud, indignado, mostra seu aborrecimento e interpreta esta posição como “a forma mais refinada e amistosa de resistência. Chama-me de grande artista a fim de prejudicar a validade das nossas pretensões científicas”.

A pergunta que continuamos fazendo é: será que, por se ensinar o corpo teórico da psicanálise na Universidade, a um auditório que não é necessariamente de psicanalistas, e por promover o trabalho de pesquisa teórica, está se participando de uma institucionalização da psicanálise? Será que esta perde sua atopia, enquanto saber não-institucionalizado, por entrar na Universidade? Ou, como se pergunta Laplanche, não se encontra, nesta recusa, o desejo de se manter como uma sociedade secreta, sendo esta outro tipo de institucionalização? (Laplanche, 1978, p. 26).

Duas experiências, na França¹, mostram a forma como a psicanálise se inseriu na Universidade com sucesso, sem desvirtuar o que, para nós, é essencial do processo formativo de um psicanalista, que não cabe de forma alguma nesta instituição.

Laplanche retomou a questão da relação entre formação de psicanálise e inserção na instituição universitária com um posicionamento bastante coerente no instituto de formação de psicanalistas ao qual esteve ligado, a *Association Psychanalytique de France*. Como se sabe, na APF, Laplanche sempre desvinculou totalmente a organização institucional da análise pessoal de cada candidato. Na Universidade, Laplanche sempre foi muito explícito em desvincular a formação universitária, o doutorado em psicanálise e o exercício da psicanálise, isto é, o exercício da atividade clínica. O doutorado em psicanálise deveria ser compreendido como uma atividade explicitamente acadêmica e voltada para a academia. Assim, a grande coerência de Laplanche, nesses dois âmbitos muito diferentes da psicanálise, foi a de manter-se extremamente atento para conservar o processo analítico em situação de máxima independência da lógica e das questões administrativas

¹ Colaborou com estas idéias Nelson da Silva Junior.

próprias a qualquer instituição, seja ela universitária, ou uma associação de psicanalistas com a função de promover a formação em psicanálise.

A outra experiência francesa diz respeito a Vincennes (Paris VIII). Foi uma experiência basicamente liderada por Serge Leclaire, que trabalhou muito para a inserção da psicanálise na Universidade, mas movido por questões até certo ponto diferentes de Laplanche, ainda que haja concordâncias de fundo.

A psicanálise, segundo Leclaire, corria um sério risco de fechamento do seu discurso em uma espécie de oligarquia de teóricos. Diante de tal ameaça de encerramento da psicanálise em torno de si própria, Leclaire via na entrada da psicanálise na Universidade uma estratégia de abertura desse enclausuramento discursivo. O espaço acadêmico pode funcionar como um lugar de alteridade para as instituições de formação, alteridade que, ao garantir a expansão da psicanálise para outros domínios da cultura, leva-a para uma arena de diálogo e discussão, sem a qual esta ciência pereceria por autofagia e sufocamento. Do mesmo modo, resgata a dívida conceitual com os saberes que contribuíram para a sua fundação.

Colocado isto, apontaremos algumas coordenadas que demarcam o caminho possível de uma formação.

A experiência de tornar-se analista está marcada pela singularidade; pensamos que o caminho a percorrer será particular e original, num difícil e longo percurso guiado pelo nosso desejo de ser analistas.

O sentido desta senda será reencontrado *après-coup*. Será num caminho de ressignificação que poderemos encontrar a razão de nossos movimentos. Será num mirar para trás que reconheceremos as pegadas e rastros marcados no caminho, e então, identificaremos as filiações que nos deram sustento, as transferências acabadas ou inacabadas que propulsaram nosso ideal. É, portanto, a partir do presente que poderemos reconhecer quais as leituras fundamentais que cartografam nossa geografia. É difícil saber por onde se começa a viagem; é impossível pensar que ela tem um fim. Neste itinerário, como já tínhamos dito, o tratamento não faz parte de um saber constituído,

ele é constituinte. A psicanálise não é o discurso científico que dela fala: ela é a experiência do sujeito com o seu inconsciente. Preferimos pensar na necessidade de considerar a análise do analista como a pedra fundamental sobre a qual se constituirá o saber sobre o inconsciente, e é este saber que possibilitará ao analista colocar-se no lugar de escuta, o que nos leva, inclusive, a discordar da idéia de análise didática.

Partimos da idéia de que a estrutura relacional da transferência não pode ser capturada pelas estruturas institucionais que lhe oferecem albergue na Universidade. Não temos uma titulação e não há formas de intervenção do Estado que possam regulamentar este saber. Tampouco a Universidade poderia nos autorizar a chamarmos-nos "psicanalistas", visto que nossa formação não depende de um currículo acadêmico. Na Universidade busca-se aprender profissões, tornar-se habilitado a exercê-las, ter uma titulação. Ora, tal anseio se desencontra da idéia de formação de um psicanalista. Portanto, entendemos que a questão não é como subtrair a psicanálise da Universidade, mas como incluí-la sem atacar seus fundamentos e sua ética.

Todo trabalho universitário que, travestido de ensino de uma disciplina, proponha-se a ser um processo formativo, de fato está se apropriando de um campo – e nele penetrando – que não lhe é pertinente; é contra isto que nos posicionamos. Dura discussão esta que nos interessa processar, tomando o cuidado de não traírmos a psicanálise e nem a privarmos da troca com outras disciplinas que possibilitam um enriquecimento mútuo.

A Universidade pode favorecer o estudo teórico numa perspectiva epistemológica e crítica, mas ela não forma analistas. E nem está na sua competência pretender fazê-lo.

Freud, no texto de 1919, *Deve ensinar-se a psicanálise na Universidade?* posiciona-se e diz esperar que, um dia, a psicanálise possa fazer parte, inclusive, das disciplinas que compõem a formação do médico. Porém, ele sempre alertou para a impropriedade de se pretender formar analistas nesse espaço. Nesta perspectiva, ensino e formação não são efetivamente a mesma

coisa.

O discurso analítico está marcado pela castração, isto é, marcado pela incidência de um corte que se coloca no meio do caminho da relação do homem com a verdade. Na prática e no discurso analítico, o pensamento se vê atingido por uma lógica diferente, que desmonta a racionalidade e a lógica cartesiana, oferecendo outra forma de legitimar o conhecimento.

A formação de um psicanalista baseia-se, fundamentalmente, no conhecimento de seu inconsciente, atualizado na transferência, no estudo teórico e na clínica supervisionada, conformando o conhecido tripé da formação.

A associação livre, a atenção flutuante e o processo primário são os modos de produção de saber que interessam para a escuta analítica. A lógica que rege o espaço analítico é a lógica do desejo inconsciente. Portanto, a análise do analista se transforma no alicerce sobre a qual se apóia todo o processo formativo.

A dimensão ética da psicanálise se põe em jogo num espaço sutil, incapaz de ser fisgado: o espaço transferencial, ferramenta principal do encontro analítico, que atualiza a realidade do inconsciente como uma nova modalidade. Diz respeito a uma repetição relativa ao seu funcionamento, mas não só: o encontro analítico requer um trabalho criador, não se conforma com a repetição, já que é no desdobramento da transferência que se busca diferença.

Nesta experiência não transmissível da transferência, constituem-se redes pessoais que estão fora de toda regulamentação, se constitui um espaço singular no qual não se pode estabelecer uma verdade última apreensível que deva ser alcançada.

No deslocamento, no que foge e desliza, no que se liga de diversas formas e se repete na diferença, é que produzimos conhecimento. Não é possível designar o in-designável, não é possível que alguém legisle sobre o que é ser um analista. Os sistemas organizacionais conhecidos não dão conta da

multiplicidade de fenômenos que devem ser contemplados quando falamos de formação em Psicanálise. Há em cada instituição uma ordem única e singular proposta para percorrer o caminho da formação e mesmo assim, entendemos em nossa Instituição que não é possível outorgar uma autorização, nem uma garantia para “o devir” analista. A lei que regula o processo da formação é interna ao próprio saber e não tem correspondência possível com a lei jurídica. Os dilemas que enfrentamos como analistas estão determinados pela relação que estabelecemos com nosso próprio inconsciente e com nosso próprio desejo. Exigência ética, cujas condições nenhuma instituição é capaz de sistematizar, organizar ou legislar desde o exterior, de forma que a Universidade não teria condições de possibilidade para outorgar qualquer titulação de psicanalista.

Mas não criemos ilusões, pensando que só a Universidade pode ser uma ameaça ou traição ao espírito da psicanálise. É para as próprias instituições formadoras que devemos também estar atentos já que, sob o risco de se instituírem como autoridade que é lei, e não como portadoras da mesma, podem determinar o percurso, exigir uma análise por encomenda e determinar os requisitos que devem ser burocraticamente preenchidos para outorgar uma autorização para se dizer analista.

É de submetermos-nos à palavra de um mestre como único possuidor da verdade que devemos escapar, para conservarmos o espírito libertador da psicanálise. Inclusive, é perigoso não poder pôr em questão a palavra freudiana, porque podemos ficar presos a um dogmatismo que não responde ao seu espírito. Não são regras, exigências ou deveres o que determina a condução de uma cura e, sim, uma ética.

Nem as formas constituídas dos sistemas teóricos, nem as modalidades formadoras podem se apresentar como totalidades que encarnam a verdade e oferecem ao analista em formação a miragem de uma completitude inexistente. É no próprio questionamento e na incerteza que a instituição se oferece como verdadeira rede, através da qual, na procura do desejo de ser

analista, percorrer-se-á esse espaço de formação.

BIBLIOGRAFIA

Freud, citado por E. Jones, em: Jones, E. *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, p.587.

Freud, S. Deve ensinar-se a psicanálise na Universidade? *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1988. (Original publicado em 1919).

FREUD, S. Psicanálise. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas*, 1923 v. 18, p. 287.

Laplanche, J. (1978). *El inconsciente y el ello (Problemáticas IV)*. Buenos Aires: Amorrortu, p. 26.

VALABREGA, J.-P. *A formação do psicanalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

A psicanálise na Universidade

Denise Maurano

Corpo Freudiano Escola de Psicanálise

Busca-se na Universidade, grosso modo, aprender profissões, tornar-se habilitado a exercê-las, formar-se nelas. Entretanto, ainda que a psicanálise venha integrando, cada vez mais, o quadro de disciplinas de muitos cursos, por mais que as clínicas universitárias estejam afetadas pela psicanálise e que, nos últimos anos, tenha havido uma explosão de cursos de mestrado e doutorado sobre temas psicanalíticos – e que a universidade até favorece o estudo teórico numa perspectiva epistemológica e crítica –, é preciso salientar que a Universidade não forma analistas, nem está na sua competência pretender fazê-lo.

Inclusive, alguns psicanalistas defendem a idéia de que a psicanálise não pode ser ensinada de forma isolada na Universidade, enquanto disciplina específica, nem mesmo enquanto teoria da clínica, já que ao seu ensino teórico estaria acoplada, necessariamente, a exigência da análise pessoal – sem a qual o ensino teórico perde em profundidade –, e da supervisão clínica – sem a qual a prática não adquire uma elaboração que lhe é fundamental –, compondo a tripla sustentação da formação de um analista.

Em geral, entretanto, estes mesmos psicanalistas reconhecem o valor do estabelecimento de uma interlocução entre a psicanálise e as diversas áreas do saber, como a filosofia, a psicologia, a literatura, o direito, a medicina, entre muitas outras, e consideram a academia como um bom lugar para que tais conexões se produzam. Nessa perspectiva, a presença da psicanálise na academia seria bem quista pois, assim, poderia vir a resgatar sua dívida conceitual com os saberes que contribuíram para a sua própria fundação.

Porém, esses analistas condenam o surgimento, nos anos de 1980 e 1990, sobretudo no Rio de Janeiro, de uma série de propostas de mestrados e doutorados especificamente em psicanálise, inclusive com perspectivas

clínicas. Eles consideram tais propostas como uma espécie de “invasão” do âmbito universitário no campo da formação psicanalítica e temem que pressupostos fundamentais que a sustentam podem estar sendo substituídos não só pela burocracia acadêmica, como também pela manipulação do saber dentro dos rituais da diplomação universitária. Dessa maneira, temem o universalismo da psicanálise e a disseminação da imaginária possibilidade da Universidade formar analistas, o que seria feito com graves deformações.

A posição desses analistas difere, em parte, daquela de outros que, como nós, sublinhando a distinção entre o ensino da psicanálise e a formação do analista, entendem que é a formação do analista que exige essa sustentação tripla, não propriamente o ensino da psicanálise. Mesmo reconhecendo a falta de afinidade entre a psicanálise e o modelo do saber acadêmico, Freud via com “bons olhos” a possibilidade de, um dia, a psicanálise integrar os quadros das disciplinas oferecidas na Universidade. Sobre esse tema, encontramos o artigo escrito em 1919, *Deve ensinar-se a psicanálise na Universidade?* no qual Freud espera que a psicanálise possa fazer parte, inclusive, das disciplinas que compõem a formação do médico. Porém, ele mesmo sempre alertou quanto à impropriedade de se pretender formar analistas nesse espaço. Nessa perspectiva, ensino e formação não são efetivamente a mesma coisa e, portanto, não são tratados da mesma forma.

Certa vez, em Vincennes - centro universitário experimental na França -, Jacques Lacan, psicanalista francês, nos tempos da crise universitária de 1969, em meio a uma discussão acalorada com os estudantes, quando perguntado sobre por quê, ao final do ensino que recebem, não poderiam tornar-se psicanalistas, responde que “a psicanálise não se transmite como qualquer outro saber”. Não porque a psicanálise não tenha nada a saber ou seja avessa à questão do saber, mas porque ela põe em questão a função mesma do saber, a função do saber para o sujeito e para a sociedade. A psicanálise discute a relação do sujeito com o saber e a relação do sujeito com a dimensão da vida, que escapa ao saber e constitui seu ponto limite do sentido.

O desenvolvimento científico veio a culminar com o que poderíamos chamar de objetivação da ciência, no sentido mesmo da produção de objetos dela decorrentes. Este desenvolvimento foi prodigioso na criação de artefatos, engenhocas, fabricações que, acessíveis no mercado, adquiriram tamanha importância na vida contemporânea que atraíram para si, em seu consumo, valores que antes eram dispensados a outros ideais. Chegam, até mesmo, a serem tomados como equivalentes ao valor do sujeito. Obviamente, a Universidade (e o que nela se produz) não se manteve alheia a esses desdobramentos que se deram entre o saber e a ciência.

Quando perguntado sobre se haveria uma disciplina fundamental que daria conta da unidade das ciências humanas, Lacan demarca que o objeto da psicanálise não é o homem, mas o que lhe falta - não uma falta absoluta, mas a falta de um objeto. (LACAN, 1975, p. 55). Seu objetivo é advertir as ciências humanas quanto a sua pretensão de neutralidade. O discurso da ciência está muito longe da neutralidade por ele pretendida, dado que está completamente comprometido com a referência ao contexto social, que age como a motivação da produção do saber científico.

A Universidade veio, pouco a pouco, a ser convocada a responder sobre a ciência. Criada pelo poder político no período medieval, no século XII, tendo como termo de comando em seu discurso o *saber*, a Universidade se comporta de maneira diferente, dependendo se o que interessa ao saber é a verdade, cara aos filósofos ou é o real, buscado pelos cientistas. Assim, embora sempre comprometida com o saber, a finalidade da Universidade muda através dos tempos, o que implica em mudanças no discurso que nela é produzido nos diferentes momentos.

Tocado pela grave crise do ensino desencadeada em maio de 1968, a qual trouxe inúmeras conseqüências sociais, especialmente no âmbito das universidades, Lacan desenvolveu a teoria dos quatro discursos - discurso do mestre, discurso histórico, discurso universitário e discurso do analista -, que evidenciam diferentes modalidades de constituição de laço social. Num dos

capítulos da coletânea recém-publicada *Lacan e a formação do psicanalista* (MAURANO, 2006), foi proposta uma análise das implicações dos efeitos desses quatro discursos no âmbito da Universidade. Se é na Universidade que começa toda a rebelião, trata-se de pensar qual a função da Universidade, pois esta não é a mesma nas diferentes épocas. É preciso pensar igualmente de que maneira sua função foi preenchida, tamponada ou desviada a cada momento. Esta função parece se relacionar com a maneira pela qual a sociedade está organizada.

Na perspectiva da sociedade capitalista, sujeito e objeto equivalem-se. Trata-se sempre de contabilizá-los. Assim, o discurso da Universidade, inspirado por esse tipo de mestre (o capitalista é, para Lacan, o mestre moderno), ocupa-se com a fabricação de produtos para o mercado, nem que esse produto seja o próprio estudante. Os estudantes são, na Universidade, equiparados a créditos, unidades de valor, engajados num circuito econômico, no qual a relação entre trabalho e *mais-valia* faz todo o seu sentido. Certamente, a idéia de mestrados profissionais, a proposta de que a Universidade funcione como incubadora de empresas, e inúmeras outras propostas de articulação desta com a sociedade atual, vão numa direção em que, certamente, a prioridade não é a aventura da pesquisa que interroga o saber estabelecido, e nem mesmo a produção de um pensamento sobre a ciência.

O saber que interessa, nesse caso, é aquele que pode ser objetivado, de preferência por artefatos que sirvam ao consumo do mercado. Tais objetos serão tanto melhores quanto mais puderem se prestar ao consumo e, através disso, conferirem valor ao sujeito que o consome. Trata-se, como foi mencionado acima, da tentativa determinada de fazer equivaler sujeito e objeto, buscando, via o segundo, dar consistência ao valor do primeiro. Essas fabricações vêm a se colocar como o que substituiria nossa radical *falta-a-ser*.

De todo modo, na Universidade trata-se de produzir teses. Cada um será etiquetado segundo a tese que produzir. É isso que conferirá peso ao nome de

alguém, é isso que virá conferir-lhe valor, título. A fala deve, nesse contexto, estar comprometida com a escrita, com o que está escrito. É isso que sustenta igualmente a função dos atestados, certificados, contratos etc. Na Universidade deve-se dizer o que está escrito. Mas, felizmente, nem tudo o que ocorre na Universidade é da ordem do discurso universitário. E mesmo o discurso universitário tem sua função e pertinência dentro do contexto no qual habita. Resta, de todo modo, aos analistas que se aproximam da Universidade, tentar ficar o mais próximo possível do questionamento do saber. O discurso analítico vem questionar, então, para que serve um discurso que exclui o dinamismo da verdade (LACAN, *op. Cit*, 85).

Nesse ponto, será destacado um elemento que constitui uma absoluta resistência ao tal universitarismo, ou seja, resistência a que se busque impropriamente promover, na Universidade, a formação do psicanalista, ou mesmo que se busque regulamentar burocraticamente a psicanálise. Esse ponto não é, senão, o que em psicanálise se designa transferência - investimento que é feito na pessoa do analista, que tem como efeito o amor, possibilitando uma atualização da realidade do inconsciente.

Do manejo da transferência, ao longo do processo psicanalítico, dependerá o sucesso ou o fracasso do tratamento. É isso que traz a dimensão viva desse processo, no qual as questões não dependem de racionalizações ou de elaborações intelectuais. Será também dos destinos tomados pela transferência e da fecundidade com que esta possibilitou o acesso do sujeito a seu desejo que poderá advir, desse processo, um analista. Ou seja, um sujeito, fisgado por um desejo absolutamente singular que é o *desejo do analista*.

É não só a experimentação da lógica do inconsciente, na qual se desvelam as mais potentes determinações, como também o reconhecimento em si mesmo da natureza intrinsecamente conflituosa do psiquismo, que podem vir a possibilitar ao futuro analista um acesso ao exercício dessa função. Isso é algo rigorosamente impossível de ser regulamentado e isso

também revela a impossibilidade radical da Universidade pretender formar analistas.

Na perspectiva da distinção entre ensino e formação, encontra-se também a diferenciação entre ensino e atividade de transmissão. Isso envolve uma enorme discussão, mas tomando em consideração essa distinção e tentando sintetizá-la, pois este não é o espaço para desenvolvê-la, poder-se-ia dizer que a exigência imprescindível da atividade de transmissão é a que aponta para o fato de o analista poder inscrever sua experiência própria, sobretudo a que decorre de sua análise pessoal, em sua atividade de ensino teórico-clínico. Afinal, como é sabido, para se sustentar a função de analista é preciso que se faça análise, e que se tenha levado sua própria análise o mais longe possível. Marco Antonio Coutinho Jorge (2006) vem desenvolvendo a idéia de que a atividade de transmissão da psicanálise implica o fato de o analista - para além de ter se havido, em sua própria análise, com os percalços da travessia da fantasia que o subsumia na vida, para o seu melhor e seu pior - dever haver-se, nessa perspectiva de transmissão, também com a *travessia da teoria*. Tal fator poderia funcionar como mais uma demarcação nessa possível diferenciação acima sugerida.

Nesse sentido, seria interessante que se pensasse que o plano amplo do ensino seria menos exigente que o da transmissão. Entretanto, para além de todas essas diferenças que se colocam acerca dos procedimentos de expansão da psicanálise, fato é que o que de mais importante ela tem a contribuir para a cultura, é a sua ética particular. Tal ética não é, senão, a ética da *precariedade*. Uma precariedade da qual nem o mestre nem o universitário querem saber, e que, longe de invocar uma posição pessimista, melhor se coaduna com uma visão trágica - no sentido grego - da existência. Isso nos vale para a intervenção da psicanálise tanto na Universidade, quanto em qualquer outro âmbito do contexto social.

BIBLIOGRAFIA

FREUD, Sigmund. *Deve ensinar-se a psicanálise na Universidade?* Buenos Aires: Amorrortu, 1988, v. 17. (Original publicado em 1919).

JORGE, Marco Antonio Coutinho. (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa / Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, 2006.

LACAN, Jacques. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____ et al. (1975). Resposta aos estudantes de filosofia sobre o objeto da psicanálise. In: Escobar, Carlos Henrique (org.). *Psicanálise: ciência e prática*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975.

_____. Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines. In: *Scilicet*, 6/7, Revue du champ freudien. Paris: Seuil, 1976.

MAURANO, D. Um estranho no ninho – a psicanálise na Universidade. In: Jorge, M. A. Coutinho. *Lacan e a formação do analista*. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria e Corpo Freudiano – Escola de Psicanálise, 2006.

APÊNDICE

Manifesto de Entidades Brasileiras de Psicanálise

Ano de publicação: 2001

Há cerca de noventa anos a formação de psicanalistas está baseada em três atividades complementares e indissociáveis entre si: a análise pessoal, os cursos teóricos e a supervisão dos casos clínicos.

Esta tríade configura a formação como um ofício, e o psicanalista aprende e ganha qualificação em oficinas - os institutos de formação - onde, artesanalmente, no contato com outros analistas, desenvolve sua análise pessoal, realiza seus seminários para o aprendizado teórico e técnico e tem o seu trabalho supervisionado.

A formação de cada psicanalista é um processo permanente, que se amplia no seu diálogo com os textos clássicos e com os produzidos por outros analistas, confrontados com a sua experiência pessoal na relação com seus analisandos, mesmo quando já está qualificado como psicanalista. Esta qualificação, portanto, não se ajusta aos modelos que podem sofrer algum tipo de certificação por instituições de ensino ou órgãos reguladores públicos; se existe um indicador, ele será, certamente, o de qual é a instituição que forma, quem são seus componentes, que padrões são seguidos.

Gradualmente este campo se expandiu e surgiram instituições que se propõem a formar analistas, com variações nos requisitos e na modelagem do processo de formação, mas mantendo os princípios gerais como estabelecidos no início do século passado e ampliando a parcela dos analistas, filiados a várias outras escolas, que se dedicam ao estudo e à prática da psicanálise.

Ao longo dos anos este campo estabeleceu e mantém suas tradições, com uma prática onde se preserva o patrimônio da psicanálise e onde se organiza um campo de assistência, representado pelo tratamento às pessoas que nos procuram. As instituições psicanalíticas têm a responsabilidade social de formar psicanalistas competentes, conferir-lhes autonomia para o exercício

de sua função, responsabilizando-os quanto à ética de seus atos.

Por estes motivos, a psicanálise não é regulamentada como profissão no Brasil e em nenhum outro país. Mesmo entre os psicanalistas existem muitas controvérsias e discussões, embasadas no processo de formação e na natureza do exercício da prática clínica, sobre as possibilidades de sua regulamentação.

Nos últimos cinquenta anos várias tentativas, geralmente apresentadas por parlamentares, têm sido feitas para alcançar uma regulamentação que, à primeira vista, protegeria os psicanalistas e a população que recorre ao tratamento psicanalítico. Todas foram rejeitadas pela comunidade psicanalítica brasileira, ou por não atenderem às especificidades intrínsecas à psicanálise ou porque representavam somente interesses particulares de grupos e não visavam ao bem-estar da população.

No momento está na ordem do dia mais uma destas tentativas: o projeto de lei nº 3.944 de 13 de dezembro de 2000, de autoria do deputado Eber Silva, do Rio de Janeiro.

Este projeto é, no seu todo, inaproveitável. Parte de premissas absolutamente equivocadas e estipula procedimentos incompatíveis com a essência do ofício e da formação de seus praticantes, abrindo mão do que consideramos o passo inicial de qualquer tentativa séria de abordar esta questão – ouvir a comunidade brasileira de psicanalistas, através das Sociedades e Entidades que os formam e representam. A psicanálise exercida no Brasil desfruta de um reconhecimento, no país e no exterior, conquistado pela seriedade com que preserva e transmite o patrimônio legado por Freud.

Os psicanalistas não reclamam nenhuma regulamentação do Estado. A psicanálise progride há mais de um século graças a princípios e métodos rigorosos e um corpo teórico que tem a proposta de Sigmund Freud como fundamento.

Aqui estão as principais entidades representativas que formam este campo e que assumem plenamente o compromisso com a sociedade e com a população, buscando proteger o que sabemos ser o importante e essencial

para todos nós – a presença efetiva da psicanálise no Brasil.

1. Associação Brasileira de Psicanálise
2. Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
3. Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro
4. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro
5. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre
6. Sociedade Psicanalítica do Recife
7. Sociedade Psicanalítica de Pelotas
8. Sociedade de Psicanálise de Brasília
9. Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre
10. Grupo de Estudos Psicanalíticos de Ribeirão Preto
11. Grupo de Estudos Psicanalíticos de Mato Grosso do Sul
12. Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte
13. Núcleo Psicanalítico de Marília e Região
14. Núcleo Psicanalítico de Natal
15. Núcleo Psicanalítico de Fortaleza
16. Núcleo Psicanalítico de Maceió
17. Núcleo Psicanalítico de Vitória
18. Círculo Brasileiro de Psicanálise
19. Círculo Psicanalítico da Bahia
20. Círculo Psicanalítico de Pernambuco
21. Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul
22. Círculo Psicanalítico de Sergipe
23. Círculo Psicanalítico de Minas Gerais
24. Círculo Brasileiro de Psicanálise - Seção Rio de Janeiro
25. Grupo de Estudos Psicanalíticos - MG
26. Instituto de Estudos Psicanalíticos - MG
27. Sociedade Psicanalítica da Paraíba
28. Departamento Formação em Psicanálise, Instituto Sedes Sapientiae -

SP

29. Departamento de Psicanálise, Instituto Sedes Sapientiae - SP
30. Departamento de Psicanálise da Criança, Instituto Sedes Sapientiae - SP
31. Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro
32. Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro
33. Escola Brasileira de Psicanálise - Escola do Campo Freudiano
34. Escola Letra Freudiana
35. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
36. Corpo Freudiano do Rio de Janeiro - Escola de Psicanálise
37. Práxis Lacaniana / Formação em Escola
38. Laço Analítico Escola de Psicanálise (Rio-RJ / Varginha-MG / Cuiabá - MT)
39. Associação Fóruns do Campo Lacaniano
40. Escola Lacaniana de Psicanálise - RJ
41. Escola Lacaniana de Psicanálise de Brasília
42. Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória
43. Percurso Psicanalítico de Brasília
44. Intersecção Psicanalítica do Brasil
45. Associação de Psicanálise de Brasília
46. Movimento Psicanalítico D'Escola (ES)
47. Traço Freudiano Veredas Lacanianas (PE)
48. Maiêutica Florianópolis - Instituição Psicanalítica
49. Centro de Estudos Freudianos do Recife
50. Reuniões Psicanalíticas (SP)
51. Associação Psicanalítica de Curitiba
52. Formação Freudiana - RJ
53. Aleph Psicanálise Transmissão
54. Espaço Moebius Psicanálise - BA
55. Escola Lacaniana da Bahia

56. Formações Clínicas do Campo Lacaniano - RJ
57. Escola de Psicanálise de Campinas
58. Movimento Psicanalítico Cuiabano – MT
59. Associação Psicanalítica de Porto Alegre
60. Recorte de Psicanálise - Porto Alegre
61. EPA - Espaço Psicanalítico
62. Núcleo de Estudos Sigmund Freud – RS
63. Associação Psicanalítica de Nova Friburgo
64. Colégio de Psicanálise da Bahia
65. Tempo Freudiano – Associação Psicanalítica

Como o Manifesto é das entidades brasileiras de psicanálise, as entidades abaixo o subscrevem como apoios:

1. Conselho Federal de Psicologia
2. Conselho Federal de Medicina
3. Associação Brasileira de Psiquiatria
4. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe
5. Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP
6. Rede Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental
7. Departamento de Psicodinâmica: Intervenção Institucional e Clínica de Adultos do Instituto Sedes Sapientiae – SP
8. Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ
9. Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
10. Centro de Estudos em Psicoterapia, de Florianópolis-SC

Manifesto das entidades psicanalíticas brasileiras

Texto aprovado na reunião de março de 2004

Há mais de cem anos, Sigmund Freud trouxe uma contribuição inestimável para a humanidade, inventando um dispositivo de investigação e tratamento clínico, a psicanálise, que permanece até hoje como a mais importante e séria abordagem do psiquismo humano. Ao mesmo tempo em que esclareceu a estrutura do psiquismo, acolheu de maneira criativa e inédita o sofrimento de pessoas que sem esse recurso seriam reduzidas ao silêncio e estariam sujeitas a dificuldades cada vez mais graves. Após esse ato de invenção, o mundo nunca mais foi o mesmo, e a psicanálise de tal forma marcou a cultura que nem sempre é imediato reconhecermos a sua influência, que atingiu as artes, a ciência, a política, as regras do convívio, a educação, e muitos outros domínios e instituições humanas.

É essencial, portanto, que esse instrumento que Freud nos legou seja tratado com cuidado, para que não se percam os seus melhores efeitos ao se desvirtuarem os seus princípios.

Uma das questões mais sensíveis da história da psicanálise diz respeito às condições legais do seu exercício, que têm provocado discussões bastante intensas, praticamente desde o começo, e em geral desencadeadas a partir de iniciativas – dos Governos ou dos Parlamentos – que visam dar à psicanálise um estatuto de profissão.

No nosso País não tem sido diferente, e a cada vez os psicanalistas têm vindo a público explicar em quê consiste o seu ofício, como são formados aqueles que o exercem, e por que a psicanálise resiste à regulamentação.

A ocasião mais recente foi há pouco mais de três anos, quando psicanalistas de diferentes tendências e orientações, e representando dezenas de instituições psicanalíticas estabelecidas, de notório reconhecimento público, se reuniram para, juntamente com entidades representativas dos médicos e psicólogos, fazer frente a um projeto que, finalmente, foi recusado pelos

deputados antes de ir a plenário.

Na época, preocupava-nos também a criação no Brasil de cursos que, embora se utilizassem de uma referência expressa à doutrina freudiana, eram notoriamente inspirados por grupos religiosos, que, faltando-lhes qualquer participação prévia no já secular movimento psicanalítico, se propunham a formar profissionais-psicanalistas, sem se mostrarem capazes de garantir que eles tivessem o necessário embasamento, adquirido através da imprescindível experiência ética de uma longa análise pessoal, acrescida de uma exigente formação teórica e de uma assídua supervisão de casos clínicos. Tampouco eram claras as suas posições em relação aos princípios que regem a nossa prática.

A partir dessa época, vimos seguindo atentamente as iniciativas que, no parlamento brasileiro ou fora dele, visam à regulamentação do nosso ofício, transformando-o em profissão, pelos riscos que trazem para os princípios que defendemos.

Há pouco tempo, tomamos conhecimento de mais um projeto de lei, desta vez de autoria do deputado Simão Sessim, do Rio de Janeiro, de número 2347, datado de 22 de outubro de 2003, que se inscreve numa série de outros que ao longo do tempo foram recusados pelos parlamentares brasileiros, ao constatarem que esses projetos, uma vez aprovados, e seja qual for a boa vontade que está nas suas origens, agravariam os males que pretendem sanar: historicamente, ou porque subestimam a necessária singularidade da formação de um psicanalista, ou porque confiam essa formação à Universidade, sem atentarem para o fato de que ela não pode dispor dos necessários instrumentos para levar a cabo essa tarefa, malgrado, por outro lado, nossa Universidade prestar incontáveis bons serviços ao nosso País, em vastos campos.

Associamo-nos, portanto, a todos os movimentos de resistência à tentativa de normatização dos ofícios que relevam fundamentalmente de implicações subjetivas de cada um, e vimos em público reafirmar a psicanálise

no seu compromisso de sustentar a singularidade das pessoas que pedem a sua ajuda, assim como daquelas que a exercem, considerando sua relação e compromisso com a cultura e a sociedade onde vivem.

(Assinaram todas as entidades psicanalíticas da Articulação)

Pós-escrito de "A psicanálise leiga" (Sigmund Freud, 1927)¹

A ocasião imediata para a redação de meu pequeno escrito ao qual se enlaçam as aqui presentes discussões foi a acusação de curandeirismo a nosso colega não-médico Dr. Th. Reik pelo Tribunal de Viena. Talvez seja por todos sabido que essa ação foi abandonada, depois de terem sido instruídas todas as investigações prévias e de terem sido recebidos diferentes pareceres. Não creio que isso tenha sido um resultado do meu livro; o caso ficou desfavorável demais para a condução da ação e a pessoa que se queixara como prejudicada se revelou pouco digna de confiança.

A suspensão do procedimento contra Reik não tem provavelmente a significação de uma decisão de princípio da justiça de Viena sobre a questão da análise leiga. Quando criei a figura do parceiro "imparcial", no meu escrito que marca tendência, imaginei a pessoa de um de nossos altos funcionários, um homem de uma atitude benevolente e de uma integridade intelectual com quem eu mesmo mantive uma conversação sobre a causa Reik e a quem depois entreguei, segundo seu desejo, meu parecer privado sobre a questão. Sabia que não tinha conseguido convertê-lo a meu ponto de vista e que, por

¹ N. do T.: A proposta desta tradução consiste em destacar o Pós-escrito como uma peça de extrema atualidade no contexto psicanalítico do Brasil. A Articulação dos Analistas se confronta com três interferências providas de discursos, em princípio, alheios aos fundamentos da psicanálise que podem constituir, no entanto, um extravio para o futuro do discurso analítico. Existem as tentativas de grupos religiosos de se apropriar do nome da psicanálise e instituir um projeto de lei de regulamentação. Por outro lado, vindo do campo médico, fala-se na necessidade de um ato médico que regule as práticas que envolvam o tratamento de pacientes. Mais recentemente, a proposta de legislar sobre as psicoterapias conta com o apoio de analistas que pretendem incluir a psicanálise no seu conjunto. Como podemos observar, o corte que Freud inscreve no Pós-escrito deve ser permanentemente renovado, sendo esse corte da responsabilidade de cada analista na extensão da psicanálise no mundo.

Apenas umas palavras sobre esta tradução. Ela pretende seguir o escrito de Freud ao pé da letra, acompanhando seus cortes e suas viradas. A novidade é que ela inclui a longa parte suprimida do texto de 1927, inserida entre colchetes no lugar do qual foi retirada no texto original. Freud se absteve de publicar esses trechos, após consulta a Eitington e Jones, que consideraram que, na situação insustentável da época, provocaria uma ruptura com o grupo americano. Esses trechos, que foram encontrados pelo paciente trabalho de Ilse Grubich-Simitis, apresentam a posição nítida de Freud quanto à exigência de uma formação rigorosa e precisa do analista que não pode, em hipótese nenhuma, ser eludida por argumentos que defendem o direito do consumidor, salvaguardado pelo corpo médico. Nas passagens suprimidas, Freud não faz nenhuma concessão à ideologia do 'public opinion' e da 'efficiency' e se mostra pouco confiante pelo destino da psicanálise no mundo capitalista do consumo onde 'time is money'. Sem a função do tempo e da perda, o discurso analítico poderá sobreviver?

causa disso, também não deixei que meu diálogo com o parceiro imparcial acabasse numa conciliação. Também não esperava que tivesse conseguido causar uma única tomada de posição sobre o problema da análise leiga entre os analistas mesmos. Quem conferir neste compêndio a declaração da Sociedade húngara com a do grupo de New York talvez suponha que meu escrito de nada serviu, mantendo cada um o ponto de vista que já sustentava antes. Só que não acredito que seja assim. Penso que muitos colegas terão diminuído sua posição extrema e a maioria terá aceitado minha concepção de que o problema da análise leiga não deveria ser decidido pelos costumes tradicionais uma vez que nasce de uma situação imediata e demanda um novo veredicto.

A virada que dei à questão em seu todo parece também ter encontrado aprovação. Já tinha trazido a proposição de que não interessa se o analista possui um diploma médico, mas sim que tenha adquirido a posição singular da qual se precisa para o exercício da análise. Poderá ser realçada aqui a questão sobre a qual os colegas discutiram com tanto zelo: qual seria a formação mais apropriada para o analista.

Pensava e sustento ainda até hoje que não é aquela que a Universidade ministra ao futuro médico. A assim pretensa formação médica parece-me como um cansativo rodeio para a tarefa analítica; ela, na verdade, dá ao analista muitas coisas que lhe são indispensáveis, mas lhe traz muitas outras que ele nunca poderá realizar, acarretando consigo o perigo de que seu interesse assim como seu modo de pensar sejam desviados da compreensão dos fenômenos psíquicos. O plano de ensino para o analista está ainda por ser criado; ele deve abranger matérias de ciências do espírito psicológicas, socioculturais, sociológicas assim como também anatômicas, biológicas e de história da evolução. Há tanto ali para aprender que é justificado retirar do ensino o que não tem nenhuma relação direta com a atividade analítica e só possa contribuir de modo indireto, como qualquer outro estudo, para a educação do intelecto e a observação pelos sentidos. É fácil objetar contra esta

proposição que não há tal escola analítica e que seria, portanto, uma demanda ideal. Um ideal, sim, mas que pode e deve ser realizado. Nossos institutos de ensino já são, apesar de toda sua juvenil insuficiência, o começo de tal realização. Não escapará aos meus leitores que, no que precede, considere como evidente algo que nas discussões é ainda abordado com veemência: a saber, que a psicanálise não é nenhuma especialidade da medicina. Não vejo como alguém pode negar-se a reconhecê-lo. A psicanálise é uma parte da psicologia, mas não da psicologia médica no sentido tradicional ou da psicologia dos processos patológicos, e sim simplesmente da psicologia, sem compreender o todo da psicologia, mas sua infra-estrutura e, talvez, sobretudo seu fundamento. E ninguém deve ser induzido ao erro pela possibilidade de sua aplicação aos fins médicos; do mesmo modo a eletricidade e os raios encontraram utilização na medicina, mas a ciência de ambos é a física. Também os argumentos históricos não podem mudar em nada essa filiação. Toda a doutrina da eletricidade surgiu da observação de preparados neuromusculares, mas, hoje, a ninguém lhe ocorre, por causa disso, afirmar que seja uma parte da fisiologia. Para a psicanálise se alega que foi inventada por um médico na sua preocupação em ajudar doentes. Mas isso é evidentemente indiferente para sua apreciação. Esse argumento histórico é, também, bastante perigoso. Na seqüência, poder-se-ia lembrar como a classe médica foi no começo pouco amável, hostil e até reservada em relação à análise; disso se seguiria que ela não tem ainda hoje nenhum direito sobre a análise. E efetivamente – embora eu tenha rejeitado uma tal conclusão – estou ainda hoje indeciso se o endereçamento dos médicos à psicanálise deve ser reconduzido, do ponto de vista da teoria da libido, ao primeiro ou ao segundo dos estados inferidos por Abraham, se se trata de uma usurpação com o desígnio de destruição ou de consumação do objeto.

Se ficarmos ainda um instante no argumento histórico no que se refere a minha pessoa, posso dar, para aquele que se interesse, alguma indicação sobre meus próprios motivos: depois de 41 anos de atividade médica meu

auto-conhecimento me diz que não fui um típico médico. Tornei-me médico através de um forçado desvio de um desígnio original e meu triunfo na vida consiste em que, após um longo rodeio, reencontrei minha orientação inicial. Nos anos de infância é sabido que não tinha nenhuma necessidade de ajudar as pessoas que sofriam: minha disposição sádica não era tão grande como para precisar desenvolver seus derivados. Também nunca brinquei de "doutor"; minha curiosidade tomou, evidentemente, outros caminhos. Nos anos de juventude existiu a necessidade de entender algo dos enigmas deste mundo e, talvez, de modo arrogante, aportar algo para sua solução. A inscrição na faculdade de medicina pareceu ser a melhor via para isso, mas logo tentei, sem sucesso a zoologia e a química até que, sob a influência de von Brücke – a máxima autoridade que já tenha tido efeito sobre mim – permaneci ligado à fisiologia que na época se limitava à histologia. Então, prestei prontamente todas as provas de medicina, sem interessar-me por nada de ordem médica, até que uma advertência de meu respeitado professor me apontou que, na minha situação material tão desvalida, deveria evitar uma carreira teórica. Assim, passei da histologia do sistema nervoso à neuropatologia e, com base em novos estímulos, me dediquei às neuroses. Contudo, considero que minha falta de uma disposição médica genuína não prejudicou meus pacientes. Pois, o doente não ganha muito quando o interesse terapêutico é sobrecarregado pelo médico com tintas afetivas. É melhor para ele que o médico trabalhe friamente e do modo mais correto possível.

O relatório precedente certamente pouco contribui ao esclarecimento do problema da análise leiga. Apenas devia confirmar minha legitimação pessoal quando precisamente eu estava a favor do valor específico da psicanálise e de sua independência da aplicação médica.

Porém, aqui há de se objetar que é uma questão acadêmica totalmente desinteressante do ponto de vista prático, se a psicanálise como ciência é um domínio parcial da medicina ou da psicologia. O que estaria em questão seria

outra coisa, isto é, se a utilização da análise no tratamento de pacientes e, na medida que ela pretenda isso, deveria admitir ser incluída como uma especialidade da medicina do mesmo modo que, por exemplo, a radiologia e se submeter aos regulamentos vigentes para todos os métodos terapêuticos.

Reconheço, confesso que quero impedir que a terapia assassine a ciência. Desafortunadamente toda comparação se limita apenas a uma parte, chega a um ponto a partir do qual as comparações divergem. O caso da análise é diferente do da radiologia; o físico não precisa dos homens doentes para estudar as leis dos raios X. A análise não tem outro material que os processos anímicos dos homens e só nos homens podem ser estudados; em consequência de certas circunstâncias facilmente compreensíveis, o neurótico é de longe um material mais instrutivo e acessível que o homem normal e, quando se priva desse material a quem quer apreender e praticar a análise, suas possibilidades de formação se reduzem a uma boa metade. Está longe de mim, naturalmente, exigir que o interesse do doente neurótico seja sacrificado pelo ensino e pela investigação científica. Meu pequeno escrito sobre a questão da análise leiga se empenha em mostrar que, observando certa precaução, ambos interesses poderão muito bem entrar em contato e que uma tal solução serve também e, não em último termo, ao interesse médico corretamente entendido.

Eu mesmo tomei essa precaução. Devo dizer que a discussão não trouxe até aqui nada de novo; além disso, gostaria de destacar que ela repartiu, freqüentemente, os acentos de um modo que não está de acordo com a realidade. É correto tudo o que foi dito sobre a dificuldade do diagnóstico diferencial, a insegurança ante muitos casos na apreciação dos sintomas corporais, o que faz então necessários o saber ou a intervenção médicos, mas é incomparavelmente maior o número de casos em que tais dúvidas de modo algum surgem, não sendo preciso o médico. Esses casos podem ser cientificamente desinteressantes, mas desempenham na vida um papel bastante importante a ponto de justificar a atividade do analista leigo que está

plenamente à altura deles. Analisei durante um certo tempo um colega que desenvolveu uma recusa especialmente forte contra o fato de que alguém, não sendo médico, se autorizasse a uma atividade médica. Pude lhe dizer: já trabalhamos cerca de três meses; em que lugar de nossa análise fui levado a recorrer a meu saber médico? Ele admitiu que não tinha se apresentado nenhuma ocasião para isso.

Não levo também em consideração o argumento que dá grande valor ao fato de que o analista leigo, porque deve estar disposto a consultar o médico, não exerce nenhuma autoridade junto ao paciente, não podendo conseguir uma reputação mais alta do que um enfermeiro, um massagista ou outros. A analogia de novo não seria exata, com a ressalva feita de que o doente costuma conceder autoridade de acordo com sua transferência de sentimento e que a posse de um diploma médico não se impõe tanto tempo quanto o médico crê. Não seria difícil para o analista leigo de profissão ganhar o prestígio que lhe é devido como um cuidador da alma mundano. Com a expressão "cuidador da alma mundano" pode-se descrever geralmente a função que o analista, seja ele médico ou leigo, tem que desempenhar ante o público. Nossos amigos, entre os sacerdotes protestantes e recentemente os católicos, liberam, com freqüência, seus fiéis de suas inibições na vida ao mesmo tempo que fabricam a credibilidade deles, depois de ter-lhes oferecido um pedaço de esclarecimento analítico sobre seus conflitos. Nossos opositores, os psicólogos do indivíduo, seguidores de Adler, aspiram à mesma mudança naqueles que se tornaram inconstantes e incapazes, despertando seu interesse pela comunidade social, após ter lhes iluminado um único ângulo de sua vida anímica e ter lhes mostrado que participação tem as noções egoístas e desconfiadas no seu estar doente. Ambos procedimentos que devem sua força ao suporte da análise têm seu lugar na psicoterapia. Nós, analistas, propomos, como alvo, uma análise do paciente o mais completa e profunda possível e não queremos desviá-lo através da admissão na comunidade católica, protestante ou socialista, mas enriquecê-lo a partir de seu próprio interior, devolvendo a

seu ser as energias que permanecem ligadas no inconsciente, inacessíveis por causa do recalque e, aquelas outras, que o eu, de um modo infrutífero, é obrigado a perder em vão na manutenção dos recalques. O que nós praticamos é a cura das almas no melhor sentido. E se, com isso, estabelecêssemos uma meta alta demais? E se, realmente, a maioria de nossos pacientes não merecesse o esforço despendido neste trabalho? E se fosse mais econômico escorar, de fora, a falha ao invés de reformá-la de dentro? Não posso dizer isso, mas sei outra coisa. Existe desde o início na psicanálise uma junção entre curar e investigar, o conhecimento trazia o êxito. Não se podia tratar sem experimentar algo novo. Não se ganhava nenhum esclarecimento sem vivenciar seu efeito benéfico. Nosso procedimento analítico é o único em que esse precioso encontro se mantém. Só quando praticamos a cura analítica da alma aprofundamos nosso entendimento iluminando a vida anímica dos homens. Essa perspectiva de ganho científico foi o traço mais distintivo e satisfatório do trabalho analítico; poderíamos nós sacrificá-la em prol de algumas considerações práticas?

Algumas declarações nesta discussão despertam em mim a suspeita de como meu escrito sobre a análise leiga foi mal-entendido em um ponto. Os médicos se defendem contra mim como se eu os considerasse, a todos, incapazes para o exercício da análise e tivesse pronunciado o *slogan* de que a chegada deles deveria ser mantida à distância. Pois bem, isso não está na minha intenção. A aparência resultou provavelmente do fato de que na minha polêmica e enérgica apresentação precisei declarar que o analista médico não formado era ainda mais perigoso do que o leigo. Poderia ter tornado mais efetiva minha opinião sobre a questão se tivesse copiado um céptico que uma vez no *Sinplimus* teria se pronunciado sobre as mulheres da seguinte maneira: Um dos interlocutores se queixava das dificuldades com o sexo belo, ante o que assinalava o outro: "a mulher, no entanto, é o que ainda temos de melhor no gênero". Confesso que, enquanto não existam as escolas que desejamos para a formação de analistas, são as pessoas formadas

previamente em medicina o melhor material para os futuros analistas. Dever-se-ia pedir só que não coloquem a formação prévia no lugar de sua formação, superem a unilateralidade favorecida pelo ensino na escola de medicina e resistam à tentação de namorar com a endocrinologia e com o sistema nervoso autônomo de modo a tratar de apreender fatos psicológicos por meio de representações auxiliares. Partilho, de igual maneira, a esperança de que todos os problemas que se relacionam com o nexo entre os fenômenos psíquicos e seus fundamentos orgânicos, anatômicos e químicos possam ser abordados apenas por pessoas que tenham estudado os dois e, por conseguinte, por analistas médicos. Porém, não se deveria esquecer que isso não é tudo em psicanálise e que nunca podemos prescindir, no outro lado desses fenômenos, da colaboração de pessoas que sejam formadas em ciências do espírito. Devido a razões práticas e, também às de nossas publicações, temos o hábito de separar uma análise médica das aplicações da análise. Isso não é correto. Na realidade, a fronteira de separação corre entre a psicanálise científica e suas aplicações ao campo médico e não médico.

A mais feroz recusa à análise leiga é sustentada nestas discussões pelos nossos colegas americanos. Não considero supérfluo responder-lhes por algumas pontuações. Não há nenhum abuso da análise com fins polêmicos, quando formulo a opinião de que a resistência deles se reduz exclusivamente a fatores práticos. Eles vêem, no seu país, que os analistas leigos cometem muitos disparates e abusos com a análise e, como consequência disso, prejudicam tanto os pacientes quanto a reputação da análise. É compreensível, então, que na sua indignação distanciem-se daqueles inescrupulosos elementos nocivos e queiram excluir os leigos de qualquer participação na análise. Mas essa explicação das coisas basta para diminuir a significação de sua tomada de posição. Com efeito, a questão da análise leiga não deve ser decidida unicamente por considerações práticas e as circunstâncias locais da América não podem ser para nós a única referência normativa.

[A posição dos americanos, do ponto de vista da oportunidade, parece prestar-se diretamente à crítica. Façamo-nos a pergunta: a que atribuir a proliferação, precisamente na América, da análise leiga nociva? Pelo que se pode julgar de longe, reúnem-se aqui numerosos fatores cuja significação relativa não sei definir com certeza. Deveríamos primeiro admitir que os analistas médicos, numa extensão especialmente pequena, conquistam o respeito do público e o influenciam em suas decisões. Diversas coisas são responsáveis por isto: a dimensão do país, a falta de uma organização unificada ultrapassando os limites de uma cidade mais o medo dos americanos ante a autoridade, sua inclinação para a atuação de acordo com a independência pessoal nos poucos domínios que não foram ainda investidos pela pressão nada solícita da *public opinion*. Esse mesmo traço americano, transferido da vida política ao trabalho científico, revela-se no próprio grupo analítico, através da determinação de que a pessoa do presidente deve mudar a cada ano, de modo que não se possa construir nenhuma liderança verdadeira que, em caminhos tão difíceis, seria de grande necessidade. Ou nos comportamentos dos círculos científicos que, por exemplo, manifestam o mesmo interesse em todas as variações das doutrinas que se denominam psicanalíticas e se gabam disso como prova de sua *open mindedness*. O europeu cético não pode abafar a suspeita de que esse interesse não vai muito fundo em todos os casos e que, por trás dessa imparcialidade, ocultam-se muito desprazer e incapacidade para pronunciar um julgamento.

Parece, por tudo o que se ouve, que na América camadas da população que caem na exploração de analistas leigos fraudulentos, na Europa, já estariam protegidas desse perigo pelos seus preconceitos. Que traço da mentalidade americana é responsável por isso, de onde provém que pessoas, cujo ideal de vida mais elevado é, entretanto, a *efficiency*, a eficácia da vida, negligenciem as precauções mais simples, quando escolhem uma ajuda para as necessidades anímicas? Eu não sei o que dizer. A justiça exige, no entanto, que também não se cale o que pode ser dito para desencargo, pelo menos

parcial, dos malfeitores. Na rica América, onde há dinheiro com facilidade para toda extravagância, não há ainda nenhum lugar no qual médicos e não-médicos possam se formar em psicanálise. A pobre Europa já criou com meios privados três institutos de ensino em Berlim, Viena e Londres. Com isso, não sobra nada para os pobres bandidos, senão procurar o pouco de sabedoria de que precisam para seu preparo numa lamentável apresentação popular da análise, que qualquer compatriota tenha arranjado. Os bons livros em língua inglesa são para eles demasiado difíceis; os alemães inacessíveis. Algumas dessas pessoas, depois de terem levado, durante anos, sua existência de piratas e de terem ganho alguma coisa, vêm à Europa com escrúpulo de consciência atrasado, como para fazer legitimar *a posteriori* sua relação com a psicanálise; para se tornarem honestos e aprenderem algo. Nossos colegas americanos muitas vezes nos levam a mal por não recusarmos esses hóspedes.

Mas eles também rejeitam, dentre eles, aqueles leigos que, sem prévio abuso da análise, procuram uma formação nos nossos institutos de ensino; criticam ferozmente a insignificância do ganho com que esses desejosos de saber retornam à América. Se eles tiverem razão, não é de nossa responsabilidade, mas consequência de duas bem conhecidas particularidades do ser americano, às quais só preciso aludir. Primeiro, é incontestável que o nível de cultura geral e da capacidade de acolhimento intelectual, mesmo em pessoas que freqüentaram um colégio americano, fica bem mais baixo do que na Europa. Quem não acreditar nisso ou tomá-lo por uma difamação, pode ele próprio buscar as provas entre honestos observadores americanos e consultar assim os exemplos de um Martin in *The Behavior of Crowds*. Segundo, atemo-nos apenas ao provérbio, quando lembramos que o americano não tem tempo. Certo, *time (is) money*, mas não se compreende muito bem por que deve converter-se em dinheiro com tanta pressa. Também conservaria seu valor de dinheiro se andasse mais devagar e poder-se-ia pensar que quanto mais tempo se investisse inicialmente, mais dinheiro retornaria no final. Nas nossas

regiões dos Alpes, diz-se habitualmente quando dois conhecidos se encontram ou se despedem: *deixa o tempo*. Nós já satirizamos muito esta fórmula, mas frente à precipitação americana, aprendemos a discernir quanta sabedoria de vida se encontra nela. Contudo, o americano não tem tempo. Ele se apaixona pelos grandes números, pelo engrandecimento de todas as dimensões, mas também pela redução da despesa de tempo mais aparente. Creio que isso é chamado de *record*. Assim, ele quer aprender a análise em três ou quatro meses e os tratamentos analíticos não devem durar naturalmente muito tempo. Um analista europeu, O. Rank, mostrou-se disposto a obedecer o impulso a abreviar dos americanos e, de acordo com isso, fundou sua técnica que consiste na ab-reação do trauma de nascimento e tratou de dar um fundamento teórico a seu percurso na "psicologia genética". Estamos acostumados a que cada necessidade prática crie a ideologia que lhe corresponda.

Os decursos psíquicos entre consciente e inconsciente têm, pois, suas condições temporais particulares, que afinam mal com a demanda americana. Não é possível, em três ou quatro meses, transformar um homem, que até então não entendia nada da análise, em um analista; é ainda menos possível produzir num neurótico, em um tempo tão curto, as modificações que devem lhe devolver a perdida capacidade de trabalho e de gozo. O americano também não chega a nada nos nossos institutos porque, via de regra, permanece neles um tempo demasiado curto. De resto, já ouvi falar de alguns leigos da América que passam pela formação completa de dois anos de extensão – prescrita nos nossos institutos de ensino também para os próprios candidatos médicos – mas nunca de um médico americano que tenha se tomado tanto tempo. Não, devo corrigir-me: conheci, porém, uma tal exceção e trata-se de uma médica americana que nunca exerceu a profissão médica.

Arrisco-me agora a assinalar ainda outro motivo sem o qual a situação na América não seria compreensível. O supereu americano parece reduzir muito sua severidade com o eu quando se trata de um interesse de lucro. Mas

talvez meus leitores achem que eu já falei bastante mal daquele país ante o qual, na última década, aprendemos a nos curvar.

Chego à conclusão.]

A resolução de nossos colegas americanos contra os analistas leigos, guiada por motivos essencialmente práticos, parece-me não prática, pois ela não pode mudar um dos fatores que regem o estado de coisas. Ela tem quase o valor de uma tentativa de recalque. Se não se pode impedir os analistas leigos de exercerem sua atividade, e se o público não sustenta o combate contra eles, não seria mais conveniente levar em conta o fato de sua existência, ao mesmo tempo se lhes ofereça ocasiões para formação, se obtenha influência sobre eles e se lhes apresente a possibilidade de aprovação pela classe médica e de solicitação como estímulo para um trabalho conjunto, de tal modo que tenham interesse em elevar seu nível ético e intelectual?

Tradução de Eduardo Vidal
Psicanalista, membro da Escola Letra Freudiana, RJ.

QUESTÕES À “ARTICULAÇÃO”

Texto publicado na *Revista La Psychanalyse*, 6, 2006. Toulouse/França, p. 77-87.

Entrevista realizada por Marie-Jean Sauret, um dos editores da Revista.

Quando do Simpósio Nacional *Psicanálise e psicoterapia no campo da saúde mental* que teve lugar no Rio, de 31 de agosto a 3 de setembro de 2005,¹ participaram vários membros da Articulação das associações de psicanálise no Brasil. A Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras é uma iniciativa que reúne analistas de diferentes associações, da IPA a grupos lacanianos que não têm o hábito de se freqüentarem do nosso lado do Atlântico, e merece ser conhecida. Não se trata de uma associação, nem mesmo de um grupo de fato, simplesmente de uma iniciativa, um movimento que tem como único objetivo sustentar o discurso psicanalítico, a importância da pluralidade das associações de psicanálise e, enfim, a orientação freudiana. O que surpreende é ouvir não um comunicado comum, mas tomadas de posição singulares de vários membros desse coletivo que, sem se preocuparem com uma falsa homogeneidade, conseguem fazer escutar uma posição comum, uma espécie de lógica coletiva em ato. É essa trama das singularidades que gostaríamos de dar a ler aos leitores de *Psychanalyse*.

Psychanalyse: Seria possível fazer um breve histórico sobre as razões da “Articulação”, de seu funcionamento, resultados e precisar as pessoas e os grupos de referência? Como os membros se cooptaram? É possível acolher novas pessoas? Esse “não-grupo” tem alguma base associativa declarada (estatutos etc.)?

Tempo Freudiano Associação Psicanalítica (Tempo):² A Articulação começou a se reunir para dar enfrentamento às tentativas de regulamentação da psicanálise promovidas inicialmente por grupos de evangélicos que fundaram cursos de psicanálise em várias cidades brasileiras...

Sonia Alberti (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Laciano – EPFCL): ... Cursos não reconhecidos pelos psicanalistas e visando todo um campo de investimento financeiro – vários se interessavam em dar esses cursos que, no entanto, não tinham reconhecimento oficial, o que só permitia a distribuição de diplomas não oficiais –; esses grupos religiosos acreditavam

¹ NT: Simpósio do qual participou o colega Marie-Jean Sauret, que fez esta entrevista pela revista *Psychanalyse*. Foi durante o Simpósio que ele tomou conhecimento da Articulação das Entidades Psicanalíticas o que despertou nele o interesse por esta entrevista.

² Durante a entrevista, Eduardo Rocha, Fernanda Costa Moura e Idália de Goes entrevistaram pelo Tempo. Em relação às outras associações, por terem sido representadas por um único interlocutor, é o nome dele que figura como autor da resposta (o nome da associação é então indicado entre parênteses).

poder regulamentar a psicanálise de tal modo que eles passariam a ter o direito legal de promovê-la. Isso seria uma psicanálise legalizada, sem qualquer comprometimento, no entanto, com a causa freudiana!

Marisa Queiroz (*Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro – SPCRJ*): A formação do psicanalista é antes de tudo um processo complexo e “metamórfico”, não apenas um saber intelectual...

(Tempo): Na Articulação também se reúnem representantes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) além de diversas instituições psicanalíticas com o objetivo comum de lutar contra as formas de regulamentação da psicanálise, que não aquelas propostas por Freud.

Wilson Amendoeira (*Associação Brasileira de Psicanálise – ABP*)³: O CFP é uma autarquia jurídica, de direito público, que deve orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício dos psicólogos no Brasil. A bem dizer, desde 1998, a ABP, em associação com o CFP, a colaboração do CFM (Conselho Federal de Medicina) e da Associação Brasileira de Psiquiatria, conduz os trabalhos contra a propaganda enganosa sobre uma profissão de psicanalista e, em conjunto, essas organizações decidiram convidar instituições psicanalíticas para reforçar esse trabalho. As entidades do campo psicanalítico que foram convidadas congregavam uma grande parte dos profissionais que se dedicam seriamente ao estudo e à prática da psicanálise, apesar das divergências teóricas sobre a formação...

(Tempo): Não há grupos ou pessoas de referência, mas se compartilha a responsabilidade pelas ações entre os que tiveram maior disponibilidade a cada vez. A reunião do grupo inicialmente se deu por convite de uns para outros e, depois, por demanda de alguma instituição apresentada por outra(s) já participantes.

(W. Amendoeira): ... e sem nenhuma interferência do Estado ou dos poderes constitucionalmente constituídos.

(S. Alberti): Dessa forma, as instituições que fazem parte são estritamente aquelas que têm afinidades enquanto instituições que formam psicanalistas.

(Tempo): Portanto, a Articulação não tem uma base associativa declarada, isto é, não tem estatutos e esta é uma questão aberta, pois alguns querem essa base enquanto outros entendem que isto é justamente a singularidade de nosso grupo. Trabalhando dessa forma conseguiu-se sensibilizar parlamentares, discutir com grupos diversos e manifestar nossas posições em veículos da imprensa. Com isso os projetos regulamentadores não foram adiante.

³ Conjunto das associações da IPA no Brasil, atualmente FEBRAPSI (Federação Brasileira de Psicanálise).

Psychanalyse: Vocês dão a impressão de que, apesar da situação econômica difícil, o laço social se sustenta no Brasil, e que a psicanálise não somente é menos mal-tratada do que na Europa, mas que ela ocupa melhor o terreno do que a psicologia, a psiquiatria e a psicoterapia. No entanto, o legislador pretende submetê-la a uma regulamentação, da mesma forma como isso está acontecendo nos países desenvolvidos. Será que vocês estão tão distantes assim da lógica que trama o discurso capitalista?

(Tempo): O significativo “psicanálise” no Brasil é bastante difundido e confundido com quaisquer formas de psicoterapias, quando não com quaisquer terapias psicológicas, o que torna pouco claro o seu lugar na nossa cultura. Também aqui observamos um avanço das terapias químicas e cognitivas...

(W. Amendoeira): A história da psicanálise no Brasil começa com a apresentação feita pelo psiquiatra Juliano Moreira, na Escola de Medicina, na Bahia, em 1899. Há, assim, uma tradição acadêmica da psicanálise e, ao mesmo tempo, um espírito de vanguarda. Desde os anos 1960, por um lado, em função da atmosfera libertadora e desalienante em voga, e, de outro, o emprego da psicanálise na Saúde Mental – por exemplo, nas comunidades terapêuticas em hospitais psiquiátricos – garantiram à psicanálise uma função humanizadora.

(S. Alberti): Ao mesmo tempo, é preciso dizê-lo, zonas de sombra caíram sobre a história do Brasil, como é bem conhecido, com psicanalistas que se aliaram à política da ditadura de direita naqueles mesmos anos 1960-70... o que foi denunciado por alguns colegas que não seguiram a ordem da IPA de se calarem. Escândalo denunciado, aliás, durante uma mesa redonda numa universidade no Rio! O que demonstra, novamente, a importância da academia na história da psicanálise no Brasil. Na época, também houve um primeiro projeto para a regulamentação da psicanálise que visava restringi-la aos médicos... em função do temor da perda do mercado, mas também como tentativa de manter a psicanálise longe dos estudantes e dos movimentos de esquerda – tendência que se manteve durante a última ditadura.

(Tempo): Atualmente, o interesse pela regulamentação vem de grupos de fora da psicanálise, aparentemente interessados em se aproveitar da difusão do significativo “psicanálise” para fins de ampliação de mercado consumidor ‘psicoreligioso’. Também surgiu no último ano uma iniciativa que tramitava pela via da regulamentação das psicoterapias, aí já por obra dos conselhos de psicologia.

(W. Amendoeira): No momento, acredito que a grande pressão sobre o campo se dará pela ação sistematizada e ampla das seguradoras de saúde, embora não haja uma tradição de que o seguro-saúde sofra encargos com tratamentos psicanalíticos, ou mesmo, psicoterápicos. Em termos mais imediatos deveremos ter, como ocorreram e ocorrem em outros países, as demandas judiciais sobre resultados de um tratamento, a má prática por parte dos profissionais, e quejandas desta natureza.

Se considerarmos a psicanálise fora dos consultórios que já vem sendo colocada em prática através de experiências consolidadas, como a assistência aos programas materno-infantis e outras inovadoras, como a participação nos projetos e políticas públicas de atendimento à infância, à terceira idade, nas escolas, em pesquisas, na literatura, na arte e na música, então é quase natural que despertem iniciativas que engendrem tentativas de controle e até de manipulação por segmentos sociais, como temos visto e enfrentado. Se adicionarmos os milhares de pessoas que, ao longo dos anos, se beneficiaram da psicanálise propriamente dita, vislumbraremos um panorama bastante vigoroso que tem nos capacitado ao embate e ao, até agora, sucesso.

(S. Alberti): A Articulação trabalha para que jamais se esqueça que a psicanálise não é uma psicoterapia propriamente dita e não pode, portanto, ser regulamentada no conjunto das psicoterapias, mesmo se a idéia de fazê-lo é uma tentativa de sustentar uma ética humanitária contra o puro e simples proveito econômico.

(M. Queiroz): Sabemos que o processo da formação do psicanalista é longo, exige muitos estudos, uma longa análise e muita supervisão e que, sobretudo, exige muita ética.

(S. Alberti): Sim, e a ética da psicanálise não é humanitária, Lacan o ensinou muito bem! De todo modo, tudo isso mostra que a psicanálise, no Brasil, jamais esteve separada dos movimentos sociais e políticos, que houve colegas associados aos movimentos de *avant garde* enquanto outros acreditavam poder operar por uma psicanálise purificada de toda ideologia – posição evidentemente enganadora e propícia a silenciar os ecos sobre os maiores horrores, como a tortura –, que freqüentemente ela tinha o que dizer e que ela é profundamente enraizada em nossa cultura e nossa história desde o início! Provavelmente até mesmo anterior à chegada, no Brasil, do capitalismo contemporâneo... a nós cabe velar pela sua continuidade!

Psychanalyse: Então a "Articulação" nasceu para que se faça ouvir melhor a recusa de toda regulamentação com a qual os poderes públicos ameaçam a psicanálise. O que os levou a fazerem, desde a origem, outra coisa que os Estados Gerais da psicanálise ou um grupo de constato constituído por responsáveis entre associações? Como vocês conseguiram atravessar as dificuldades de língua entre lacanianos e não lacanianos, aliás, entre lacanianos eles mesmos?

Denise Maurano (Corpo Freudiano Escola de Psicanálise – Corpo): A recusa de toda regulamentação não é um acordo desde a origem, penso que é uma conquista. Uma conquista totalmente frágil, pois há sempre sugestões para uma regulamentação, mesmo da parte das instituições presentes no grupo da Articulação. Mas essa posição, baseada no medo de uma medida governamental, não tem força de argumento, a meu ver, nesse momento. Penso que os Estados Gerais ainda são uma iniciativa que se preocupa com problemas internos aos movimentos institucionais da psicanálise, com suas

disputas. A Articulação foi criada por causa de uma ameaça verdadeiramente externa, na origem, vinda de iniciativas de certos religiosos que invadiam o campo da prática psicanalítica e desejavam então a regulamentação que, aliás, seria muito mais facilitadora para eles do que aos psicanalistas eles mesmos. Como precisávamos de força para enfrentar o projeto que caminhava para o Congresso, foi preciso convocar as associações e não os psicanalistas individualizados. Dessa maneira, a dificuldade da língua foi rapidamente atravessada. Quando há uma ameaça externa é mais fácil. Em seguida, com o convívio e o forte caráter latino de nossa cultura, que abre para disponibilidade lúdica no contato – em função de nossa experiência com a mestiçagem e a multiplicidade –, nossa Articulação pôde aumentar seu espaço.

(Tempo): Em nossa reunião os participantes debatem seus pontos de vista, expõem como os colegas de suas instituições vêem a matéria e procuram afinar um discurso comum que preserve esse objetivo maior. A Articulação não se sustenta em discussões sobre prática ou teoria psicanalítica e nem sobre a formação que cada instituição põe em marcha. Isso é de responsabilidade de cada uma. O que nos interessa é afinar nossa posição, a partir da própria psicanálise, de oposição às regulamentações do campo. É este objetivo pragmático que talvez nos ajude a sustentar uma certa articulação, dentro de nossas imensas diversidades.

(W. Amendoeira): Falamos muito!

(S. Alberti): Em nossas reuniões, que têm uma regularidade média de quatro vezes por ano – exceto quando há alguma coisa de muito urgente a decidir e que necessite uma reunião suplementar – falar é o que mais fazemos! Falamos mais do que decidimos! Desde sempre é essa a maneira pela qual os seres falantes conseguem fazer alguma coisa! Mesmo quando o sentimento de irresolução está presente, o que é freqüente... provavelmente é esse o modo que encontramos para fortalecer a psicanálise cem anos depois de sua criação... mesmo se isso pode parecer ingênuo... A psicanálise nos ensina que falar é a melhor coisa a fazer quando há problemas! Se isso não funciona então a própria psicanálise terá problemas em sua eficácia, pois está inscrito em seu modo de funcionamento o mais fundamental...!

(W. Amendoeira): As dificuldades decorrentes das diferenças de pensamento entre lacanianos e não lacanianos só podem evoluir no sentido do entendimento através de conversa, muita conversa, que possibilite a emersão da verdade com que cada um dos atores se aproxima do outro e do movimento da Articulação, pois o grupo laciano, talvez por razões históricas de seu movimento, vê o equacionamento das dificuldades do campo como se tudo fosse a regulamentação do irregulamentável, a psicanálise, ou como a possibilidade impossível de que alguém ou uma instituição possa definir o que esta seja ou pode vir a ser. Razão pela qual quase sempre voltamos a essa questão.

Psychanalyse: Aparentemente, a "Articulação" não se ocupa dos psicoterapeutas ameaçados com a legislação. Talvez essa seja uma diferença em relação às duas posições majoritárias na França: a primeira, que propõe uma aliança com os psicoterapeutas para dar peso maior à resistência ao governo, enquanto que a segunda pretenderia que os psicanalistas não-médicos e não-psicólogos pudessem se beneficiar da legislação sobre os psicoterapeutas – o que, aliás, eles conseguiram. Seria possível precisar a posição da "Articulação" sobre esse ponto?

(D. Maurano): A psicoterapia é uma das atribuições dos psicólogos, psiquiatras e de outras categorias no campo da saúde mental. Eles são regulamentados por seus conselhos específicos (*CFP* e *CFM*, por exemplo). Atualmente vemos surgir uma *Associação Brasileira de Psicoterapeutas...*

(S. Alberti): Ela foi criada há dois anos, por uma iniciativa sustentada pelo *CFP...*, por várias razões, entre as quais, sobretudo: as deontológicas – a preocupação de fazer frente ao charlatanismo; as políticas – as dificuldades de um diálogo com os médicos; as econômicas – dificuldades de diálogo com as empresas privadas de seguro-saúde, e pela vigilância do mercado. Todas essas preocupações são completamente externas à psicanálise!

(D. Maurano): No momento estamos tentando dialogar com os líderes dessa iniciativa e o que observamos é que eles estão seriamente implicados com essas questões de mercado dos seguros de saúde. Nossa posição – que sempre procuramos deixar pública (por exemplo, verificando as possibilidades de participarmos de reuniões que tratam do assunto), é de não darmos apoio a essa iniciativa.

(S. Alberti): Sobretudo diante das notícias que nos vinham amiúde da Europa...

(Tempo): Nossa posição inicialmente era de não envolvimento com a regulamentação das psicoterapias, porém também passamos a participar do debate quando percebemos que aí havia desdobramentos para a psicanálise. Tomamos uma posição, pelo menos até o presente, de contestar os argumentos regulamentadores das psicoterapias, pois também nos pareceram pretextos para atingir uma hegemonia do mercado de seguro-saúde. Além do mais, os argumentos são falsos e visam a um consenso num campo fadado ao dissenso e ao contra-senso.

(EPFCL): Com efeito, essa Associação só admite profissionais individualmente e sua demanda de deixar fora toda idéia de uma especificidade no campo terapêutico – ela até sustenta a idéia de que há muito mais coisas em comum entre as diferentes práticas psicoterápicas do que diferenças, ou seja, para ela, as diferenças defendidas por alguns seriam, na realidade, purismos segregacionistas. Para nós, é um belo exemplo das manobras que um grupo é capaz de realizar para obter como efeito que cada um caminhe conforme uma ordem prévia, deixando fora toda outra referência que não essa ordem

interna... Associamos essa proposta àquela que orienta o DSM desde sua terceira edição: de ser ateu, a-histórico e adoutrinal... Além disso, só admitindo pessoas – e não as instituições – essa Associação dá margem a uma certa liberdade de escolha individual. Alguns membros dessa Associação de Psicoterapeutas são também membros de uma instituição psicanalítica. Cabe a cada um tentar resolver seus próprios paradoxos!

Psychanalyse: Seria impossível imaginar que a “Articulação” sobreviverá ao final da ameaça de uma regulamentação da psicanálise? Seria impensável que ela se manterá visando, então, uma razão positiva - por exemplo a questão da transmissão da psicanálise? Seria possível dizer alguma coisa sobre o passe e sobre a forma “escola” promovida por Lacan?

(Tempo): Não acreditamos que a Articulação deva se propor a ter outro objetivo que não aquele a que se propôs, isto é, se opor às iniciativas de regulamentação do campo. Essa tem sido sua marca original e potencializadora. É nessa linha de atuação que ela dá uma contribuição à questão da transmissão da psicanálise.

(M. Queiroz): Este tema, sempre muito discutido nas comunidades psicanalíticas, tem sido também motivo de preocupação no Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas, como consequência de um movimento atual de grupos que parecem ignorar as premissas básicas da psicanálise e “formar”, de modo absolutamente equivocado, “profissionais do inconsciente” em cursinhos rápidos – com direito a diploma, manual com testes para “diagnósticos diferenciais”, questionários para a primeira entrevista, dicas e idéias para os primeiros socorros e decoração do consultório – com todas as burocracias que lhes são necessárias.

(S. Alberti): Já nos debruçamos algumas vezes sobre a questão da transmissão e da formação a fim de tentar identificar, na enorme pluralidade das orientações na Articulação, as linhas em torno das quais seria possível afirmar a especificidade da psicanálise e de sua prática, para o mundo fora da psicanálise.

(D. Maurano): A reunião em torno da transmissão da psicanálise se reduz a uma possível tomada de posição diante da opinião pública a fim de informá-la sobre as questões fundamentais da psicanálise, o que reforça sua não-regulamentação fora de suas próprias referências. Assim, ficamos longe do “passe”. Esta é uma questão a ser trabalhada no interior das Escolas e a Articulação não é, e não se pretende, uma.

(W. Amendoeira): A questão sobre o passe e a “Escola”, deixo para os meus pares lacanianos.

A partir da concepção da Articulação como um movimento que agrega entidades, independentemente de sua filiação, e como a transmissão é um dos pontos nodais em redor do qual se tecem as grandes diferenças entre as grandes linhas, nas quais se divide hoje o movimento psicanalítico, creio que

como grande razão positiva, para sua manutenção, poderíamos ter a concepção de auto-regulação do campo, assim esboçada: o reconhecimento de uma entidade supra-institucional, constituída de representações dos vários campos, linhas e escolas psicanalíticas, que reconhecessem, a partir de critérios mínimos, mas reconhecidos por todos, as instituições que atendam os padrões a serem estabelecidos em conjunto e que torne pública a relação de instituições que são reconhecidas por ela como formadoras de psicanalistas, sem qualquer interferência do Estado, ou de algum dos seus poderes constitucionalmente constituídos. Acho que este é o primeiro passo possível, outros demandariam muita reflexão, diálogo, namoro com as questões, duvidar do nosso saber e, para coroar o bolo, libertação de nossas amarras!

(M. Queiroz): De todo modo, esses grupos, interessados em regulamentar a psicanálise e dar ao analista o cunho de profissão, não parecem conscientes da regra fundamental da psicanálise, ou seja: quem quer analisar os outros deve, em primeiro lugar, ser ele próprio analisado. *Fazendo da função de analista uma profissão, com todos seus aspectos burocráticos, o psicanalista perde sua mais autêntica característica: o desejo de tornar-se psicanalista.*

(S. Alberti): Tudo que diz respeito ao desejo do analista é deixado fora, nesse caso.

(D. Maurano): Penso que a Articulação só sobreviverá enquanto fazendo frente a essa ameaça de regulamentação. Caso não haja mais essa ameaça, não há mais uma razão de ser da Articulação. No entanto, penso que é praticamente impossível que tal ameaça desapareça... Uma vez desencadeada, sempre haverá essa possibilidade.

Psychanalyse: Vista da França, a "Articulação" parece não uma associação complementar, aquela que faltaria ao conjunto das associações. Tampouco surge em suplência da autoridade que poderia fazer com que as associações psicanalíticas se constituíssem justamente num conjunto fechado, consistente e finito. Ela tem as características de uma associação suplementar: quer dizer, de uma associação que faria com que cada associação fosse ela mesma 'descompletada' pela "Articulação" desde que um de seus membros fosse convidado a participar dela. Lacan associa o suplementar àquilo que leva o saber ao fracasso: o feminino, o *sinthome*⁴... Será que vocês inventaram um tipo de associação que é não somente congruente nesses tempos de ataque contra a psicanálise mas à altura do que o discurso analítico exige?

(D. Maurano): A idéia da Articulação como uma associação suplementar é perfeita. A revista **Psychanalyse** captou bem o "espírito da coisa".

⁴ NT.: Termo que preferimos não traduzir por não haver correspondente em português. Trata-se de uma forma arcaica do termo "sintoma" em francês, utilizada por Lacan em seus últimos anos de ensino, quando reviu a teoria psicanalítica do sintoma. Assim como o gozo feminino, o gozo do *sinthome* não só está fora da referência fálica como é um "gozo suplementar".

(Tempo): Ainda não produzimos entre nós uma reflexão teórica sobre nosso modo de funcionamento. No entanto, buscamos operar de forma pragmática a partir dos quadrantes que a ética psicanalítica institui e isso não pode estar desvinculado do discurso analítico e está presente na forma como nos organizamos.

(S. Alberti): Uma coisa é certa: a Articulação é tão frágil como tudo o que leva o saber ao fracasso... já aconteceu de partirmos de uma reunião com o receio de que isso não funcionaria mais, com questões sobre a validade da coisa e com a sensação de estarmos perdendo nosso tempo! No entanto, tal o real, voltamos, voltamos sempre, há mais de cinco anos! E, mais, somos vários agora a cuidar da Articulação, cuidamos dela para que sobreviva!

(Tempo): Nosso objetivo maior é tentar barrar as iniciativas de regulamentação com um conjunto de colegas que entendem que tais iniciativas constituem um risco real à transmissão da psicanálise.

Psychanalyse: Qual é a avaliação que vocês fazem dessa experiência? Quais são as perspectivas de vocês?

(Tempo): As nossas perspectivas dependem do interesse das instituições analíticas de tomarem em mãos a discussão dessas questões no interior delas mesmas e de tomarem posição.

(D. Maurano): No começo, eu acreditava que seria possível um acordo entre as instituições em torno da ética da psicanálise, para melhor sustentar sua transmissão. Mas isso ainda era da ordem de um ideal. Cedo verifiquei que nem mesmo isso seria possível... Para mim, isso foi primeiro uma decepção, mas me dei conta que havia uma característica bem precisa em nosso conjunto: a de ter quase que uma missão de vigilância diante das ameaças externas, o que não é pouco. O tempo passa e durante nossas reuniões também há efeitos de transmissão entre os membros das diferentes instituições. Isso já é muita coisa! Mas não se deve esperar muito disso...

(W. Amendoeira): O movimento ganhou impulso por ocasião da terceira reunião, em abril de 2001, quando se aprovou a redação de um Manifesto⁵ subscreto por todas as entidades psicanalíticas presentes, o qual, após circular por *e-mail* em todo o país, recebeu sessenta e cinco assinaturas institucionais e mais o apoio de dez instituições não psicanalíticas. Este documento foi encaminhado aos veículos de comunicação e a todos os deputados das comissões envolvidas com sua avaliação, além de a uma seleção de parlamentares e ministros de Estado. Após intenso trabalho direto com os deputados e com jornalistas, participamos de uma audiência pública na Câmara dos Deputados para defendermos nossa posição e, então, com a rejeição por parte do relator e com o teor da discussão na Audiência, o projeto foi retirado por seu autor. Desde então conseguimos barrar mais uma nova

⁵ (Cf. Apêndice 1).

tentativa de outro parlamentar e temos mantido um acompanhamento cuidadoso de tudo que nos diz respeito quanto a iniciativas de membros de nosso parlamento, além de todo enfrentamento possível no que diz respeito ao oferecimento de formações em psicanálise por entidades não reconhecidas por nós – o universo das entidades reconhecidas e compostas por filiados que tiveram sua formação psicanalítica seguindo o que estabelece nosso Manifesto: “*a formação de psicanalistas está baseada em três atividades complementares e indissociáveis entre si: a análise pessoal, os cursos teóricos e a supervisão dos casos clínicos*” e, além disso, podem fazer recuar sua genealogia psicanalítica até Sigmund Freud, como fazendo parte da comunidade psicanalítica.

No final de 2005 foi aprovada a realização de um grande fórum, reunindo psicanalistas de todas as filiações, para outubro de 2006, quando pretendemos auscultar o que pensam os psicanalistas brasileiros sobre esta questão, além de serem informados sobre os temas que ocupam as reuniões da Articulação e sobre os vários encaminhamentos que têm surgido no mundo.⁶

Tradução de Sonia Alberti
Psicanalista membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano

⁶ NT: No original em francês segue a esta entrevista um “pós-escrito” que tem por finalidade uma breve apresentação do trabalho da Articulação das Entidades Psicanalíticas para esclarecer possíveis lacunas que a entrevista deixa em aberto. Julgamos desnecessária sua publicação aqui já que o livro, por si só, responde bem melhor a essas possíveis lacunas.